

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL PDITS/SERRA DA BODOQUENA

PRODETUR NACIONAL - MS



Campo Grande, MS
Dezembro, 2010

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO
COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO
TURISMO SUSTENTÁVEL
PDITS/SERRA DA BODOQUENA**

**PLANO DE AÇÃO: Seleção de Procedimentos,
Ações e Projetos.**

FEEDBACK: Acompanhamento e Avaliação

**Campo Grande, MS
Dezembro, 2010**

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ANDRÉ PUCCINELLI
Governador

MURILO ZAUITH
Vice - Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA
PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR.**

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS
Secretária

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – PRODETUR NACIONAL - MS
Cláudia Braun de Queiroz Rolim
Coordenador Geral

Lino de Souza de Lima
Analista Sócio Economico

Helio Luis Brun
Analista de Turismo

Janete de Fátima Ferreira Cardoso
Coordenadora Financeira

Ana Beatriz Paiva Sá Earp
Analista Ambiental

Fabio César Góis
Coordenador de Apoio Logístico

ENTIDADE EXECUTORA

AGRICON

CONSULTORIA

AGRICON CONSULTORIA SS Ltda. .
Rua Joaquim Murtinho, 1000.
Itanhangá Park
79003-020
Campo Grande, MS.
Brasil
Tel.: +55 67 3321 4495
E-mail: agrimon@agrimon.com.br
Site: www.agrimon.com.br

SUMARIO

Apresentação	5
1. VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS	6
1.1 - Visão do conjunto de atividades e projetos	6
1.2 – Relação das estratégias com as ações e objetivos	13
1.3 – Relação das ações por município	61
1.4 – Dimensionamento dos investimentos por ação e por município	70
2. DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL	86
2.1 – Quadro de Investimentos Totais.....	86
2.2 - Avaliação da capacidade de pagamento	87
3. SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES.....	91
3.1 – Cronograma das Ações para 5 anos	91
3.2. – Quadro de ações de fortalecimento da gestão municipal com as Metas de desempenho	100
4 AÇÕES ELEGÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO PELO PRODETUR NACIONAL.....	102
4.1 – Caracterização das ações elegíveis para a realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento pelo PRODETUR NACIONAL.....	108
5 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS.....	147
5.1 - AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PARA CADA AÇÃO PROPOSTA.....	148
5.2 APOIO AO DESENVOLVIMENTO TURISTICO.....	193
5.3 IMPACTOS CUMULATIVOS	193
5.4 OUTROS IMPACTOS ESTRATÉGICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	195
5.5 INDICADORES DOS IMPACTOS E EFEITOS	196
5.6 GESTÃO AMBIENTAL	197
6 FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	213
7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	222

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo PDCA.....	214
----------------------------	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estratégia de produto turístico: ações previstas	6
Quadro 2 - Estratégia de comercialização: ações previstas	8
Quadro 3 – Fortalecimento institucional: ações previstas	9
Quadro 4 – Infraestrutura e serviços básicos: ações previstas	10
Quadro 5 – Gestão ambiental: ações previstas.....	12
Quadro 6 – Estratégia de produto turístico: ações por município	61
Quadro 7 - Estratégia de comercialização: ações por município	63
Quadro 8 – Fortalecimento institucional: ações por município	64
Quadro 9 – Infraestrutura e serviços básicos: ações por município	65
Quadro 10 – Gestão ambiental: ações por município.....	68
Quadro 11 – Estratégia de produto turístico: investimento por ação e por município	70
Quadro 12 – Estratégias de comercialização: investimento por ação e por município	74
Quadro 13 – Fortalecimento institucional: investimento por ação e por município	76
Quadro 14 - Infraestrutura e serviços básicos: investimento por ação e por município	78
Quadro 15 - Gestão ambiental: investimento por ação e por município	83
Quadro 16 – Quadro de investimentos totais	86
Quadro 17 – Estimativa de custo-benefício do PRODETUR/MS.....	88
Quadro 18 - Análise de viabilidade econômico-financeira.....	89
Quadro 19 - Estratégia de produto turístico: seleção e priorização das ações	91
Quadro 20 - Estratégia de comercialização: seleção e priorização das ações	93
Quadro 21 - Fortalecimento institucional: seleção e priorização das ações	94
Quadro 22 - Infraestrutura e serviços básicos: seleção e priorização das ações	95
Quadro 23 - Gestão ambiental: seleção e priorização das ações	98
Quadro 24 - Fortalecimento institucional: metas de desempenho	100
Quadro 25 – Quadro de ações elegíveis.....	102
Quadro 26 – Estratégia de produto turístico: avaliação de impactos socioambientais.....	148
Quadro 27 – Estratégia de comercialização: avaliação de impactos socioambientais.....	166
Quadro 28 – Fortalecimento institucional: avaliação de impactos socioambientais.....	172
Quadro 29 – Infraestrutura e serviços básicos: avaliação de impactos socioambientais....	176
Quadro 30 – Gestão ambiental: avaliação de impactos socioambientais	184
Quadro 31 – Impactos cumulativos no meio ambiente.....	194
Quadro 32 – Estratégia de produto turístico: mecanismos de <i>feedback</i>	215
Quadro 33 – Estratégia de comercialização: mecanismos de <i>feedback</i>	216
Quadro 34 – Fortalecimento institucional: mecanismos de <i>feedback</i>	217
Quadro 35 – Infraestrutura e serviços básicos: mecanismos de <i>feedback</i>	218
Quadro 36 – Gestão socioambiental: mecanismos de <i>feedback</i>	219

LISTA DE SIGLAS

<i>ABAV</i>	Associação Brasileira de Agências de Turismo
<i>BRAZTOA</i>	Associação Brasileira de Operadoras de Turismo
<i>CADASTUR</i>	Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos
<i>COMTUR</i>	Conselho Municipal de Turismo
<i>CV BUREAU</i>	Convention Bureau
<i>DECISION MAKERS</i>	Formadores de Opinião
<i>ETE</i>	Estação de Tratamento de Esgoto
<i>FAMTOURS</i>	Passeio de Familiarização do Turismo
<i>FUNDTUR</i>	Fundação de Turismo
<i>LI</i>	Licença de Instalação
<i>LO</i>	Licença de Operação
<i>LP</i>	Licença Prévia
<i>MTur</i>	Ministério do Turismo
<i>ONG</i>	Organização Não Governamental
<i>PDITS</i>	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
<i>PRESTRIPS</i>	Convite à jornalistas dos mercados prioritários
<i>PRODETUR</i>	Programa de Desenvolvimento do Turismo
<i>SEPROTUR</i>	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo.
<i>SILA</i>	Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental
<i>SISTUR</i>	Sistema de Informações Turísticas
<i>TRADE</i>	Conjunto de equipamentos da superestrutura turística
<i>UCP</i>	Unidade de Coordenação de Projetos
<i>UPL</i>	Unidade de Processamento de Lixo
<i>SEBRAE</i>	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<i>SENAC</i>	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
<i>UNESCO</i>	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.

APRESENTAÇÃO

O presente documento, elaborado pela AGRICON Consultoria SS Ltda., diz respeito ao **Plano de Ação: Seleção de Procedimentos, Ações e Projetos** e aos mecanismos de **Feedback: Acompanhamento e Avaliação**, em cumprimento ao objeto do Contrato nº. 003/2010 – SEPROTUR - e baseia-se nos objetivos e exigências explicitadas no Termo de Referência relativo à Tomada de Preços nº. 114/2009 - CLO relativo à Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do turismo Sustentável do Polo Serra da Bodoquena e Região – PDITS, envolvendo os municípios de Bonito, Bodoquena e Jardim.

Este volume apresenta as ações específicas previstas para se alcançar os objetivos do PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado Sustentável, num intervalo de tempo de 5 (cinco) anos para o Polo Turístico Serra da Bodoquena, especificando as estratégias correspondentes que orientam as ações propostas, bem como detalhando as ações, em sua localização, custos, prazos, ordem de prioridade e benefícios gerados.

Seguindo a orientação do Termo de Referência para a elaboração do PDITS, as ações de fortalecimento da gestão municipal para o turismo, previstas para os municípios da região, têm prioridade e precedência sobre os investimentos em infraestrutura, justificados, principalmente, em função do atual quadro institucional instalado na região.

O orçamento do Plano de Ações contempla tanto os projetos a serem financiados pelo PRODETUR NACIONAL, selecionados para um prazo de 18 meses, quanto os projetos dependentes de outras fontes de financiamento. Salienta-se que a priorização das ações propostas guarda coerência com os objetivos que emergiram a partir da Árvore dos Problemas e do diagnóstico realizado na região.

É importante ressaltar a participação do setor e da comunidade nas oficinas realizadas durante todo o processo de desenvolvimento do Plano, bem como a preocupação dos participantes no desenvolvimento de um turismo sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável já se firmou o bastante para incorporar, com clareza, os debates do turismo na região, nas dimensões econômicas, ambientais e sociais e suas consequências sobre a sociedade e o meio ambiente.

Desta forma, o Plano de Ação, detalhado neste documento, retrata de maneira clara e objetiva as ações necessárias para atingir a principal estratégia do Polo Turístico Bonito – Serra da Bodoquena é que é consolidar a região como destino turístico, com amadurecimento nas relações público-privadas e na profissionalização do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

1. VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS

1.1 - Visão do conjunto de atividades e projetos

Quadro 1 – Estratégia de produto turístico: ações previstas

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E.1 - Diversificar a oferta turística transformando em produtos turísticos os atrativos em potencial	▪ Elaboração de projeto para estruturação do Geopark ▪ Implantação do projeto para estruturação do Geopark ▪ Criação de roteiro turístico Geo-cultural ▪ Implantação de roteiro turístico Geo-cultural ▪ Elaboração de Projeto do Centro de Referência em Geo-História em Bonito ▪ Implantação do Centro de Referência em Geo-História em Bonito ▪ Estimular a implantação do turismo de base comunitária nos assentamentos existentes em Bodoquena ▪ Consolidação do produto cultural Retirada da Laguna em Jardim ▪ Elaboração de estudos de viabilidade para a prática de Espeleologia na região da Serra da Bodoquena ▪ Articular com os órgãos responsáveis a abertura à visitação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena ▪ Eleger a MS-178 como Estrada Turística Estadual ▪ Consolidação da Rota Pantanal-Bonito ▪ Estruturação de Roteiros Turísticos Integrados ▪ Construir e equipar o receptivo para as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida
E.2 - Implantar sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos	▪ Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental ▪ Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E.3 - Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística	▪ Estimular proprietários de fazendas potencialmente turísticas a investirem em novos empreendimentos turísticos ▪ Estimular a criação de melhores incentivos fiscais para empreendedores turísticos ▪ Estabelecimento de critérios socioambientais para o investimento privado no Polo ▪ Fomento à iniciativa privada com o intuito de promover e divulgar as condições dos serviços financeiros e do crédito, estimulando e direcionando formas inovadoras de acesso aos recursos ▪ Criação e divulgação de um <i>portfólio</i> de oportunidades de investimentos no turismo na região
E.4 - Qualificar os recursos humanos para o turismo e a hospitalidade	▪ Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais ▪ Ampliação de parcerias público-privada para a capacitação profissional do turismo ▪ Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão
E.5 – Implantar sinalização turística na região	▪ Elaboração de projeto de Sinalização Turística para o Polo ▪ Implantação de projeto de Sinalização Turística para o Polo

Quadro 2 - Estratégia de comercialização: ações previstas

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	
ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E.1 – Transformar a Serra da Bodoquena em um destino mais competitivo no mercado regional, nacional e internacional, com o intuito de posicionar a região como destino turístico	▪ Elaboração do Plano de <i>Marketing</i> Turístico elaborado para a Serra da Bodoquena ▪ Implantação do Plano de <i>Marketing</i> Turístico elaborado para a Serra da Bodoquena ▪ Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização ▪ Elaboração do Plano de investimentos para Plano de <i>Marketing</i>
E.2 - Estruturar sistema de acompanhamento e monitoramento da demanda turística	▪ Realização de pesquisas sistemáticas do perfil de demanda real e potencial no Polo ▪ Elaboração de projeto de um sistema de informações turísticas regional ▪ Implantação de um sistema de informações turísticas
E.3 - Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com destinos que possuam produtos complementares aos da Serra da Bodoquena	▪ Realização de campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares ▪ Captação de investidores para desenvolvimento de ações visando o desenvolvimento de negócios relacionados ao turismo
E.4 - Apoiar os grupos de empreendedores nas ações de desenvolvimento de produtos, promoção e divulgação do Polo	▪ Realização de <i>famtours</i> e <i>presstrips</i> para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo ▪ Fomento ao acesso dos prestadores de serviços turísticos aos canais de distribuição ▪ Intensificação de programas de captação de eventos ▪ Fomento ao turismo regional

Quadro 3 – Fortalecimento institucional: ações previstas

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E.1 – Fortalecer institucionalmente municípios do Polo os	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim ▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito ▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito ▪ Readequação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena ▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena ▪ Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena ▪ Readequação do Plano Diretor do município de Jardim; ▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado ▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado ▪ Elaboração do plano de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente ▪ Implementação do plano de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente
E.2 – Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil.	▪ Implementação das ações dos Conselhos Locais e Regionais de Turismo ▪ Sensibilização do empresariado e a comunidade para a atividade turística ▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento do Fórum Regional de Turismo para coordenação e criação de mecanismos de sinergia com o Fórum Estadual ▪ Implantação do Plano de Fortalecimento do Fórum Regional de Turismo para coordenação e criação de mecanismos de sinergia com o Fórum Estadual

Quadro 4 – Infraestrutura e serviços básicos: ações previstas

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E.1 – Melhoria e adequação da infraestrutura de drenagem pluvial	▪ Implantação do projeto de drenagem do município de Jardim ▪ Implantação do projeto de drenagem do município de Bodoquena
E.2 - Implantação de sistemas de disposição de resíduos sólidos	▪ Elaboração do projeto de aterro sanitário do município de Bodoquena ▪ Construção do aterro sanitário do município de Bodoquena ▪ Elaboração do projeto de uma UPL para o município de Bodoquena ▪ Construção de UPL no município de Bodoquena
E.3 – Melhorar o sistema de abastecimento de água	▪ Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo ▪ Implantação do projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo ▪ Elaborar projeto para redução do grau de dureza da água ▪ Implantar projeto para redução do grau de dureza da água ▪ Elaboração de estudo hidro-geológico dos municípios do Polo ▪ Implantação do estudo hidro-geológico dos municípios do Polo

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E.4 – Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante	▪ Elaboração de estudos de alternativas de transporte municipal de qualidade nos municípios do polo ▪ Implantação da melhor alternativa de transporte municipal para os municípios do Polo ▪ Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao Polo ▪ Construção do posto de fiscalização da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao Polo ▪ Elaboração de projeto básico e executivo para reforma e ampliação do uma Unidade do Corpo de Bombeiros de Jardim ▪ Reforma e ampliação da Unidade do Corpo de Bombeiros de Jardim ▪ Elaboração de projeto básico e executivo da Unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito ▪ Construção da Unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito ▪ Equipar a unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito ▪ Elaboração de projeto básico e executivo do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito ▪ Construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito ▪ Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito ▪ Pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito ▪ Elaboração de projeto básico e executivo de um Centro de Ortopedia e Traumatologia para o Polo ▪ Implantação do projeto do Centro de Ortopedia e Traumatologia do Polo
E.5 – Melhorar o sistema de esgotamento sanitário do polo	▪ Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo ▪ Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo ▪ Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim

Quadro 5 – Gestão ambiental: ações previstas

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL	
ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E.1 - Ampliar a área de monitoramento e fiscalização de impactos ambientais	▪ Elaborar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo ▪ Implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo ▪ Elaboração do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo ▪ Implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo ▪ Elaboração de Sistema de Monitoramento da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena ▪ Implantação de Sistema de Monitoramento da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena
E.2 - Implantar sistema de gestão ambiental no Polo	▪ Elaboração de Programa de gestão e manejo de Unidades de Conservação ▪ Elaboração do Programa Estadual de Apoio as Reservas Particulares do Patrimônio Natural ▪ Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) ▪ Implantação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) ▪ Elaboração do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental ▪ Implantação do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental ▪ Elaboração de Programa de Educação Ambiental para o Polo. ▪ Implantação do Programa de Educação Ambiental para o polo ▪ Elaboração do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo ▪ Implantação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo
E.3 - Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais	▪ Revisão do arcabouço legal do Meio Ambiente dos três municípios do Polo ▪ Elaboração da Agenda 21 regional

1.2 – Relação das estratégias com as ações e objetivos**COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO**

SWOT	PRODUTOS E ATRATIVOS TURÍSTICOS FORÇAS – Existência de estoque considerável de atrativos ainda não explorados turisticamente. OPORTUNIDADES – Reconhecimento nacional e internacional; Crescente interesse mundial pelo turismo de natureza e ecoturismo; Criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena; Chancela da UNESCO para criação do GEOPARK. FRAGILIDADES – Grande quantidade de produtos similares. Concentração de produtos em Bonito. AMEAÇAS – Desenvolvimento de destinos concorrentes.
Estratégia	E.1 - Diversificar a oferta turística transformando em produtos turísticos os atrativos em potencial.
Ações	1. Elaboração de projeto para estruturação do Geopark 2. Implantação do projeto para estruturação do Geopark 3. Criação de roteiro turístico Geo-cultural; 4. Implantação de roteiro turístico Geo-cultural 5. Elaboração de Projeto do Centro de Referência em Geo-História em Bonito; 6. Implantação do Centro de Referência em Geo-História em Bonito 7. Estimular a implantação do turismo de base comunitária nos assentamentos existentes em Bodoquena; 8. Consolidação do produto cultural Retirada da Laguna em Jardim; 9. Elaboração de estudos de viabilidade para a prática de Espeleologia na região da Serra da Bodoquena
	Detalhamento das ações
Objetivo	Aproveitar as diferentes formas de turismo já identificadas e consideradas com potencial de desenvolvimento econômico na região da Serra da Bodoquena, com o intuito de ofertar novos nichos de mercado à comunidade científica mundial e a visitação turística com fins educacionais, científicos, culturais e conservacionistas.

Justificativa	Considerando que a região tem grande potencialidade para explorar, principalmente na questão cultural e científica, e considerando a valorização internacional do patrimônio natural, cultural e científico, isso pode reabilitar a imagem da própria região e pode ser um fator relevante de recuperação da auto-estima da população no que tange as questões de resgate da história existente na localidade. A existência na região de vários estabelecimentos de ensino superior de conhecimento científico e tecnológico simboliza a garantia de que a valorização do patrimônio tenha efeitos no desenvolvimento da região e o significativo peso dos grupos etários mais jovens com grande capacidade criativa e de adaptação, A criação do Geopark representa um valor imensurável uma vez que chancela para a comunidade científica nacional e internacional sítios geológicos protegidos. A Retirada da Laguna, é considerada pelo exército a maior retirada bélica de todos os tempos, já foi levantada a história, mas, falta estruturar o atrativo, é preciso criar roteiros que envolvam estas potencialidades, precisa de guias formados, aptos a contarem a história com conhecimento. Em relação à linha de produtos relacionados aos segmentos do turismo técnico-científico, espeleologia e outros, considera-se que são segmentos potenciais e, nesse sentido, é preciso avaliar detidamente quais os produtos que podem ser criados e desenvolvidos para se explorar esses segmentos.
Descrição das ações	1. Trabalhar ativamente junto Comitê Gestor do Geopark Bodoquena – Pantanal no sentido de planejar as ações que vão estruturar o Geopark e apoiar o Comitê nas ações demandadas por ele, com expectativa de receber a chancela da UNESCO. 2. Trabalhar junto à FUNDTUR/MS no sentido de criar e implantar o Roteiro Turístico Geo-Cultural em geossítios selecionados. 3. Elaborar projeto e construir um Centro de Referência em Geo-História em Bonito; 4. Elaborar estudo de viabilidade para introdução do Roteiro Cultural “Retirada da Laguna”. 5. Elaborar estudo de viabilidade para a prática de Espeleologia na região da Serra da Bodoquena levando em consideração o potencial de 150 Grutas e Cavernas inexploradas catalogadas pelo Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas – CECAV.
Produtos	▪ Geopark estruturado para atividade turística. ▪ Roteiros definidos e prontos para serem comercializados ▪ Centro de Referência construído nos moldes de outros Centros de Referências existentes. ▪ Turismo de Base Comunitária implantado nos assentamentos de Bodoquena. ▪ Produto Cultural Retirada da Laguna implantado; ▪ Estudo de viabilidade realizado, para introdução da prática de Espeleologia como mais um produto para o segmento de Ecoturismo.
Resultados	Novas modalidades de turismo ofertadas e novos nichos de mercado a serem explorados, oportunizando emprego/negócios na exploração turística destes novos empreendimentos, podendo beneficiar as comunidades locais.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	PRODUTOS E ATRATIVOS TURÍSTICOS FORÇAS – Existência de roteiros integrados de visitação nos municípios; OPORTUNIDADES – Possibilidade de integração com o Pantanal e Foz do Iguaçu. FRAGILIDADES – Grande parte dos produtos ainda não está bem estruturada. AMEAÇAS – Desenvolvimento de destinos concorrentes. INTEGRAÇÃO TURÍSTICA REGIONAL E OUTROS DESTINOS. FORÇAS – Localização geográfica favorável para formação de roteiros integrados com outros destinos do Estado. OPORTUNIDADES – Tendência mundial de roteirização. FRAGILIDADES – Falta integração entre os produtos turísticos consolidados com os da região. AMEAÇAS – Descontinuidade das políticas públicas de turismo. PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO FORÇAS – Grande oferta de produtos com alto grau de atratividade. OPORTUNIDADE – Oportunidade promocional de roteiro integrado com Foz do Iguaçu e Pantanal. FRAGILIDADES - Marginalização dos pequenos empresários no material promocional. Exclusão dos atrativos de menor porte em eventos, feiras e congressos. AMEAÇAS - Desarticulação entre os componentes do <i>trade</i>;
Estratégia	E.1 - Diversificar a oferta turística transformando em produtos turísticos os atrativos em potencial.
Ações	10. Articular com os órgãos responsáveis a abertura à visitação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena; 11. Eleger a MS-178 como estrada turística estadual; 12. Consolidação da Rota Pantanal - Bonito. 13. Estruturação de Roteiros Turísticos Integrados; 14. Construir e equipar o receptivo para as gruas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida. Detalhamento das ações
Objetivo	Aproveitar as diferentes formas de turismo já identificadas e consideradas com potencial de desenvolvimento econômico na região da Serra da Bodoquena, com o intuito de ofertar novos nichos de mercado à comunidade científica mundial e a visitação turística com fins educacionais, científicos, culturais e conservacionistas.
Justificativa	O Parque Nacional da Serra da Bodoquena após 10 anos de sua criação, ainda não se encontra devidamente implantado. Esse moroso processo, seja por questões técnicas, burocráticas ou de cunho econômico, tem grandes consequências para a região sob vários aspectos: sob aspectos ambientais (1) o parque representa uma salvaguarda na conservação daqueles ambientes, onde se encontra locais preservados, que serviriam de referência para um futuro processo de recuperação de áreas degradadas; (2) abririam novos atrativos que distribuíram fluxo de visitante, para os municípios do Polo, diminuindo a pressão ambiental sobre os produtos/empreendimentos existentes; sob os aspectos econômicos (3) distribuiria ingressos financeiros para os municípios, (4) abririam mais oportunidades de emprego/negócios na exploração turística do parque, podendo beneficiar as comunidades locais.

A MS 178, no trecho que liga Bonito-Bodoquena, situa-se numa área de grande interesse ambiental, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável do Estado de Mato Grosso do Sul.

Atualmente, está sendo pavimentada a MS 178, rodovia que liga a Região da Serra da Bodoquena ao Pantanal dando fim ao ponto de estrangulamento que existia na interligação das três regiões turísticas que compõe a Rota Pantanal-Bonito: Campo Grande – Serra da Bodoquena – Pantanal ou Campo Grande – Pantanal – Serra da Bodoquena,

O traçado da Rodovia MS 178 acompanha paralelamente e à distância, os contornos de limite leste da área do Parque da Serra da Bodoquena e liga dois grandes biomas: Pantanal e Planalto da Bodoquena e a estrada turística contribuirá para o desenvolvimento da atividade econômica do turismo proporcionando a consolidação de novos produtos onde a sustentabilidade ambiental, será alcançada com a execução das ações propostas no Plano Básico Ambiental elaborado para a sua pavimentação.

A infraestrutura turística que vem sendo implantada na região nos últimos anos experimenta um crescimento contínuo da demanda e instalação de novos empreendimentos, tais como pousadas e outros estabelecimentos de serviços. A rodovia, por atravessar uma região com belíssimas paisagens naturais propiciará que os usuários desfrutem do contato com a natureza e esta possa ser conservada. A execução desta ação representa oportunidade para o desenvolvimento do turismo sustentável e da possibilidade de crescimento e integração da região em bases conservacionistas.

Buscar junto aos órgãos competentes as medidas necessárias para a efetiva criação, implantação e gestão do Parque Nacional da Serra da Bodoquena nas áreas já adquiridas e naquelas que vierem a ser adquiridas, com o intuito de constituir o Conselho Consultivo que define a política administrativa do Parque.

Feito este levantamento e conhecidas as necessidades, o PRODETUR pode provocar a elaboração de estudos, projetos, entre outras atividades necessárias para consolidação das ações.

Realização de audiência pública junto ao *trade* e comunidade em geral da região da Serra da Bodoquena, no sentido de eleger o referido trecho como Estrada Turística. Caso a audiência seja favorável, elaborar projeto básico e executivo, no sentido de dotá-la de atratividades tais como: portais de acesso, mirantes, serviços de informações, sinalização interpretativa e padronização dos acessos aos empreendimentos ao longo do trecho transformando essa rodovia em produto turístico, favorecendo a consolidação do Roteiro citado, bem como a retomada da pavimentação do trecho que liga Jardim a Bonito e ligando as duas extremidades pelo anel rodoviário no entorno da área urbana de Bonito.

Uma reclamação comum manifestada pelos gestores públicos, membros das instâncias de governança e população local é a consolidação da Rota Pantanal – Bonito.

Descrição das ações

Produtos

- Conselho Consultivo criado
- Estudos e/ou Projetos par consolidação do Parque
- Consulta Pública
- Projeto Básico e Executivo elaborado

Resultados

- Aumento do fluxo de turistas que visitam o Pantanal para a região da Serra da Bodoquena
- Dinamizar outros atrativos existentes ao longo da rodovia que sofrem pela dificuldade de acesso enfrentada pelo turista
- Aumento da receita gerada na área conservada, fornecendo recursos para manutenção desta e da comunidade local
- Definição de critérios para a visita ordenada
- Preservação dos recursos naturais de flora, fauna e paisagismo cênico
- Utilização racional do patrimônio natural e Fixação da população no município
- A roteirização contribuirá significativamente para consolidar os segmentos do ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza

Todas estas ações devem impulsionar o desenvolvimento, criando novos postos de trabalho para a população local e possibilidade de melhorias no desenvolvimento econômico, agregando valor aos produtos produzidos na área de abrangência do Parque. O Parque Nacional da Bodoquena é um forte aliado para o incremento do turismo na região.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS PELO TURISMO. FORÇAS Bom estado de conservação dos ambientes explorados 95% dos empreendimentos/atividades turísticas com o devido Licenciamento Ambiental FRAGILIDADES Turismo massificado nos balneários públicos e privados; Capacidade de visitação dos atrativos definida de forma empírica Ocupação irregular das Áreas de Preservação Permanente dos empreendimentos/atividades turísticas OPORTUNIDADES Liberação do uso público para fins turístico do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Criação do Geopark Bodoquena-Pantanal. AMEAÇAS Degradação ambiental em função do aumento excessivo do fluxo turístico;
Estratégia	E.2 – Implantar sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos.
Ações	1. Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental. 2. Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena. Detalhamento das ações
Objetivo	Promover a qualidade, da oferta turística do Polo, considerando a satisfação do turista, a preservação do território e a sustentabilidade dos empreendimentos turísticos. Referenciar o mercado e os consumidores nas decisões de compra, como também estimular a adoção de boas práticas, contribuindo para a elevação do padrão de qualidade de serviços e produtos do segmento turístico, sendo disseminado como ferramenta da busca pela excelência na prestação dos serviços.
Justificativa	A qualidade dos produtos turísticos está associada à qualificação dos serviços prestados e ao padrão de qualidade desejado, que deve estar referenciado na satisfação dos consumidores e nos pressupostos do turismo sustentável, o que implica estabelecer uma política que estimule a melhoria contínua da qualidade e da segurança dos serviços prestados, principalmente no que tange a regularização dos empreendimentos de turismo. Os processos de certificação do turismo cumprem uma valiosa função na identificação da sustentabilidade da atividade por estimular maior responsabilidade e competitividade para o mercado.
Descrição das ações	Realizar levantamento com o intuito de suprir o IMASUL de dados destes empreendimentos, com um retrato daqueles empreendimentos que estão operando com e sem licença, quantos estão em processo de licenciamento e qual o tipo de licença (LP, LI, LO) tendo como resultado o controle a fiscalização e o monitoramento, evitando danos a paisagem, degradação e poluição dos recursos naturais.

Realização de estudos, diagnósticos de impacto e pesquisas de demanda por certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico; realização de promoção e disseminação de informações referentes às boas práticas e certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico; elaboração e revisão de normas técnicas que contemplem requisitos mínimos de empreendimentos, equipamentos, produtos e competência profissional do setor turístico; avaliação e certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico.

Como ferramenta de *marketing* para serviços ou atividades relacionadas ao turismo, a criação de um Selo de Turismo, proporcionará credibilidade internacional aos roteiros oferecidos. Isso se deve à relação e ao compromisso da qualidade do produto e de seus serviços com os mecanismos de valorização dos atrativos nacionais, de proteção do patrimônio natural, histórico e cultural e de geração de benefícios para as populações anfitriãs.

Produtos	Levantamento dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental. Mecanismos de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena.
Resultados	Empreendimentos turísticos regularizados quanto ao licenciamento ambiental e Selo de qualidade no turismo criado e implantado.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA DO TURISMO FORÇAS – Consórcio Regional CIDEMA; Existência de Universidades que oferecem cursos na área de turismo na região. Existência de parcerias entre alguns segmentos organizados; OPORTUNIDADES – Existência de programas complementares tanto em nível federal e estadual. Interesse da iniciativa privada em investir na região da Serra da Bodoquena. FRAGILIDADES Desarticulação das instituições das sociedades civis; Descontinuidade das políticas públicas; Pouco envolvimento da classe empresarial e política com as questões sociais; AMEAÇAS Ocupação desordenada das áreas de entorno dos atrativos turísticos. Descontinuidade dos gestores públicos de turismo; Ausência de política adequada ao turismo;
Estratégia	E.3 – Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística
Ações	1. Estimular proprietários de fazendas potencialmente turísticas a investirem em novos empreendimentos turísticos; 2. Estimular a criação de melhores incentivos fiscais para empreendedores turísticos; 3. Estabelecimento de critérios socioambientais para o investimento privado no Polo; 4. Fomento à iniciativa privada, com o intuito de promover e divulgar as condições dos serviços financeiros e do crédito, estimulando e direcionando formas inovadoras de acesso aos recursos; 5. Criação e divulgação de um <i>portfólio</i> de oportunidades de investimentos no turismo na região.
Objetivo	Estimular os proprietários de fazendas potencialmente turísticas, a investirem em suas propriedades e disponibiliza-las ao uso turístico, concomitante a isso, realizar levantamento das instituições de crédito e respectivas linhas de financiamento, no sentido de torná-las acessíveis aos empreendedores regionais, tendo em vista suas condições econômicas, democratizando o crédito.

Justificativa	Um aspecto que merece ser destacado para manter a consolidação dos segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza é a ampliação da rede de incentivos aos negócios empresariais. Mais recentemente, as linhas tradicionais de financiamento de longo prazo contemplaram algumas atividades turísticas, tais como: meios de hospedagem, agências de turismo, parques temáticos, restaurantes, bares, centros de convenções, casas de espetáculos, empreendimentos de infraestrutura, serviço turístico e ecoturismo em áreas de preservação ambiental, hotéis que obtenham a Certificação no Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Meios de Hospedagem, micro ou pequena empresa do ramo turístico. Isso se deve em grande parte em função de que o Brasil ficará no centro das atenções esportivas na próxima década, pois sediará a Copa Mundial de Futebol da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016. É importante que os empresários da região da Serra da Bodoquena possam ser sensibilizados, capacitados e apoiados para captar recursos dessas fontes e aproveitar o momento ímpar que as instituições de financiamento oferecem ao setor turístico. É uma oportunidade real de expansão dos negócios, na região Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. Mas o mais importante é que se promovam e desenvolvam empresas relacionadas ao setor turístico. Nesse sentido, é essencial que se produzam estudos que orientem as decisões empresariais e as áreas que as políticas públicas devem concentrar esforços de apoio.
Descrição das ações	1. Realizar palestras, encontros, oficinas, com a finalidade de sensibilizar empresários quanto a atividade turística, visando despertar o interesse pela exploração da atividade; 2. Promover estudos para a criação de incentivos fiscais nos municípios da região de forma a facilitar os investimentos. 3. Elaborar junto a FUNDTUR e <i>trade</i> turístico, um portfólio de oportunidades que demonstre aos proprietários de fazendas potencialmente turísticas, o leque de oportunidades que o turismo oferece.
Produtos	1. Palestras de sensibilização; 2. Estudo com levantamento de todas as linhas de crédito para o turismo e seus benefícios; 3. Portfólio de oportunidades;
Resultados	Maior número de empreendimentos turísticos; <i>Portfólio</i> de oportunidades de investimentos criado e distribuído entre os proprietários de fazendas potencialmente turísticas.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
SWOT	GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA DO TURISMO FORÇAS – Existência de universidades que oferecem cursos na área de turismo na região. Existência de parcerias entre alguns segmentos organizados; OPORTUNIDADES - Existência de programas complementares tanto em nível federal e estadual. FRAGILIDADES – Qualificação deficiente; Desarticulação das instituições das sociedades civis; Ineficiência das políticas de geração de emprego; Descontinuidade das políticas públicas; Pouco envolvimento da classe empresarial e política com as questões sociais; AMEAÇAS - Descontinuidade dos gestores públicos de turismo; Ausência de política adequada ao turismo; INCLUSÃO SOCIAL FORÇAS – Ecoturismo como gerador de emprego e renda; Grande oferta de mão-de-obra local, embora não qualificada. OPORTUNIDADES - Ampliação da área turística possibilitando novas oportunidades de geração de emprego e renda. Estabelecimento de novos espaços para fixação de serviços e comércio voltados ao turista. FRAGILIDADES – Pouca participação da população local nos empregos mais qualificados. AMEAÇAS - Resistência por parte da população em relação à presença do turista. Cultura conservadora da comunidade;
Estratégia	E.4 – Qualificar os recursos humanos para o turismo e a hospitalidade.
Ações	1. Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais; 2. Ampliação de parcerias público/privada para a capacitação profissional do turismo; 3. Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Melhorar a mão de obra para o setor, com a inserção de portadores de necessidades especiais, assegurando uma justa distribuição dos custos e benefícios e proporcionar a criação de empregos, quer diretamente no setor turístico, quer nos diversos setores de apoio e de gestão do turismo na localidade.

Justificativa	A região turística sempre vem recebendo capacitações de órgãos como SEBRAE e SENAC, além das capacitações promovidas pelas entidades representativas do turismo, porém todas de maneira isoladas. A região necessita de um plano integrado de qualificação, envolvendo as entidades que dispõem de competência técnica para sua execução, de acordo com o que se pretende para o turismo na região. A atuação de instituições como o SENAC, SEBRAE, universidades e faculdades nos municípios indicam que há a ambiência necessária para superação dos gargalos existentes nessa área. Isso ajudaria a superar outro obstáculo que é a baixa qualificação da mão-de-obra existente nos municípios que podem atuar no setor turístico. Tais necessidades são crescentes e contínuas, o que exigirá uma planificação eficaz para solucionar o problema. Pelo aumento expressivo do volume de entradas nos meios de hospedagem verificado nos municípios da Serra da Bodoquena e, se supõe que esse ritmo de crescimento tende a permanecer, há risco de se comprometer a prestação de serviços e oferta de produtos turísticos na região pela falta de pessoal adequadamente qualificado. É necessário fazer nova análise das necessidades de qualificação a partir da percepção do mercado e do posicionamento competitivo que se deseja para a região. Conforme pesquisa realizada em Bonito, existe atualmente um déficit de pelo menos sessenta guias, já que há oito anos que não ocorrem cursos de guias na região. Dos 150 guias registrados na EMBRATUR, pelo menos cinquenta trabalham efetivamente na localidade, muitos saíram para outros destinos. Com a chancela do GEOPARK em vias de aprovação pela UNESCO, torna-se necessário, a formação de guias capacitados para esta segmentação turística, em função de que muitos destes turistas (GEOTURISTAS), são provenientes de outros países. Para tanto, faz-se necessária a formação de guias que falem outros idiomas, que recebam capacitação geológica, paleontológica e arqueológica.
Descrição das ações	O escopo desta ação engloba: • O planejamento, a realização e a avaliação de programas de capacitação dos profissionais e das equipes da administração pública dos municípios que compõem o Polo, tendo como público alvo preferencial os quadros pertinentes à gestão do turismo, do uso e ocupação do solo, do meio ambiente e da gestão fiscal e administração financeira, com base em necessidades diagnosticadas, atuais e futuras, tendo em vista o desenvolvimento organizacional e o aperfeiçoamento da gestão municipal; • O desenvolvimento de procedimentos e instrumentos de identificação de necessidades, de planejamento, de execução e de avaliação dos resultados da capacitação, de forma a subsidiar a prática, internamente à administração pública local, da preparação contínua para o trabalho. • A elaboração de Plano Estratégico de Capacitação Profissional para o Turismo Municipal, de forma participativa com a comunidade local, e a busca de mecanismos e de parcerias com os governos estadual e federal e com a iniciativa privada para sua implantação, Devem ser priorizadas formas participativas e inovadoras de realização das ações de capacitação, buscando envolver as pessoas e as organizações-alvo na construção da aprendizagem e, quando necessário, convidados e parceiros internos e externos ao ambiente do governo municipal, não excluindo as pessoas com alguma deficiência física que seja apto para a função. Deve ser elaborado com a colaboração de especialistas em turismo e em educação profissional, especialmente contratado, que buscarão também, com a colaboração das Prefeituras Municipais e do <i>trade</i> turístico local, os

caminhos das parcerias e os mecanismos para sua implantação.

O Plano deve prever oportunidades para capacitação profissional de acordo com o mercado do turismo da Região e considerar os diferentes níveis de aprendizagem e diferentes conteúdos, dentre os quais: qualidade de atendimento, legislação de turismo, noções básicas de direito, organização de eventos, gestão financeira das atividades turísticas, as diferentes funções pertinentes à hotelaria e cultura da hospitalidade, línguas estrangeiras, entretenimento e recreação, operação de microcomputadores e utilização de programas básicos, ética no turismo, gerenciamento de empreendimentos turísticos e outros similares.

Produtos Plano Estratégico de Capacitação Profissional para a Região da Serra da Bodoquena.

Resultados Melhoria e aumento do nível de qualificação e a disponibilidade de profissionais envolvidos na atividade turística.
Mão de obra capacitada para o setor, com a inserção de portadores de necessidades especiais, assegurando uma justa distribuição dos custos e benefícios e proporcionando a criação de empregos, quer diretamente no setor turístico, quer nos diversos setores de apoio e de gestão do turismo na localidade.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO**ACESSIBILIDADE RODOVIÁRIA****FORÇAS**

Várias opções de acesso, interligando a outros Polos turísticos;
Estradas situadas no entorno do Parque da Serra da Bodoquena, com atrativos em potencial (MS-178 e MS-339);
A estrada MS-345 favorece ao turismo de pesca no rio Miranda (Bonito - Anastácio).

OPORTUNIDADES

Aumento de número de atrativos e integração com outras áreas turísticas;
Investimentos do Programa PRODETUR.

FRAGILIDADES

Rodovias com acostamento e sinalizações deficientes
Rodovias vicinais com traçados sinuosos, falta de manutenção em pontes e precariedade no sistema de sinalização.

INFRA-ESTRUTURA BÁSICA**FRAGILIDADES**

Sinalização turística e rodoviária deficitária, principalmente nas rotatórias de acesso aos destinos turísticos.

SWOT**Estratégia****E.5 – IMPLANTAR SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO****Ação**

Elaborar projeto de sinalização turística para o polo
Implantar projeto de sinalização turística para o polo

Detalhamento das ações**Objetivo**

Garantir a comunicação, a orientação e a informação eficaz ao turista no que diz respeito à localização, distância, acesso e tipos de atrativos e atividades turísticas disponíveis no Polo, atendendo as normas do Guia Brasileiro de Sinalização Turística – MTur, IPHAN e DENATRAN e as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito.

Justificativa

As rotatórias de acesso aos municípios possuem uma sinalização deficitária. A colocação das placas indicativas confunde os usuários das vias nestes locais. Exemplos: a saída de Bodoquena para Bonito leva o usuário da via a um acesso particular. Outro exemplo é a saída de Nioaque, a rotatória que interliga a MS- 419 com a BR-060 e BR-267 para quem se dirige a Anastácio, Nova Alvorada do Sul ou Sidrolândia. O levantamento das principais estradas vicinais de acesso ao turismo elaborado pelo PRODETUR constatou a deficiência nas sinalizações rodoviária e turística, principalmente no município de Bodoquena, traçados sinuosos pontes sem proteção lateral.

Descrição das ações

1. Elaboração de Projetos de sinalização turística para o Polo.
2. Elaboração de mapa de localização do Polo e municípios adjacentes com demarcação as rodovias estaduais e federais e posicionamento de pórtico e/ou painéis e/ou bandeiras;
3. Planta baixa com a sinalização vertical existente e prevista;
4. Detalhamento das placas de orientação, direcionais e interpretativas;
5. Definição de critérios para implantação as placas de orientação, direcionais e interpretativas.

Produtos

1. Projeto de sinalização turística;
2. Implantação do projeto

Resultados

A implantação deste projeto, além de favorecer a visitação a todos os atrativos turísticos, facilita a sua localização e locomoção aos destinos desejados, melhorando a orientabilidade aos atrativos, proporcionando satisfação aos turistas que visitarem a Serra da Bodoquena. A Região passa a contar com oferta de informações para orientar os turistas de forma adequada e O turista encontra com facilidade os produtos turísticos.

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO FORÇAS Grande oferta de produtos com alto grau de atratividade Singularidade em relação a outros atrativos; Abundância de atrativos turísticos na região; OPORTUNIDADES Reconhecimento em nível internacional das belezas e singularidade do produto turístico da região Tendência mundial de valorização do ecoturismo Grande estoque de atrativos disponíveis. Oportunidade promocional de roteiro integrado com Foz do Iguaçu e Pantanal FRAGILIDADES: Marginalização dos pequenos empresários no material promocional; Exclusão dos atrativos de menor porte em eventos, feiras e congressos; Falta de estratégia de <i>Marketing</i> em todos os níveis. AMEAÇAS Desarticulação entre os componentes do <i>trade</i> ; Estratégia E.1 – Transformar a Serra da Bodoquena em um destino mais competitivo no mercado regional, nacional e internacional, com o intuito de posicionar a região como destino turístico.
Ações	1. Elaboração do Plano de <i>Marketing</i> Turístico elaborado para a Serra da Bodoquena 2. Implantação do Plano de <i>Marketing</i> Turístico elaborado para a Serra da Bodoquena 3. Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização. 4. Elaboração do Plano de Investimentos para o plano de <i>marketing</i> . Detalhamento das ações
Objetivo	Analisar o potencial do mercado, o produto e os possíveis clientes, estimando a demanda turística e propondo formas eficazes de comunicação com o mercado, detectando as preferências do público e oferecendo informações que estimulem e despertem no turista o desejo de conhecer a região. Estabelecer diretrizes, estratégias e ações que viabilizem a melhoria das condições de competitividade do município frente ao mercado regional e nacional, como intuito de aumentar o fluxo turístico. O objetivo final da atividade do marketing turístico é promover a satisfação do turista e a obtenção dos lucros desejados pela localidade, respeitados os princípios do desenvolvimento sustentável, além de gerar a entrada de divisas estrangeiras no país e a injeção de capital e de dinheiro na economia local.
Justificativa	Para que se possa estabelecer mecanismos para a ampliação do fluxo turístico, principalmente o internacional, é proposta a estratégia de “Desenvolver e implantar Plano de <i>Marketing</i> para o Polo”. Para isso, é necessária a Elaboração do Plano de marketing, o qual possibilitará a identificação de nichos de mercado de interesse, a articulação com operadoras especializadas em turismo de natureza e ecoturismo, a captação de novos segmentos turísticos, além de outras ações. Acredita-se que à medida que os atrativos turísticos forem sendo explorados (produtos) e a infra-estrutura turística implementada, um plano de <i>Marketing</i> responsável possibilitará um crescimento gradativo de longo prazo, de forma harmônica entre a oferta e a demanda. O Plano de <i>Marketing</i> pode servir como uma estratégia de

desenvolvimento do setor de turismo sustentável.

Descrição das ações	1. Implementar o Plano de <i>Marketing</i> que se encontra em processo licitatório, pelo PRODETUR/MS; 2. Buscar junto à FUNDTUR e <i>trade</i> turístico, as políticas existentes para o marketing, detectar suas fragilidades e gargalos e implementar políticas de comercialização, no intuito de otimizar a ação de promoção fazendo um melhor uso dos recursos e acompanhamento dos resultados e melhorar o conhecimento que o mercado potencial tem sobre o destino, aumentando seu interesse pelo mesmo e facilitando a decisão de compra. 3. Elaborar junto à FUNDTUR e <i>trade</i> turístico o Plano de investimentos para o plano de marketing, de forma que possa alcançar um posicionamento adequado no mercado consistente com as estratégias de desenvolvimento turístico estadual e nacional.
Produtos	1. Plano de <i>Marketing</i> elaborado possibilitando o aumento no número de turistas, da permanência e do gasto médio diário no Polo. 2. Definidas Políticas regionais de comercialização 3. Plano de Investimentos elaborado.
Resultados	A integração de regiões turísticas ofertando uma gama diversificada de experiências para o turista possibilitando maior ocupação dos equipamentos turísticos gerando renda e empregos.

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA DO TURISMO FORÇAS - Conselhos municipais organizados; Existência de Secretaria de Turismo em Bonito e em Bodoquena e Assessoria em Jardim; Existência de <i>Voucher</i> único em Bonito. Existência de Universidades que oferecem cursos na área de turismo na região. Existência de parcerias entre alguns segmentos organizados; OPORTUNIDADES – Possibilidade de ordenar o crescimento, preservando o meio ambiente e os atrativos turísticos. Existência de programas complementares tanto em nível federal e estadual. Plano de Fortalecimento Institucional de Jardim elaborado. FRAGILIDADE – Ausência de informações consistentes sobre fluxo, perfil, e demanda turística. Qualificação de pessoal deficiente; AMEAÇAS- Ocupação desordenada das áreas de entorno dos atrativos turísticos. Descontinuidade dos gestores públicos de turismo; Ausência de política adequada ao turismo;
Estratégia	E.2 – Estruturar sistema de acompanhamento e monitoramento da demanda turística.
Ações	1. Realização de pesquisas sistemáticas do perfil de demanda real e potencial no Polo. 2. Elaboração de projeto de um sistema de informações turísticas regional 3. Implantação do Sistema de Informações Turísticas
	Detalhamento das ações
Objetivo	Aplicar pesquisas sistematicamente, com o intuito de consolidar uma base de dados para planejamentos estratégicos e formatação de novos produtos turísticos e, conseqüentemente, ampliar e atualizar a base de dados existente em cada município sobre o perfil da demanda turística e seu potencial ainda inexplorado.
Justificativa	Durante muito tempo, um dos grandes problemas enfrentados pelo SISTUR da região, é o fato de que não há uma série histórica de informações referente ao fluxo e a demanda de turistas na localidade. A realização das pesquisas de Demanda Real e Potencial visa identificar o perfil sócio-econômico dos turistas, além de avaliar os equipamentos turísticos e serviços disponíveis, principais motivações e interesses dos turistas que visitam o Polo em questão, além de apontar as características de sua viagem, tais como: meios de hospedagem utilizados, gastos e tempo de permanência. A previsão da demanda influencia o mercado, as operações, os recursos humanos e o planejamento financeiro das empresas ligadas direta e indiretamente ao turismo. Ela é difícil devido a inexistência de informações, mas necessária, e deve ser realizada com a maior precisão possível. O mercado turístico frequentemente apresenta variações de demanda – alta e baixa temporada – causando um desequilíbrio geral que afeta profundamente o ritmo de vida da cidade, encurtando o tempo de retorno dos investimentos no setor, sendo, portanto, necessário o planejamento, com ações de longo, médio e curto prazo.
Descrição das	1. Aplicação de pesquisas semestrais, para obter informações sobre

ações	demanda real e potencial do Polo, para o planejamento e gestão do turismo e para gerenciamento dos negócios do setor. Realização de estudos estatísticos, com o objetivo de acompanhar as tendências do mercado. Acompanhamento mensal do movimento de embarques e desembarques da rodoviária e do movimento de visitantes dos atrativos turísticos, bem como levantamento em Portais de Entrada e Saída do município; Levantamento periódico da ocupação hoteleira na região; Levantamento do número de empregos do setor turístico; Quantitativos e comparativos diversos como número de estabelecimentos turísticos, aberturas de alvará, leitos, demanda turística, transportes, comércio turístico, estrutura para eventos, estrutura para atendimento a portadores de necessidades especiais e dados socioeconômicos. 2. Implantar um banco de dados, e retroalimentar com o resultado das pesquisas aplicadas.
Produtos	1. Pesquisas preparadas para aplicações sistemáticas; 2. Base de Dados implantada.
Resultados	Um modelo de gestão descentralizada do turismo para que cada região e município busquem suas próprias alternativas de desenvolvimento, de acordo com suas realidades e especificidades, com foco na regionalização. Construir um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade, promovendo a integração e cooperação intersetorial, com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade.

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	
SWOT	PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO FORÇAS - Grande oferta de produtos com alto grau de atratividade. Singularidade em relação a outros destinos; Abundância de atrativos turísticos da região; OPORTUNIDADES Oportunidade promocional de roteiro integrado com Foz do Iguaçu e Pantanal. Reconhecimento em nível internacional das belezas e singularidade do produto turístico da região Tendência mundial de valorização do ecoturismo Grande estoque de atrativos disponíveis. FRAGILIDADES Marginalização dos pequenos empresários no material promocional. Exclusão dos atrativos de menor porte em eventos, feiras e congressos. Pequena capacidade financeira dos fundos de turismo. Falta de estratégia de <i>Marketing</i> em todos os níveis. AMEAÇAS - Desarticulação entre os componentes do <i>trade</i>;
Estratégia	E.3 – Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com destinos que possuam produtos complementares aos da Serra da Bodoquena
Ações	1. Realização de campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares 2. Captação de investidores para desenvolvimento de ações visando o desenvolvimento de negócios relacionados ao turismo
	Detalhamento das ações
Objetivo	A integração de regiões turísticas ofertando uma gama diversificada de experiências para o turista possibilita maior ocupação dos equipamentos turísticos gerando renda e empregos e reforça ainda mais a posição da região como Destino Turístico, participando de maneira mais intensa na integração dos destinos de MS. Possibilitar a redução de custos de promoção e ampliar a permanência de turistas na região e no estado.
Justificativa	Redes e alianças têm sido trabalhadas predominantemente como ferramentas de mercado, sendo as mesmas significativamente empregadas por grandes corporações para entrar e explorar mercados externos em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estas formas de governança contribuem para formação de parcerias, ao criar condições e desenvolver elementos como confiança, participação, colaboração e coesão social. Estes elementos, por sua vez, são decisivos para o desenvolvimento de campanhas em conjunto, ao mesmo tempo, que contribuem para a expressão da identidade das comunidades, sua sustentabilidade frente a atores externos com interesses econômicos na exploração do lugar; e conseqüentemente para o fortalecimento da imagem do destino turístico.
Descrição das ações	1. Promover campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares, visando o aumento do fluxo turístico; 2. Identificar novos investidores para o desenvolvimento de negócios relacionados ao turismo.
Produtos	1. Campanhas promocionais e peças publicitárias elaboradas em conjunto; 2. Novos investidores identificados para investimentos no turismo na região;
Resultados	Diante disso, o que se espera é que cada região turística planeje e decida conjuntamente seu futuro, de forma participativa e respeitando os princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional.

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO FORÇAS - Grande oferta de produtos com alto grau de atratividade. Singularidade em relação a outros destinos; Abundância de atrativos turísticos da região; OPORTUNIDADES Oportunidade promocional de roteiro integrado com Foz do Iguaçu e Pantanal. Reconhecimento em nível internacional das belezas e singularidade do produto turístico da região Tendência mundial de valorização do ecoturismo Grande estoque de atrativos disponíveis. FRAGILIDADES Marginalização dos pequenos empresários no material promocional. Exclusão dos atrativos de menor porte em eventos, feiras e congressos. Pequena capacidade financeira dos fundos de turismo. Falta de estratégia de <i>Marketing</i> em todos os níveis. AMEAÇAS - Desarticulação entre os componentes do <i>trade</i>;
Estratégia	E.4 – Apoiar os grupos de empreendedores nas ações de desenvolvimento de produtos, promoção e divulgação do Polo.
Ações	1. Realização de <i>famtours</i> e <i>presstrips</i> para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo. 2. Fomento ao acesso dos prestadores de serviços turísticos aos canais de distribuição; 3. Intensificação do programa de captação de eventos. 4. Fomento ao turismo regional.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Divulgar a região nos meios de comunicação adequados, intensificar a busca por demandas de outros estados ou países. Atrair novos investidores e novos turistas contribuindo diretamente com o aumento do fluxo turístico na região, a permanência e consequentemente o gasto médio diário. Organizar e promover viagens de familiarização turística para agentes de viagens, operadores e jornalistas, propiciando reconhecimento regional, vivência cultural e troca de experiências com o destino visitado com o intuito de atrair novos investimentos e investidores para o turismo do Polo.
Justificativa	A Região possui atratividades, potencialidades e diversidade turística não conhecida e explorada pelos turistas. Estas ações visam posicionar o destino no cenário regional, estadual, nacional e internacional, fazendo inicialmente que os recursos e atrativos sejam conhecidos pelas operadoras e agências de viagem.
Descrição das ações	1. Desenvolver material específico da região, com precificação e diferencial competitivo; 2. Participar de maneira sistemática no programa estadual de divulgação dos destinos de Mato Grosso do Sul, posicionando o Polo turístico Campo Grande e Região. 3. Realizar viagens de conhecimento dos atrativos do Polo para as operadoras de Mato Grosso do Sul e de outros estados; 4. Participar mais ativamente e apoiar o C&V <i>Bureau</i> no processo de captação de eventos para a região; 5. Criar e veicular a uma campanha, junto ao consumidor final, de conhecimento do Polo Turístico da Serra da Bodoquena.
Produtos	1. Material promocional com qualidade comercial 2. Campanha promocional – Polo turístico Serra da Bodoquena

Resultados

Operadoras turísticas e agências de viagens nacionais e internacionais terão conhecido *in loco* todos os atrativos e serviços turísticos, com o intuito de inserir a Serra da Bodoquena no *portfólio* dessas empresas, instigando as vendas de nosso produto turístico. Esta ação é de grande importância e de comprovado resultado positivo.

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE FORÇAS Conselhos municipais organizados; Existência de Secretaria de Turismo em Bonito e em Bodoquena e Assessoria em Jardim; OPORTUNIDADES Possibilidade de ordenar o crescimento, preservando o meio ambiente e os atrativos turísticos. Existência de programas complementares tanto em nível federal e estadual. Interesse da iniciativa privada em investir na região da Serra da Bodoquena. Plano de Fortalecimento Institucional de Jardim elaborado. Plano Diretor de Bonito elaborado em vias de aprovação pela Câmara Municipal; Plano Diretor de Jardim em fase de licitação. FRAGILIDADES Desarticulação das instituições das sociedades civis; Descontinuidade das políticas públicas; Ausência de Planejamento Regional do Turismo; Ausência de informações consistentes sobre fluxo, perfil e demanda turística. Plano Diretor de Bodoquena elaborado somente para a área urbana. AMEAÇAS Ocupação desordenada das áreas de entorno dos atrativos turísticos. Descontinuidade dos gestores públicos de turismo; Ausência de política adequada ao turismo; Falta de estrutura nos municípios para implementar e monitorar o programa PRODETUR – MS
Estratégia	E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo
Ações	1. Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim; 2. Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito; 3. Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito; 4. Readequação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena. 5. Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena;
	Detalhamento das ações
Objetivo	Fortalecer as estruturas e as atuações dos órgãos oficiais de turismo do Polo e, acima de tudo, fortalecer os municípios no que concerne a gestão do seu território, seja em termos de administração pública como também de reafirmação do lugar como destino turístico. A comunidade passa a ter iniciativas que reflitam valores, estilos de vida e o lado forte do turismo.

Justificativa	As estruturas oficiais do turismo e todos os municípios da região encontram-se enfraquecidas e considerando que no turismo, cabe aos órgãos oficiais o direcionamento, o ordenamento e a regulamentação, é imprescindível que estes organismos sejam fortalecidos com estruturas, pessoal técnico, equipamentos e condições de trabalho. Os Planos de Fortalecimento dos Municípios de Jardim e Bodoquena já estão elaborados, necessitando de implementação dos mesmos, com todas as diretrizes definidas para os mesmos. Faz-se necessário a elaboração e posteriormente a implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito. Mesmo que os três municípios do Polo estejam com seus Planos prontos e sendo implementados, é de fundamental importância, que fique bem claro que este “fortalecimento” reflita o Polo, e não mais mostrando cada município separadamente e é imprescindível que a região esteja preparada para a aplicação das ações contempladas neste PDITS.
Descrição das ações	Elaborar e implementar as ações referentes ao fortalecimento institucional visando fortalecer a gestão dos órgãos públicos e privados e dotar o corpo técnico destes setores de melhores condições, no sentido de desenvolver, implantar e fomentar as ações previstas pelo PRODETUR NACIONAL-MS para a região da Serra da Bodoquena, bem como dar prosseguimento ao planejamento turístico da região, após a aplicação do PDITS e os efeitos das ações implementadas.
Produtos	1. Estruturas de turismo definidas, com recursos e pessoal técnico; 2. Políticas de direcionamento para o desenvolvimento da região.
Resultados	Legislação turística – aplicabilidade e fiscalização Municípios fortalecidos no que concerne a gestão do seu território, seja em termos de administração pública como também de reafirmação do lugar como destino turístico.

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA DO TURISMO FORÇAS Conselhos municipais organizados; Existência de Secretaria de Turismo em Bonito e em Bodoquena e Assessoria em Jardim; Existência de Universidades que oferecem cursos na área de turismo na região. Existência de parcerias entre alguns segmentos organizados; OPORTUNIDADES Possibilidade de ordenar o crescimento preservando o meio ambiente e os atrativos turísticos; Existência de programas complementares tanto em nível federal e estadual. Plano de Fortalecimento Institucional de Jardim elaborado. Plano Diretor de Bonito elaborado em vias de aprovação pela Câmara Municipal; Plano Diretor de Jardim em fase de licitação. FRAGILIDADES Plano Diretor de Bodoquena elaborado somente para a área urbana. AMEAÇAS Ocupação desordenada da área de entorno dos atrativos turísticos.
Estratégia	E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo
Ações	6. Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena; 7. Readequação do Plano Diretor do município de Jardim 8. Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado 9. Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado 10. Elaboração do plano de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente 11. Implementação do plano de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente
	Detalhamento das ações
Objetivo	Apoiar as Administrações Municipais na implementação dos seus respectivos Planos Diretores Participativos, promovendo a organização, crescimento e o funcionamento da cidade, de modo a apoiar o processo de desenvolvimento sustentável do território, buscando parcerias entre a sociedade civil, empreendedores, poderes públicos e segmentos representativos para uma gestão democrática e participativa.
Justificativa	O Plano Diretor de um município tem como prerrogativa fundamental a garantia do exercício da autonomia do Município no que concerne o ordenamento físico-territorial e a regulação do crescimento e do desenvolvimento urbano. Isso significa que o município não abre mão da soberania na elaboração e implementação dos princípios da política urbana municipal e das diretrizes de desenvolvimento urbano sobre o território, bem como da responsabilidade pela elaboração, aprovação e aplicação da legislação que regulamenta o uso e a ocupação do seu território. A competência para legislar e promover o planejamento urbano, o ordenamento territorial e o controle do uso e da ocupação do solo são atribuições do município, prevista na Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 30. Além disso, a própria Constituição Federal, através dos artigos 182 e 183, atribuem ao município a competência para definir a

Descrição das ações	sua política urbana, com os objetivos de garantir o pleno exercício das funções sociais da cidade e das propriedades urbanas e as condições dignas de habitabilidade, de bem-estar e de vida de sua população. Readequar os Planos já elaborados e elaborar os que ainda estão em fase de licitação e aquele que já tiver sido elaborado, que é o caso do município de Bonito, implementar e monitorar, mobilizando os três atores principais e cada um com suas respectivas responsabilidades, são elas: Governo Municipal: • Implementação, avaliação e revisão das propostas do PDP; • Aplicação da Lei Municipal do PDP; • Divulgação dos conteúdos do PDP; • Capacitação de gestores públicos sobre o PDP; • Capacitação da sociedade civil sobre o PDP. Conselhos Gestores: • Capacitação e divulgação dos conteúdos do PDP; • Monitoramento, fiscalização e avaliação da implementação e revisão do PDP junto com bases sociais; • Mediação de conflitos; • Conhecimento sobre o funcionamento do Estado. Sociedade Civil: • Atuação nos espaços de participação social; • Pressão para a implementação correta do PDP; • Monitoramento, fiscalização e avaliação da implementação e revisão do PDP junto com bases sociais; • Capacitação e divulgação dos conteúdos do PDP.
Produtos	Planos Diretores dos três municípios elaborados, aprovados e implementados de acordo com Projetos de Leis aprovados.
Resultados	Os municípios terão um instrumento mobilizador de toda a comunidade, pois é ela quem define qual o tipo de destino turístico que ela deseja ver sua região transformada no futuro, já que é construído de forma ampla e participativa. A comunidade passa a ter iniciativas que reflitam valores, estilos de vida e o lado forte do turismo.

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA DO TURISMO FORÇAS Conselhos Municipais organizados; Existência de Secretaria de Turismo em Bonito e em Bodoquena e Assessoria em Jardim; Existência de Universidades que oferecem cursos na área de turismo na região. Existência de parcerias entre alguns segmentos organizados; OPORTUNIDADES Possibilidade de ordenar o crescimento, preservando o meio ambiente e os atrativos turísticos. Existência de programas complementares tanto em nível federal e estadual. Plano de Fortalecimento Institucional de Jardim elaborado. Plano Diretor de Bonito elaborado em vias de aprovação pela Câmara Municipal; Plano Diretor de Jardim em fase de licitação. FRAGILIDADES Pouco investimento da classe empresarial e política com as questões sociais; AMEAÇAS Ocupação desordenada das áreas de entorno dos atrativos turísticos. Descontinuidade dos gestores públicos de turismo; Ausência de política adequada ao turismo;
Estratégia	E.2 – Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil.
Ações	1. Implementação das ações dos Conselhos Locais e Regionais de Turismo; 2. Sensibilização do empresariado e a comunidade para a atividade turística. 3. Elaboração do Plano de Fortalecimento do Fórum Regional de Turismo para coordenação e criação de mecanismos de sinergia com o Fórum Estadual; 4. Implementação do Plano de Fortalecimento do Fórum Regional de Turismo para coordenação e criação de mecanismos de sinergia com o Fórum Estadual
	Detalhamento das ações
Objetivo	Buscar alternativas e propostas de fortalecimento da parceria entre o poder público e a iniciativa privada, buscar pelas pessoas, procurando o entendimento com aqueles que têm uma história mais prolongada no turismo e estabelecer algumas metas, mesmo que sejam pontuais, unindo as competências técnicas e empresariais, levando em consideração a importância de agregar os diversos setores e, principalmente, a sociedade civil organizada. Fortalecer as Instâncias de Governança municipal e regional em sintonia com o Fórum Estadual e incentivar os investimentos municipais, estaduais, nacionais e regionais na região do Polo da Serra da Bodoquena, estimulando a Parceria Público-Privada (PPP).
Justificativa	Tão importante quanto a implementação de uma política de turismo é a significativa participação das esferas municipal, estadual e federal e dos demais atores sociais envolvidos no processo, como o setor privado, terceiro setor e comunidade local, sendo que a participação de toda comunidade possibilita a criação de uma atmosfera de hospitalidade no

município, essencial para a integração entre as culturas do visitante e do visitado.

Dentro deste contexto é importante que o Conselho Municipal de Turismo de cada município, como órgão consultivo, normativo e deliberativo, e o Fórum Regional de Turismo atuem em conjunto, fazendo-se necessário uma sinergia entre eles, para que as atividades do Fórum Estadual tenham maior dinamismo e estruturação para desempenhar seu importante papel na interlocução e desenvolvimento do turismo.

O turismo tem que reunir ações que envolvam a comunidade, é essencial a definição de ações e papéis para o sucesso conjunto do trabalho.

Descrição das ações	Formular ações e atuar em conjunto com as entidades que o integram, para que funcione como um elo entre os poderes públicos e o setor privado, na formulação e implementação da Política Municipal de Turismo, buscando o desenvolvimento em bases sustentáveis, de forma a garantir o bem-estar de seus habitantes, dos turistas e do patrimônio natural e cultural da região. Estruturar estatuto, a pauta de reunião, as câmaras temáticas dos conselhos e do fórum da região, além de fortalecer o COMTUR nos municípios onde esta esfera esteja enfraquecida.
----------------------------	--

Produtos	Conselhos e Fórum com pauta de trabalho ativa.
-----------------	--

Resultados	Essa interação propiciará alguns elementos facilitadores na administração dos trabalhos a serem desenvolvidos, tais como: 1. Acordos entre empresários, governos e comunidades locais em torno do desenvolvimento equilibrado do turismo; 2. Fiscalização de ações degradantes; 3. Parcerias entre os empreendedores com as ações cooperativas; 4. Oportunidades de geração de emprego e renda em atividades complementares ou decorrentes.
-------------------	---

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	INFRAESTRUTURA BÁSICA FORÇAS Projeto de drenagem de águas pluviais de Bodoquena e Jardim elaborado. Drenagem de Bonito sendo solucionada pelo Ministério das Cidades, “Bonito-Melhor de Viver” e Programa Pró-Municípios. OPORTUNIDADES Investimentos do Projeto “Bonito – Melhor de Viver”. Investimentos do Programa Pró-Municípios. FRAGILIDADES Atualmente os municípios de Bodoquena e Jardim têm cobertura insuficiente de drenagem. AMEAÇAS Aumento de doenças por veiculação hídrica nos alagamentos provenientes das chuvas.
Estratégia	E.1– Melhoria e adequação da infraestrutura de drenagem pluvial.
Ações	1. Implantação do projeto de drenagem do município de Jardim; 2. Implantação do projeto de drenagem do município de Bodoquena; Detalhamento das ações
Objetivo	Os projetos de drenagem visam a redução de doenças por veiculação hídrica, e acima de tudo, proporcionar qualidade de vida à população, atendimento da demanda no período de alta temporada, gerando conforto e satisfação ao turista.
Justificativa	Dentre os serviços públicos básicos que um município deve ter contemplado, além da água tratada e canalizada, esgoto sanitário e destino final para a coleta do resíduo sólido, é a drenagem urbana. A drenagem superficial é um dos serviços essenciais, que bem executado e mantido operante seus dispositivos, elevarão o nível da saúde da população beneficiada. A carência deste sistema no município de Bodoquena faz com que em ocasiões de altos índices pluviométricos ocorram alagamentos significativos em todo o centro urbano, conforme indicado nos estudos realizados para a elaboração do PDITS 2004. No município de Bonito, quando ocorrem grandes precipitações parte da face sul da cidade fica inundada gerando desconforto aos proprietários de imóveis e a população que precisa transpor estes locais. No município de Jardim, quatro bacias hidrográficas drenam as precipitações pluviométricas que ocorrem na localidade, sendo que as inundações ocorrem na face Sul e a deságua desde a face sudeste do município. A cidade é praticamente, desprovida de um sistema adequado de drenagem, quando das altas precipitações, gera transtornos e inundações de pequenas proporções em área muito próxima à região central, região nobre e insalubre, tendo os Rios Miranda e Cachoeirinha como corpos receptores das águas superficiais. No âmbito do PRODETUR foi elaborado um projeto de drenagem urbana das águas pluviais para o município de Bodoquena. O projeto foi concebido com o objetivo de atender os principais problemas de drenagem da cidade de forma a dar condições para que a rede alcance uma quantidade significativa da população minimizando os efeitos de enchente no córrego João Augusto e empoçamento na área Central, região da creche e da Viação. No município de Jardim também foi elaborado um projeto de drenagem que identificou a necessidade de atender três regiões na área urbana: a

Descrição das ações	região da Vila Angélica e Centro (Bacia Nordeste), a região da Vila Brasil e Centro (Bacia Sudeste) e a região da Vila Panorama (Bacia Noroeste).
Produtos	Implantação dos projetos elaborados pelo PRODETUR NACIONAL – MS
Resultados	Projetos de Jardim e Bodoquena implantados. O resultado é a melhora de todo o sistema urbano, já que o sistema de drenagem faz parte do conjunto de melhoramentos públicos existentes em uma área urbana, assim como as redes de água, de esgotos sanitários, de cabos elétricos e telefônicos, além da iluminação pública, pavimentação de ruas, guias e passeios, parques, áreas de lazer, e outros. Em relação aos outros melhoramentos urbanos, o sistema de drenagem tem uma particularidade: o escoamento das águas das tormentas sempre ocorrerá independente de existir ou não sistema de drenagem adequado.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	INFRAESTRUTURA BÁSICA FORÇAS Município de Bonito com 96% de esgotamento sanitário implantado. Estação de Tratamento de Esgoto de Bonito uma das mais modernas do país, serve como modelo de tratamento de esgotos no Brasil. Estação de Tratamento de Esgoto de Bodoquena em fase de conclusão. Em Jardim expectativa de que até 2011, 80% da população seja beneficiada com tratamento de esgoto. Bonito tem aterro sanitário e UPL. Aterro sanitário de Jardim, em fase de conclusão, vai atender também os municípios de Bonito e Bodoquena. Os municípios do Polo são atendidos por 100% da coleta de resíduos sólidos. OPORTUNIDADES Investimentos do Projeto “Bonito – Melhor de Viver”. Investimentos do Programa Pró-Municípios. FRAGILIDADES O município de Bodoquena não possui projeto par a construção de aterro sanitário. AMEAÇAS Disposição de resíduos sólidos, de forma inadequada.
Estratégia	E.2 – Implantação de sistemas de disposição de resíduos sólidos.
Ações	1. Elaboração de projeto de aterro sanitário do município de Bodoquena; 2. Construção do aterro sanitário do município de Bodoquena; 3. Elaboração do projeto de uma UPL para o município de Bodoquena; 4. Construção de UPL no município de Bodoquena;
	Detalhamento das ações
Objetivo	Criar mecanismos legais, objetivando a proteção ao meio ambiente e o disciplinamento em relação ao lixo, através da legislação pertinente.
Justificativa	As gestões municipais têm se preocupado com a geração e deposição final dos resíduos sólidos em suas sedes, pois estes serviços se alteram em locais como o Polo Serra da Bodoquena, que em alta temporada esta demanda é duplicada. Um dos fatores de agravamento da qualidade ambiental para qualquer centro urbano é a falta de planejamento para a deposição do resíduo sólido gerado. Enfrentar o problema de geração de resíduo sólido vai além de um local adequado para deposição, é preciso considerar desde a origem deste descarte até seu destino final. No município de Bodoquena não existe aterro sanitário e tampouco, unidade de processamento e reciclagem do resíduo sólido ou Programa de Reciclagem, o que existe é um local específico para o destino final dos resíduos onde os mesmos são depositados ordenadamente em valas e com maquinário é feita a manutenção destes. A Secretaria de Meio Ambiente de Bonito possui um aterro sanitário controlado e sua própria UPL. Para a UPL vão os resíduos reciclados e na esteira, os catadores realizam a separação final. Após a conclusão do Aterro Sanitário em Jardim todo o resíduo sólido de Bonito será transportado para aquele município. Trata-se de um Aterro em consorcio com os municípios de Jardim, Bonito, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna e Nioaque. Este aterro está sendo construído com recursos do Ministério das cidades em parceria com a FUNASA e Ministério da Saúde. É importante destacar que a construção de aterros sanitários é somente uma das partes do problema que se deve solucionar. Deve-se implantar

		um processo de educação da população residente e flutuante para adotar hábitos e comportamentos que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados.
Descrição das ações	das	Construção de Aterro sanitário e Unidade de Processamento de Lixo.
Produtos		1. Aterro Sanitário de Jardim e Bodoquena conclusos. 2. Unidade de Processamento de Lixo de Bodoquena em funcionamento
Resultados		Melhoria em todo o sistema de resíduos sólidos.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	INFRAESTRUTURA BÁSICA FORÇAS 99% da população do Polo têm água tratada. OPORTUNIDADES Elaboração do Plano de Saneamento e de Investimentos para os municípios de Bodoquena e Jardim pela SANESUL, com previsão de melhoria/investimento no sistema de abastecimento de água, considerando a população urbana e flutuante, para os anos de 2018-2038. FRAGILIDADES Alto índice de perdas entre a captação e distribuição de água potável.
Estratégia	E.3 – Melhorar o sistema de abastecimento de água.
Ações	1. Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do polo. 2. Implantação do projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo. 3. Elaborar projeto para redução do grau de dureza da água 4. Implantar projeto para redução do grau de dureza da água 5. Elaboração de estudo hidro-geológico dos municípios do Polo. 6. Implantação de estudo hidro-geológico dos municípios do Polo.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Planejar ampliações e melhorias futuras no Sistema de Abastecimento de Água da Região da Serra da Bodoquena, tendo em vista o crescimento populacional (residente e flutuante) e atender a necessidade de redução e combate as perdas de água e do seu grau de dureza.
Justificativa	Apesar dos índices do atendimento à população com abastecimento de água ser bons, é imprescindível planejar ampliações e melhorias futuras, tendo em vista o crescimento populacional (residente e flutuante) e a necessidade de redução e combate as perdas de água e do seu grau de dureza. O atendimento a população flutuante principalmente na alta temporada, como a melhoria na qualidade de vida da população local, tem como ponto forte, a distribuição de água potável. Considerando o crescimento regional, motivado pela exploração do turismo, originou nos últimos 5 (cinco) anos um acréscimo de perfurações de poços tubulares profundos por parte da classe empresarial, principalmente da hoteleira e como a produção de água subterrânea esta relacionada à recarga dos aquíferos (fraturas) que estão condicionadas as precipitações pluviométricas, há necessidade de ser elaborado estudo hidro-geológico para a região. A melhoria na capacidade na operacionalidade nas sedes dos municípios pela empresa responsável, na captação, tratamento, reservação e distribuição atenderá com eficácia a população e, a classe empresarial poderá atender de forma satisfatória, àqueles que buscam a região para usufruir, das particularidades oferecidas.
Descrição das ações	1. Aquisição e instalação de micro-medidores da micro medição da Gerência Comercial, buscando reduzir perdas físicas e de faturamento relacionadas a precariedade da medição local. Estudos de dados Climatológicos e hidro-geológico, Mapeamento geológico e estrutural, Avaliação qualitativa e quantitativa dos recursos subterrâneos, Avaliação química, Locação de novos poços, que deverá auxiliar na elaboração dos Planos Diretores e conseqüentemente na construção de novos empreendimentos.

Produtos	1. Projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos três municípios. 2. Projeto de redução do grau de dureza 3. Estudo hidro-geológico dos municípios do Polo.
Resultados	1. Considerando que a região é altamente promissora para o desenvolvimento da atividade turística, há necessidade de garantir o abastecimento público dos municípios do Polo, bem como, servir de base para o planejamento urbano das cidades e contribuir para o gerenciamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da região considerando sua utilização e formas de preservação 2. O estudo hidro-geológico servirá para selecionar áreas para o abastecimento de consumo público, delimitando áreas próprias e impróprias para novas perfurações, localizando as regiões poluídas e possíveis fontes poluidoras do recurso subterrâneo, propondo ações regularizadoras; resguardando a recarga e o controle das reservas tendo em vista o abastecimento público das cidades e a crescente demanda em função do turismo.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	ACESSIBILIDADE RODOVIÁRIA FORÇAS Várias opções de acesso, interligando a outros Polos turísticos; Estradas situadas no entorno do Parque da Serra da Bodoquena, com atrativos em potencial (MS-178 e MS-339); A estrada MS-345 favorece ao turismo de pesca no rio Miranda (Bonito - Anastácio). OPORTUNIDADES Aumento de número de atrativos e integração com outras áreas turísticas; Investimentos do Programa PRODETUR. FRAGILIDADES Deslocamento de turista par a área selecionada através de transporte intermunicipal (ônibus) incipiente. AMEAÇAS Transporte intermunicipal de qualidade regular.
Estratégia Ação	E.4 – Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante. 1. Elaboração de estudos de alternativas de transportes municipal de qualidade nos municípios do polo 2. Implantação da melhor alternativa de transporte municipal para os municípios do Polo.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Colocar à disposição dos turistas que demandam os atrativos da região, meio de transporte seguro, confortável, e confiável e com oferta contínua para acesso aos atrativos turísticos localizados nos municípios, seja na área urbana quanto nas áreas rurais.
Justificativa	Com exceção do município de Jardim que possui transporte urbano, Bonito e Bodoquena possuem apenas transporte escolar diário para atender a área rural. Diagnosticado pelos Planos Diretores, realizados com recursos do PRODETUR, um meio de transporte muito utilizado pela população local, nos três municípios, são as bicicletas, considerando que a maior parte dos centros urbanos possui uma área plana e pouco extensa. Para os atrativos existem as Vans que são locadas através das agências. O restante do transporte é realizado em veículos particulares. Cabe salientar que há necessidade de implantação de serviços públicos de transporte, em Bodoquena e Bonito. Já em Jardim o sistema existente necessita de melhorias e ampliação, pelo menos, em horários e itinerários que atendam os principais atrativos turísticos, em função do custo de implantação destes serviços para as municipalidades.
Descrição das ações	Trata-se de desenvolver o estudo de alternativas viáveis, técnica e financeiramente, e sustentáveis ao longo do tempo, para o transporte de turistas aos atrativos naturais e histórico-culturais do município. Tal estudo deverá investigar tanto as alternativas tradicionais, tal como o ônibus de turismo tradicional, quanto soluções inovadoras, próprias para incentivar a vinda e a permanência do turista na cidade, criadas a partir das características e usos regionais. A operação e a exploração do transporte assim concebido poderão ser delegadas pela Prefeitura à iniciativa privada, em modelo similar aos adotados em parcerias público-privadas. A partir dos estudos assim procedidos, serão priorizadas as melhores alternativas, por sua viabilidade e originalidade, e elaborados os respectivos projetos executivos para a sua implantação. A colocação em prática dos resultados desta ação baseada em estudos e projetos será coordenada, em parceria, pelas unidades municipais

gestoras dos serviços públicos de transporte e do turismo. A participação ativa dos empreendedores locais e da comunidade em geral, para tanto, será fator importante para o sucesso do empreendimento.

Produtos
Resultados

Estudo de alternativas elaborado e implantado.

Transporte de qualidade para a comunidade residente e turistas.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	ACESSIBILIDADE RODOVIÁRIA FORÇAS Várias opções de acesso, interligando a outros Polos turísticos; Estradas situadas no entorno do Parque da Serra da Bodoquena, com atrativos em potencial (MS-178 e MS-339); A estrada MS-345 favorece ao turismo de pesca no rio Miranda (Bonito - Anastácio). OPORTUNIDADES Aumento de número de atrativos e integração com outras áreas turísticas; Investimentos do Programa PRODETUR. FRAGILIDADES Postos de Polícias Rodoviárias Estadual e Polícia Militar Ambiental com infra-estrutura deficiente e efetivo insuficiente.
Estratégia	E.4 – Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante.
Ação	3. Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao Polo. 4. Construção do posto da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao Polo.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Dotar a região, de policiamento seguro nos diversos aspectos, tanto ambiental quanto ao atendimento dos turistas que por ali trafegam, coibindo abuso de qualquer natureza que possa vir a ser cometido contra a natureza ou outro tipo qualquer que possa apresentar risco para o turista, para a população e para o meio ambiente faunísticos e florísticos.
Justificativa	A fiscalização permanente do meio ambiente é exercida pela Polícia Militar Ambiental, que conta com um contingente de 13 policiais sediados em Bonito, e apenas um veículo para fiscalizar uma área de 16 mil km². Esta se estende, além de Bonito, aos municípios de Bodoquena e Porto Murtinho. Com esses efetivos e a insuficiência de recursos não lhe é possível averiguar mais do que 60% das denúncias realizadas. Sua atuação prioritária está voltada para a conservação de nascentes e de matas ciliares. Um dos maiores problemas da região tem sido o desmatamento da Serra da Bodoquena, onde se encontram as nascentes dos rios que servem de base para os atrativos turísticos da região. Em Bonito, os casos de agressão ao meio ambiente são tratados judicialmente no próprio município. Um representante do Ministério Público sediado em Bonito notifica os responsáveis pelos supostos danos para que esclareçam os fatos, e, quando necessário, realizem ações destinadas a mitigar os danos causados. Atualmente, a maior parte dos inquéritos em andamento decorre da ausência de licenciamento para empreendimentos turísticos. Pode-se dizer que isso decorre tanto de uma prática de se criar situações de fato dificilmente reversíveis, como do descrédito em que incorrem os órgãos ambientais pela inércia burocrática ou, às vezes, por seu excesso de zelo. Em Bonito, inúmeras organizações não governamentais (ONG), além de suas funções de assessoria técnica, têm contribuído para suplementar o papel do Estado, especialmente na preservação do meio ambiente. Essa contribuição vai desde a organização de reivindicações ou denúncias de segmentos da sociedade com relação à proteção ambiental (movimentos em prol do estabelecimento de áreas protegidas, como a Serra da Bodoquena e o Pantanal do Nabileque) até a coordenação de iniciativas

destinadas à recuperação de áreas degradadas (projetos de recuperação de matas ciliares). Em relação à componente ambiental, salienta-se que para assegurar a coordenação efetiva e a integração de políticas setoriais e dos planos relativos a gestão ambiental ao nível mais alto, o Conselho de Ministros criou, em 1997, através da Lei do Ambiente, a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (CONDES).

Descrição das ações

Elaboração de projetos básicos e executivos para as obras de infraestrutura para as referidas entidades, atendendo todos os critérios vigentes para a construção.

Produtos

Projetos Básicos e Executivos elaborados

Resultados

Melhoria no sistema de fiscalização, ofertando cuidado e segurança ao residente e aos turistas.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	INFRAESTRUTURA BÁSICA FORÇAS Existência de Agrupamento do Corpo de Bombeiros em Jardim; FRAGILIDADES Agrupamento do Corpo de Bombeiros que atende Bodoquena está sediado a 140 km de distância. AMEAÇAS Demora no socorro ao acidentado ou em condições inapropriadas.
Estratégia	E.4 – Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante.
Ação	5. Elaboração de projeto básico e executivo para reforma e ampliação da Unidade do Corpo de Bombeiros de Jardim; 6. Reforma e ampliação da Unidade do Corpo de Bombeiros de Jardim; 7. Elaboração de projeto básico e executivo para construção da Unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito; 8. Construção da Unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito; 9. Equipar a Unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Dotar os municípios de Bonito e Bodoquena de um Agrupamento do Corpo de Bombeiros.
Justificativa	Geralmente nos atrativos que compõem o Polo, o resgate às vítimas de afogamento é realizado por guarda-vidas e por guias. São grupos que recebem treinamento através de instrutores da corporação do Corpo de bombeiros. Todos os anos guias e guarda vidas retornam ao curso para reciclagem. Como os passeios são sempre guiados, quando não há salva-vidas os guias são treinados para atender tal situação. O Corpo de Bombeiros que atende o município de Bodoquena está sediado no município de Aquidauana. Assim, a distância de 140 km, entre os municípios cria dificuldades na prestação de atendimento aos atrativos que enfrentam deficiências em termos de equipamentos e pessoal treinado para segurança. A presença do Corpo de Bombeiros nos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim é feita através do 8º Sub-agrupamento de Bombeiros em Jardim, que também atende Bonito, e do 7º Sub-agrupamento de Bombeiros, sediado em Aquidauana, que atende o município de Bodoquena.
Descrição das ações	Elaboração de projetos básicos e executivos para as obras de infraestrutura do Corpo de Bombeiros, atendendo todos os critérios vigentes para a construção.
Produtos	Projetos Básicos e Executivos elaborados
Resultados	Melhoria na segurança da população residente e turistas.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	ACESSIBILIDADE RODOVIÁRIA
Estratégia	E.4 – Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante.
Ação	10. Elaboração de projeto básico e executivo para construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito. 11. Construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito. 12. Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito. 13. Pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito. Detalhamento das ações
Objetivo	Com o objetivo de preservar a cidade de Bonito, dos Impactos negativos na estrutura urbana, que será inevitável, pelo acréscimo do volume de tráfego pesado, quando da pavimentação da rodovia MS-178.
Justificativa	Uma importante ação para propiciar maior segurança para a população local e para os turistas da região do Polo seria a construção de um mini-anel no entorno de Bonito retirando o tráfego pesado de dentro do centro urbano, pois com a pavimentação de MS-178, este município pode aumentar o fluxo de caminhões para transporte de cargas somado ao fluxo turístico.
Descrição das ações	Construção de anel rodoviário, interligando a rodovia MS-178, trecho BODOQUENA-BONITO, passando pela rodovia MS-345, e com o seu prolongamento que irá interceptar a BR-267. Com esse traçado ajudará no ordenamento da cidade.
Produtos	1. Projeto básico e executivo para o mini-anel. 2. Projeto básico e executivo para a MS-178 no trecho Jardim-Bonito. 3. Mini anel implantado; 4. MS 178 pavimentada no trecho em questão.
Resultados	Desvio do tráfego pesado do centro da cidade de Bonito, minimizando o fluxo de veículos após a pavimentação da MS-178 e da MS-345 e proporcionando mais segurança aos turistas.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	10. INFRAESTRUTURA BÁSICA FRAGILIDADES O sistema de saúde e segurança pública e precária. Sistema de saúde do polo insuficiente para atender acidentados com eficiência. AMEAÇAS Não há pronto socorro nos hospitais da região. Carência de médicos e infraestrutura de ortopedia e trauma para acidentes ocorridos em função da atividade de turismo.
Estratégia	E.4 – Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante.
Ação	14. Elaboração de projeto básico e executivo de um Centro de Ortopedia e Traumatologia para o Pólo. 15. Implantação do projeto de um Centro de Ortopedia e Traumatologia para o Pólo.
Detalhamento das ações	
Objetivo	Dotar o Polo de uma Unidade Hospitalar especializado em trauma, alinhando-o com o segmento de mercado consolidado na região.
Justificativa	A Organização Mundial de Saúde (OMS) não recomenda ou estabelece taxas ideais de número de leitos por habitante e tampouco, estes índices são suficientes para avaliação de um sistema de saúde. Porém no caso do Polo em questão, considerando o tamanho da população, o número de turistas e a distância entre o Polo e os municípios com uma rede de saúde maior, verifica-se a necessidade de ampliar e adequar o sistema de saúde do Polo. Assim, existe a necessidade de investimentos neste setor, pois faltam unidades hospitalares adequadas, completas e que comporte atendimento tanto para a comunidade como para o turista. No caso do turista, salienta-se a necessidade de ser desenvolvida uma estrutura de socorro e pronto atendimento específica de ortopedia e trauma para assistir adequadamente os acidentes decorrentes do turismo de aventura, muito praticado na região. Por fim, pode-se afirmar que o sistema público de saúde ainda é deficitário nos municípios do Polo, assim como em boa parte dos municípios brasileiros e, somado também a essa realidade Bodoquena, Bonito e Jardim são municípios de pequeno porte, onde a rede privada de saúde também é pequena. É notória a carência de profissionais de saúde em pequenos municípios, principalmente na rede pública, que normalmente oferecem menores salários, pouca infraestrutura e recursos tecnológicos defasados.
Descrição das ações	Elaboração e implantação de projeto básico e executivo que atenda as necessidades acima expostas.
Produtos	Unidade Hospitalar implantada
Resultados	Melhoria e rapidez no atendimento a residentes e turistas no caso de acidentes.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	INFRAESTRUTURA BÁSICA FRAGILIDADES Atualmente os municípios de Bodoquena e Jardim têm cobertura insuficiente de esgoto e drenagem AMEAÇAS Efluentes das ETE's, lançados aos corpos receptores com índices de eficiências não satisfatórios e precisando passar por processos de desinfecção.
Estratégia	E.5 – Melhorar o sistema de esgotamento sanitário do polo
Ação	1. Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo 2. Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo 3. Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim Detalhamento das ações
Objetivo	Adequar o nível de cobertura do sistema de esgotamento sanitário, monitorar a população atendida, identificar áreas urbanas não atendidas e monitorar o grau de tratamento e pontos de lançamento dos efluentes.
Justificativa	O adequado tratamento do esgoto nos municípios do polo contribui para a melhoria da saúde e qualidade de vida das populações locais e contribui também para a preparação do polo para eventual expansão da atividade turística no polo.
Descrição das ações	Elaboração e implantação de um programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo.
Produtos	Implantação do projeto de esgotamento sanitário no município de Jardim. Programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário implantado Projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim implantado
Resultados	Melhoria das condições de saúde e qualidade de vida das populações locais e dos turistas

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS PELO TURISMO FORÇAS Bom estado de conservação dos ambientes explorados Controle da visitação dos principais produtos turísticos Existência de Unidades de Conservação públicas e privadas; Bom nível de consciência do <i>trade</i> turístico quanto à importância da conservação dos recursos naturais Iniciativas públicas e privadas para a conservação dos recursos naturais OPORTUNIDADES Projeto de Uso Sustentável dos Recursos Naturais da sub-bacia do Rio Formoso/GEF. Liberação do uso público para fins turístico do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Criação do Geopark Bodoquena-Pantanal. FRAGILIDADES Turismo massificado nos balneários públicos e privados; Capacidade de visitação dos atrativos definida de forma empírica Ocupação irregular das Áreas de Preservação Permanente dos empreendimentos/atividades turísticas Fiscalização e monitoramento insuficientes das atividades turísticas que se utilizam de recursos ambientais AMEAÇAS Degradação ambiental em função do aumento excessivo do fluxo turístico.
Estratégia	E.1 – Ampliar a área de monitoramento e fiscalização de impactos ambientais.
Ações	1. Elaborar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo; 2. Implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo 3. Elaboração de um Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo. 4. Implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo 5. Elaboração de Sistema de Monitoramento da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena 6. Implantação de Sistema de Monitoramento da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena
	Detalhamento das ações
Objetivo	Minimizar a crescente ameaça, sofrida pelos municípios do Polo, advinda principalmente da descarga de esgotos domésticos, do solo oriundo da erosão das terras e da contaminação resultantes da disposição inadequada de lixo nas proximidades dos pequenos cursos d'água urbanos.

Justificativa	Considerando a fragilidade do ambiente em questão e a necessidade de proteção dos recursos naturais importantes, para que os mesmos continuem a desempenhar sua função ambiental e a dar sustentabilidade às ações de turismo, verificou-se a necessidade do ordenamento ambiental dos empreendimentos turísticos como um todo e das sub-bacias hidrográficas importantes para o turismo. Atividades industriais, agropecuárias e turísticas têm representado ameaças à qualidade dos recursos hídricos em geral, superficiais e subterrâneos. Entre as demandas para controle de qualidade das bacias importantes para o turismo, verifica-se a necessidade de adotar sistemas de tratamento de esgoto que atendam às especificidades locais, tendo em vista que as águas superficiais locais são utilizadas fundamentalmente para a recreação de contato primário. A elaboração do sistema de ordenamento ambiental deve procurar a integração aos processos de ordenamento e zoneamento territorial já existente na região e no Estado, a coordenação das informações de forma eficiente, a inserção de parâmetros e programas de governo e a integração dos parâmetros com a avaliação dos efeitos da sociedade sobre o meio ambiente e do meio ambiente na sociedade, oferecendo prognósticos, alternativas para o desenvolvimento socioeconômico e a avaliação dos recursos naturais nestes cenários.
Descrição das ações	Fortalecer as estruturas municipais de meio ambiente e sensibilizar a comunidades para as questões do meio ambiente, tornando-as parceiras do processo de monitoramento ambiental. Realizar pesquisa junto ao IMASUL sobre o tema Monitoramento da Qualidade das Águas, verificando o que está sendo feito e possível acompanhamento e elaborar Termo de Referência para o SOA (Sistema de Ordenamento Ambiental) e SMV (Sistema de Monitoramento da Visitação).
Produtos	▪ Índice de Qualidade da Água elevado ▪ Sistema de Ordenamento Ambiental. ▪ Estudo do Sistema de Monitoramento da Visitação.
Resultados	Recursos hídricos protegidos e minimamente impactados.

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS PELO TURISMO FORÇAS Existência de Unidades de Conservação públicas e privadas. OPORTUNIDADES Liberação do uso público para fins turístico do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Criação do Geopark Bodoquena-Pantanal. FRAGILIDADES Ocupação irregular das Áreas de Preservação Permanente dos empreendimentos/atividades turísticas. Alguma Unidades de Conservação sem planos de manejos e/ou sua implementação. AMEAÇAS Conflito com outras atividades econômicas; Degradação ambiental em função do aumento excessivo do fluxo turístico INFRAESTRUTURA BÁSICA FORÇAS Os municípios do Pólo são atendidos por 100% da coleta de resíduos sólidos AMEAÇAS Disposição de resíduos sólidos de forma inadequada
Estratégia	E.2 – Implantar sistema de gestão ambiental no Polo.
Ações	1. Elaboração de Programa de gestão e manejo de Unidades de Conservação 2. Elaboração do Programa Estadual de Apoio as Reservas Particulares do Patrimônio Natural 3. Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) 4. Implantação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) 5. Elaboração do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental 6. Implantação do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental 7. Elaboração de Programa de Educação Ambiental para o Polo. 8. Implantação do Programa de Educação Ambiental para o polo 9. Elaboração do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo 10. Implantação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo
	Detalhamento das ações
Objetivo	Aperfeiçoar e expandir as competências e a atuação do poder público municipal no que se refere à Gestão do Meio Ambiente nos municípios da Serra da Bodoquena e fortalecer institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.
Justificativa	A Gestão Territorial engloba um conjunto harmônico de ações para fortalecimento da gestão ambiental na região, dentre elas a gestão e manejo de Unidades de Conservação e das RPPN's para as áreas protegidas que possuem regras próprias de uso e de manejo, com a finalidade própria de preservação e proteção de espécies vegetais ou animais, de tradições culturais, de belezas paisagísticas ou de fontes científicas, dependendo da categoria em que se enquadram. No documento do Ministério do Meio Ambiente, Diagnóstico da

visitação em parques nacionais e estaduais (2004), algumas indicações citadas pelos estados constituem subsídios fundamentais para a elaboração das diretrizes para a visitação. Dentre estas se destacam o estudo da capacidade de suporte e controle do tamanho dos grupos e número de visitantes, além do estabelecimento de infraestrutura adequada e equipamentos para a realização das atividades de visitação.

O turismo baseado nos recursos naturais focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas.

Corroborando com estas ações, a Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE que é um instrumento que faculta a incorporação da dimensão ambiental de modo formal e sistemático no planejamento setorial e regional, pela realização de uma avaliação dos impactos ambientais gerados por conjuntos de ações-investimentos (políticas, planos e programas) que excede, portanto, a esfera de projetos isolados.

A Avaliação Ambiental Estratégica, portanto, deve avaliar a qualidade do ambiente e das conseqüências de conjuntos de ações-investimentos decorrentes de uma intenção planejada.

Um Programa de Educação Ambiental conduz à integração, à modificação e ao estabelecimento de relações entre os conhecimentos próprios a cada pessoa e os adquiridos em suas atividades. Dessa forma, os participantes passam a entender o meio de forma sistêmica, discernindo as competências e responsabilidades de cada setor da sociedade na busca da sustentabilidade. O Programa promove atividades como treinamentos ambientais, calendário ecológico, ações educativas, palestras e debates sobre temas socioambientais.

Recomenda-se a elaboração de um plano integrado de gestão de resíduos sólidos para região do Polo que contemple as ações e etapas de redução, separação, reutilização, reciclagem, acondicionamento, coleta seletiva, compostagem e destinação adequadas dos resíduos sólidos. Devendo implantar um processo de educação da população residente e flutuante para adotar hábitos e comportamentos que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados.

Descrição das ações

Proceder a análise da situação atual, avaliar as potencialidades para expansão da gestão ambiental pelo Polo, e ainda, identificar e implantar medidas nesta direção.

Caberá à administração municipal contratar a prestação de serviços especializados para a realização dos estudos, proposições e orientação da sua implantação, incluindo a elaboração de instrumentos legais cabíveis e a oficialização das mudanças diante dos Sistemas Estadual e Federal de Meio Ambiente e tratamento das interfaces com os demais níveis de governo – federal e estadual nesse sentido.

Caberá às administrações municipais, com a colaboração dos Conselhos de Meio Ambiente, instituir uma Comissão Interna para acompanhamento e para construção conjunta de tais produtos.

Implantar o Plano Estratégico de Gestão Ambiental. Os serviços a serem prestados deverão incluir o cumprimento, dentre outras, das seguintes atividades:

- Elaboração de diretrizes, estratégias, mecanismos e instrumentos de gestão ambiental tendo em vista o uso racional dos recursos naturais, a ocupação territorial compatível com a capacidade de

suporte do meio natural, a regulação das atividades potencialmente poluidoras, a recuperação de áreas degradadas, a restauração do equilíbrio ecológico dos sistemas naturais e a potencialização dos processos de desenvolvimento sustentável;

- Mobilização da sociedade local por meio de fóruns de discussão participativa entre a administração municipal, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA's e a comunidade local; sensibilização da comunidade e potencialização do papel de educador ambiental exercido pelos cidadãos em seu cotidiano;
- Criação de instrumentos normativos, administrativos e de gestão financeira para subsidiar a gestão do meio ambiente, tornando os dados e informações resultantes permanentemente disponíveis ao público;

As orientações e indicações constantes do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental assim elaborado constituirão a base para a revisão e atualização do Código Municipal de Meio Ambiente e para a definição clara e objetiva dos limites e das possibilidades de atuação dos poderes públicos municipais por meio do Núcleo de Meio Ambiente e para a elaboração e implantação da Agenda 21 Local e Regional.

O Programa de Educação Ambiental deve consolidar nas comunidades do Polo onde vai atuar uma cultura inspirada no princípio da sustentabilidade. O Programa deve ultrapassar as questões operacionais, técnicas e de segurança, constituindo uma estratégia mais abrangente, que incorpora a educação ambiental como valor cultural do local. O objetivo é disseminar conceitos e demonstrar a influência de cada pessoa para a qualidade ambiental do meio em que vive.

Produtos

1. Programa de gestão e manejo de UC;
2. Programa Estadual de Apoio as Reservas Particulares do Patrimônio Natural;
3. Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).
4. Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental elaborado.
5. Programa de Educação Ambiental para o Polo.
6. Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo implantado

Resultados

As municipalidades da região expandem sua atuação e assumem novas responsabilidades neste campo e promovem a cidadania ambiental por meio da construção de um plano local de desenvolvimento sustentável em consonância com o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.

A iniciativa de educação ambiental aumenta o comprometimento das comunidades do entorno em relação às questões ambientais.

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS PELO TURISMO FORÇAS Bom nível de consciência do <i>trade</i> turístico quanto a importância da conservação dos recursos naturais. OPORTUNIDADES Projeto de Uso Sustentável dos Recursos Naturais da sub-bacia do Rio Formoso – GEF. FRAGILIDADES Ocupação irregular das APP's dos empreendimentos/atividades turísticas. Turismo massificado nos balneários públicos e privados AMEAÇAS Degradação ambiental em função do aumento excessivo do fluxo turístico.
Estratégia	E.3 – Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais.
Ações	1. Revisão do arcabouço legal do meio ambiente dos três municípios do Polo.
Detalhamento das ações	
Objetivo	Atualizar e aperfeiçoar os instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios do Polo da Serra da Bodoquena, à luz da política e de diretrizes municipais para o setor.
Justificativa	O Código Municipal de Meio Ambiente hoje em vigor nos municípios de modo geral apresentam-se como documento regulador da gestão setorial, com conteúdo bastante completo, abrangente e tecnicamente adequado. Entretanto, falta-lhe a base das definições estratégicas, que será aportada pelo Plano Estratégico de Gestão. Assim, torna-se necessária a análise do conteúdo do Código e a sua adequação, o que demandará a contratação de consultoria especializada, com a colaboração da unidade gestora do meio ambiente das administrações municipais, dos demais setores correlatos da estrutura do poder público e a necessária contribuição dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Nos três municípios que compõem a Serra da Bodoquena, o Marco Legal e Institucional é ineficiente, a legislação do turismo ainda é incipiente deixando muitas lacunas a serem preenchidas neste setor. Percebe-se que é preciso criar instrumentos legais para incentivar, regular e fiscalizar o setor de turismo e meio ambiente, considerando que os instrumentos legais instituídos são restritos e esparsos, ou seja, inexistem leis, decretos, instruções ou outros instrumentos normativos voltados para a regulação/ordenação das atividades turísticas nos municípios, nem mesmo voltadas para qualquer ação direta de fiscalização ou para o gerenciamento dos atrativos turísticos de propriedades municipais.
Descrição das ações	Trata-se de proceder à revisão do Código Municipal de Meio Ambiente tendo por base o Plano Municipal Estratégico de Gestão Ambiental a ser elaborado, conforme E3, Ação nº. 02 do COMPONENTE 5 – Gestão.Ambiental.
Produtos	Código Municipal de Meio Ambiente readequado de acordo com as necessidades locais.
Resultados	Eficiência na legislação ambiental

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	INCLUSÃO SOCIAL FORÇAS Sensibilização da comunidade quanto as questões ambientais; Boa conscientização turística – ambiental; OPORTUNIDADES Vocação turística da região FRAGILIDADES Pouca participação da população local nos eventos relacionados ao turismo e meio ambiente. AMEAÇAS Resistência por parte da população em relação a presença do turista. Cultura conservadora da comunidade.
Estratégia	E.3 – Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais.
Ações	2. Elaboração da Agenda 21 Regional.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Fortalecer institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental.
Justificativa	O turismo baseado nos recursos naturais focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas. A região não dispõe de nenhuma orientação nesse aspecto.
Descrição das ações	Para a elaboração da Agenda 21 Regional nos municípios da Serra da Bodoquena, contemplando as ações propostas no Passo-a-Passo da Agenda 21 Local e Regional disponibilizada pelo Ministério do Meio Ambiente, mobilizar um grupo de trabalho composto por agentes internos à administração municipal e representante da sociedade. Segue o cumprimento das seguintes etapas: Mobilizar e sensibilizar o governo e a sociedade; Criar um Fórum de Agenda 21 Regional; Elaborar um diagnóstico participativo; Elaborar, implementar, monitorar e avaliar um plano local de desenvolvimento sustentável.
Produtos	Fórum de Agenda 21 Regional instituído.
Resultados	Promover a cidadania ambiental por meio da construção de um plano local de desenvolvimento sustentável (agenda 21) em consonância com o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.

1.3 – Relação das ações por município

Quadro 6 – Estratégia de produto turístico: ações por município

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO		
ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS
E.1 - Diversificar a oferta turística transformando em produtos turísticos os atrativos em potencial	▪ Elaboração de projeto para estruturação do Geopark	SB
	▪ Implantação do projeto para estruturação do Geopark	SB
	▪ Criação de roteiro turístico Geo-cultural;	SB
	▪ Implementação de roteiro turístico Geo-cultural	SB
	▪ Elaboração de Projeto do Centro de Referência em Geo-História em Bonito	BONITO
	▪ Implantação do Centro de Referência em Geo-História em Bonito;	BONITO
	▪ Estimular a implantação do turismo de base comunitária nos assentamentos existentes em Bodoquena	BODOQUENA
	▪ Consolidação do produto cultural Retirada da Laguna em Jardim;	JARDIM
	▪ Elaboração de estudos de viabilidade para a prática de Espeleologia na região da Serra da Bodoquena;	SB
	▪ Articular com os órgãos responsáveis a abertura à visitação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena;	SB
	▪ Eleger a MS-178 como Estrada Turística Estadual;	SB
	▪ Consolidação da Rota Pantanal-Bonito.	SB
	▪ Estruturação de Roteiros Turísticos Integrados;	SB
	▪ Construir e equipar o receptivo para as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul e Nossa senhora Aparecida.	BONITO
E.2 - Implantar sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos	▪ Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental	SB
	▪ Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena	SB

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO		
ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS
E.3 - Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística	▪ Estimular proprietários de fazendas potencialmente turísticas à investirem em novos empreendimentos turísticos;	SB
	▪ Estimular a criação de melhores incentivos fiscais para empreendedores turísticos;	SB
	▪ Estabelecimento de critérios socioambientais para o investimento privado no Polo;	SB
	▪ Fomento à iniciativa privada com o intuito de promover e divulgar as condições dos serviços financeiros e do crédito, estimulando e direcionando formas inovadoras de acesso aos recursos.	SB
	▪ Criação e divulgação de um <i>portfólio</i> de oportunidades de investimentos no turismo na região.	SB
E.4 - Qualificar os recursos humanos para o turismo e a hospitalidade	▪ Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais.	SB
	▪ Ampliação de parcerias público/privada para a capacitação profissional do turismo;	SB
	▪ Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência atual e para novas modalidades que surgirão;	SB
E.5 – Implantar sinalização turística na região	▪ Elaboração de projeto de Sinalização Turística para o Polo ▪ Implantação de projeto de Sinalização Turística para o Polo	SB

Quadro 7 - Estratégia de comercialização: ações por município

COMPONENTE 2 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO		
ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS
E.1 – Transformar a Serra da Bodoquena em um destino mais competitivo no mercado regional, nacional e internacional, com o intuito de posicionar a região como destino turístico	▪ Elaboração do Plano de Marketing Turístico elaborado para a Serra da Bodoquena;	SB
	▪ Implantação do Plano de <i>Marketing</i> Turístico elaborado para a Serra da Bodoquena	SB
	▪ Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização;	SB
	▪ Elaboração do Plano de investimentos para Plano de <i>Marketing</i> .	SB
E.2 - Estruturar sistema de acompanhamento e monitoramento da demanda turística	▪ Realização de pesquisas sistemáticas do perfil de demanda real e potencial no Polo;	SB
	▪ Elaboração de projeto de um sistema de informações turísticas regional	SB
	▪ Implantação de um sistema de informações turísticas	SB
E.3 - Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com destinos que possuam produtos complementares aos da Serra da Bodoquena	▪ Realização de campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares.	SB
	▪ Captação de investidores para desenvolvimento de ações visando o desenvolvimento de negócios relacionados ao turismo	SB
E.4 - Apoiar os grupos de empreendedores nas ações de desenvolvimento de produtos, promoção e divulgação do Polo	▪ Realização de <i>famtours</i> e <i>presstrips</i> para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo.	SB
	▪ Fomento ao acesso dos prestadores de serviços turísticos aos canais de distribuição;	SB
	▪ Intensificação de programas de captação de eventos.	SB
	▪ Fomento ao turismo regional.	SB

Quadro 8 – Fortalecimento institucional: ações por município

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		
ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS
E.1 – Fortalecer institucionalmente municípios do polo	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim.	JARDIM
	▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito.	BONITO
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito.	BONITO
	▪ Readequação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.	BODOQUENA
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.	BODOQUENA
	▪ Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena	BODOQUENA
	▪ Readequação do Plano Diretor do município de Jardim.	JARDIM
	▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado	SB
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado	SB
	▪ Elaboração do plano de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente	SB
	▪ Implementação do plano de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente	SB
E.2 – Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil	▪ Implementação das ações dos Conselhos Locais e Regionais de Turismo.	SB
	▪ Sensibilização do empresariado e a comunidade para a atividade turística.	SB
	▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento do Fórum Regional de Turismo para coordenação e criação de mecanismos de sinergia com o Fórum Estadual;	SB
	▪ Implantação do Plano de Fortalecimento do Fórum Regional de Turismo para coordenação e criação de mecanismos de sinergia com o Fórum Estadual;	SB

Quadro 9 – Infraestrutura e serviços básicos: ações por município

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS		
ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS
E.1 – Melhoria e adequação da infraestrutura de drenagem pluvial.	▪ Implantação do projeto de drenagem do município de Jardim.	JARDIM
	▪ Implantação do projeto de drenagem do município de Bodoquena.	BODOQUENA
E.2 - Implantação de sistemas de disposição de resíduos sólidos	▪ Elaboração do projeto de aterro sanitário do município de Bodoquena;	BODOQUENA
	▪ Construção do aterro sanitário do município de Bodoquena;	BODOQUENA
	▪ Elaboração do projeto de uma UPL para o município de Bodoquena;	BODOQUENA
	▪ Construção de UPL no município de Bodoquena;	BODOQUENA
E.3 – Melhorar o sistema de abastecimento de água	▪ Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo.	SB
	▪ Implantação do projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo.	SB
	▪ Elaborar projeto para redução do grau de dureza da água	SB
	▪ Implantar projeto para redução do grau de dureza da água	SB
	▪ Elaboração de estudo hidro-geológico dos municípios do Polo.	SB
	▪ Implantação do estudo hidro-geológico dos municípios do Polo.	SB

Infraestrutura e serviços básicos: ações por município

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS		
ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS
E.4 – Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante	▪ Elaboração de estudos de alternativas de transporte municipal de qualidade nos municípios do polo	SB
	▪ Implantação da melhor alternativa de transporte municipal para os municípios do Polo.	SB
	▪ Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao Polo.	SB
	▪ Construção do posto da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao Polo.	SB
	▪ Elaboração de projeto básico e executivo para reforma e ampliação de uma Unidade do Corpo de Bombeiros de Jardim;	JARDIM
	▪ Reforma e ampliação da Unidade do Corpo de Bombeiros de Jardim.	JARDIM

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS		
ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS
E.4 – Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante (continuação)	▪ Elaboração de projeto básico e executivo para construção da Unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito;	BONITO
	▪ Construção da Unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito;	BONITO
	▪ Equipar a Unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito;	BONITO
	▪ Elaboração de projeto básico e executivo para construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito;	BONITO
	▪ Construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito;	BONITO
	▪ Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito.	SB
	▪ Pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito.	SB
	▪ Elaboração de projeto básico e executivo de um Centro de Ortopedia e Traumatologia para o Polo.	SB
	▪ Implantação do projeto do Centro de Ortopedia e Traumatologia do Polo.	SB
E.5 – Melhorar o sistema de esgotamento sanitário do polo	▪ Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo	SB
	▪ Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo	SB
	▪ Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim	JARDIM

Quadro 10 – Gestão ambiental: ações por município

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL		
ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS
E.1 - Ampliar a área de monitoramento e fiscalização de impactos ambientais	▪ Elaborar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo	SB
	▪ Implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo	SB
	▪ Elaboração do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo	SB
	▪ Implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo	SB
	▪ Elaboração do Sistema de Monitoramento da Visitação-SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena.	SB
	▪ Implantação de Sistema de Monitoramento da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena	SB
E.2 - Implantar sistema de gestão ambiental no Polo	▪ Elaboração de Programa de gestão e manejo de Unidades de Conservação	SB
	▪ Elaboração do Programa Estadual de Apoio as Reservas Particulares do Patrimônio Natural;	SB
	▪ Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).	SB
	▪ Implantação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)	SB
	▪ Elaboração do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.	SB
	▪ Implantação do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.	SB
	▪ Elaboração de Programa de Educação Ambiental para o Polo.	SB
	▪ Implantação do Programa de Educação Ambiental para o polo	SB
	▪ Elaboração do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo	SB
	▪ Implantação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo	SB

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL		
ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS
E.3 - Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais	▪ Revisão do arcabouço legal do Meio Ambiente dos três municípios do Polo.	SB
	▪ Elaboração da Agenda 21 Regional.	SB
OBS: Vale lembrar que a maioria das ações propostas foram agrupadas por região, já que o intuito é regionalizar. Poucas são as ações isoladas por município.		

1.4 — Dimensionamento dos investimentos por ação e por município

Quadro 11 – Estratégia de produto turístico: investimento por ação e por município

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB ¹	Total Geral R\$	Total Geral U\$
E.1 - Diversificar a oferta turística transformando em produtos turísticos os atrativos em potencial						
▪ Elaboração de projeto para estruturação do Geopark;				200.000,00	200.000,00	113.862,80
▪ Implantação do projeto para estruturação do Geopark				200.000,00	200.000,00	113.862,80
▪ Criação de roteiro turístico Geo-cultural;				100.000,00	100.000,00	56.931,40
▪ Implantação de roteiro turístico Geo-cultural;				50.000,00	50.000,00	28.465,69
▪ Elaboração de Projeto do Centro de Referência em Geo-História em Bonito	200.000,00				200.000,00	113.862,80
▪ Implantação do Centro de Referência em Geo-História em Bonito	5.000.000,00				5.000.000,00	2.846.569,88
▪ Estimular a implantação do turismo de base comunitária nos assentamentos existentes em Bodoquena;		200.000,00			200.000,00	113.862,80
▪ Consolidação do produto cultural Retirada da Laguna em Jardim;			500.000,00		500.000,00	284.656,99

¹ SERRA DA BODOQUENA

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB ²	Total Geral R\$	Total Geral US
E.1 - Diversificar a oferta turística transformando em produtos turísticos os atrativos em potencial						
▪ Elaboração de estudos de viabilidade para a prática de Espeleologia na região da Serra da Bodoquena;				460.000,00	460.000,00	261.884,43
▪ Articular com os órgãos responsáveis a abertura à visitação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena;				100.000,00	100.000,00	56.931,40
▪ Eleger a MS-178 como Estrada Turística Estadual;				3.000.000,00	3.000.000,00	1.707.941,93
▪ Consolidação da Rota Pantanal-Bonito.				400.000,00	400.000,00	227.725,59
▪ Estruturação de Roteiros Turísticos Integrados;				800.000,00	800.000,00	455.451,18
▪ Construir e equipar o receptivo para as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul e Nossa senhora Aparecida.	2.000.000,00				2.000.000,00	1.138.627,95
E.2 - Implantar sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos						
▪ Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental				700.000,00	700.000,00	398.519,78
▪ Criação de mecanismo de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena				350.000,00	350.000,00	199.259,89

² SERRA DA BODOQUENA

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB ³	Total Geral R\$	Total Geral US\$
E.3 - Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística;						
▪ Estimular proprietários de fazendas potencialmente turísticas à investirem em novos empreendimentos turísticos;				150.000,00	150.000,00	85.397,10
▪ Estimular a criação de melhores incentivos fiscais para empreendedores turísticos;				350.000,00	350.000,00	199.259,89
▪ Estabelecimento de critérios socioambientais para o investimento privado no Polo;				250.000,00	250.000,00	142.328,49
▪ Fomento à iniciativa privada com o intuito de promover e divulgar as condições dos serviços financeiros e do crédito, estimulando e direcionando formas inovadoras de acesso aos recursos.				250.000,00	250.000,00	142.328,49
▪ Criação e divulgação de um <i>portfólio</i> de oportunidades de investimentos no turismo na região.				800.000,00	800.000,00	455.451,18

³ SERRA DA BODOQUENA

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB ⁴	Total Geral R\$	Total Geral US\$
E.4 - Qualificar os recursos humanos para o turismo e a hospitalidade						
▪ Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais.				150.000,00	150.000,00	85.397,10
▪ Ampliação de parcerias público/privada para a capacitação profissional do turismo;				350.000,00	350.000,00	199.259,89
▪ Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão;				50.000,00	50.000,00	28.465,70
E.5 – Implantar sinalização turística na região						
▪ Elaboração de projeto de Sinalização Turística para o polo				1.500.000,00	1.500.000,00	853.970,96
▪ Implantação de projeto de Sinalização Turística para o polo				5.000.000,00	5.000.000,00	2.846.569,88
TOTAL GERAL	7.200.000,00	200.000,00	500.000,00	15.210.000,00	23.110.000,00	13.156.846,00

⁴ SERRA DA BODOQUENA

Quadro 12 – Estratégias de comercialização: investimento por ação e por município

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R\$	Total Geral U\$
E.1 – Transformar a Serra da Bodoquena em um destino mais competitivo no mercado regional, nacional e internacional, com o intuito de posicionar a região como destino turístico.						
▪ Elaboração do Plano de Marketing Turístico elaborado para a Serra da Bodoquena;				200.000,00	200.000,00	113.862,80
▪ Implantação do Plano de <i>Marketing</i> Turístico elaborado para a Serra da Bodoquena				1.500.000,00	1.500.000,00	853.970,96
▪ Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização;				400.000,00	400.000,00	227.725,59
▪ Elaboração do Plano de investimentos para Plano de Marketing.				200.000,00	200.000,00	113.862,80
E.2 - Estruturar sistema de acompanhamento e monitoramento da demanda turística						
▪ Realização de pesquisas sistemáticas do perfil de demanda real e potencial no Polo;				500.000,00	500.000,00	284.656,99
▪ Elaboração de projeto de um sistema de informações turísticas regional				150.000,00	150.000,00	85.397,10
▪ Implantação de um sistema de informações turísticas				600.000,00	600.000,00	341.588,39

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral	Total Geral
					R\$	U\$
E.3 - Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com destinos que possuam produtos complementares aos da Serra da Bodoquena						
▪ Realização de campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares				2.500.000,00	2.500.000,00	1.423.284,94
▪ Captação de investidores para desenvolvimento de ações visando o desenvolvimento de negócios relacionados ao turismo				680.000,00	680.000,00	387.133,50
E.4 - Apoiar os grupos de empreendedores nas ações de desenvolvimento de produtos, promoção e divulgação do Polo						
▪ Realização de <i>famtours</i> e <i>presstrips</i> para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo.				1.300.000,00	1.300.000,00	740.108,17
▪ Fomento ao acesso dos prestadores de serviços turísticos aos canais de distribuição;				300.000,00	300.000,00	170.794,19
▪ Intensificação de programas de captação de eventos.				1.600.000,00	1.600.000,00	910.902,36
▪ Fomento ao turismo Regional.				1.500.000,00	1.500.000,00	853.970,96
Total geral				11.430.000,00	11.430.000,00	6.507.258,75

Quadro 13 – Fortalecimento institucional: investimento por ação e por município

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R\$	Total Geral U\$
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo						
▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim			1.000.000,00		1.000.000,00	569.313,97
▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito	200.000,00				200.000,00	113.862,80
▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito	1.000.000,00				1.000.000,00	569.313,97
▪ Readequação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena		200.000,00			200.000,00	113.862,80
▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena		1.000.000,00			1.000.000,00	569.313,97
▪ Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena		250.000,00			250.000,00	142.328,49
▪ Readequação do Plano Diretor do município de Jardim			250.000,00		250.000,00	142.328,49
▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado				200.000,00	200.000,00	113.862,80
▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado				300.000,00	300.000,00	170.794,20
▪ Elaboração do plano de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente				200.000,00	200.000,00	113.862,80
▪ Implementação do plano de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente				200.000,00	200.000,00	113.862,80

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R\$	Total Geral US\$
E.2 – Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil						
▪ Implementação das ações dos Conselhos Locais e Regionais de Turismo				100.000,00	100.000,00	56.931,40
▪ Sensibilização do empresariado e a comunidade para a atividade turística				100.000,00	100.000,00	56.931,40
▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento do Fórum Regional de Turismo para coordenação e criação de mecanismos de sinergia com o Fórum Estadual;				120.000,00	120.000,00	68.317,68
▪ Implementação do Plano de Fortalecimento do Fórum Regional de Turismo para coordenação e criação de mecanismos de sinergia com o Fórum Estadual;				200.000,00	200.000,00	113.862,80
TOTAL GERAL	1.200.000,00	1.450.000,00	1.250.000,00	1.420.000,00	5.320.000,00	3.028.750,35

Quadro 14 - Infraestrutura e serviços básicos: investimento por ação e por município*Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010*

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R\$	Total Geral U\$
E.1 – Melhoria e adequação da infraestrutura de drenagem pluvial.						
▪ Implantação do projeto de drenagem do município de Jardim			10.000.000,00		10.000.000,00	5.693.139,77
▪ Implantação do projeto de drenagem do município de Bodoquena		6.000.000,00			6.000.000,00	3.415.883,86
E.2 - Implantação de sistemas de disposição de resíduos sólidos.						
▪ Elaboração do projeto de aterro sanitário do município de Bodoquena;		1.000.000,00			1.000.000,00	569.313,98
▪ Construção do aterro sanitário do município de Bodoquena;		2.000.000,00			2.000.000,00	1.138.627,95
▪ Elaboração do projeto de uma UPL para o município de Bodoquena;		1.000.000,00			1.000.000,00	569.313,98
▪ Construção de UPL no município de Bodoquena;		1.500.000,00			1.500.000,00	853.970,96

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R\$	Total Geral U\$
E.3 – Ampliar o sistema de abastecimento de água						
▪ Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo.				500.000,00	500.000,00	284.656,99
▪ Implantação do projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo				2.500.000,00	2.500.000,00	1.423.284,94
▪ Elaborar projeto para redução do grau de dureza da água				500.000,00	500.000,00	284.656,99
▪ Implantar projeto para redução do grau de dureza da água				2.000.000,00	2.000.000,00	1.138.627,95
▪ Elaboração de estudo hidro-geológico dos municípios do Polo.				1.000.000,00	1.000.000,00	569.313,98
▪ Implantação do estudo hidro-geológico dos municípios do Polo.				5.000.000,00	5.000.000,00	2.846.569,88

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R\$	Total Geral U\$
E.4 – Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante						
▪ Elaboração de estudos de alternativas de transporte municipal de qualidade nos municípios do polo				300.000,00	300.000,00	170.794,19
▪ Implantação da melhor alternativa de transporte municipal para os municípios do polo.				2.000.000,00	2.000.000,00	1.138.627,95
▪ Elaboração de projetos, básico e executivo, para construção do posto da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao polo.				1.500.000,00	1.500.000,00	853.970,96
▪ Construção do posto da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao polo.				3.000.000,00	3.000.000,00	1.707.941,93

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R\$	Total Geral US
E.4 – Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante						
▪ Elaboração de projeto básico e executivo para reforma e ampliação do uma Unidade do Corpo de Bombeiros de Jardim;			1.500.000,00		1.500.000,00	853.970,96
▪ Reforma e ampliação do uma Unidade do Corpo de Bombeiros de Jardim;			2.000.000,00		2.000.000,00	1.138.627,95
▪ Elaboração de projeto básico e executivo para construção da Unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito;	1.500.000,00				1.500.000,00	853.970,96
▪ Construção da Unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito;	5.000.000,00				5.000.000,00	2.846.569,88
▪ Equipar a unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito;	5.000.000,00				5.000.000,00	2.846.569,88
▪ Elaboração de projeto básico e executivo para construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito;	2.000.000,00				2.000.000,00	1.138.627,95
▪ Construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito;	12.000.000,00				12.000.000,00	6.831.767,72
▪ Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito.				2.000.000,00	2.000.000,00	1.138.627,95
▪ Pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito.				15.000.000,00	15.000.000,00	8.539.709,65
▪ Elaboração de projeto básico e executivo de um Centro de Ortopedia e Traumatologia para o Polo				500.000,00	500.000,00	284.656,99
▪ Implantação do Centro de Ortopedia e Traumatologia para o polo				4.000.000,00	4.000.000,00	2.277.255,91

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R\$	Total Geral US
E.5 – Melhorar o sistema de esgotamento sanitário do polo						
▪ Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo				200.000,00	200.000,00	113.862,80
▪ Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo				600.000,00	600.000,00	341.588,38
▪ Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim			200.000,00		200.000,00	113.862,80
TOTAL GERAL	25.500.000,00	11.500.000,00	13.700.000,00	40.600.000,00	91.300.000,00	51.978.366,07

Quadro 15 - Gestão ambiental: investimento por ação e por município

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R\$	Total Geral U\$
E.1 - Ampliar a área de monitoramento e fiscalização de impactos ambientais						
▪ Elaborar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo;				600.000,00	600.000,00	341.588,39
▪ Implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo				1.000.000,00	1.000.000,00	569.313,98
▪ Elaboração do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo;				300.000,00	300.000,00	170.794,19
▪ Implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo				500.000,00	500.000,00	284.656,99
▪ Elaboração de estudos para um Sistema de Monitoramento da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos públicos da Serra da Bodoquena				500.000,00	500.000,00	284.656,99
▪ Implantação de um Sistema de Monitoramento da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos públicos da Serra da Bodoquena				800.000,00	800.000,00	455.451,18

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R\$	Total Geral U\$
E.2 - Implantar sistema de gestão ambiental no Polo						
▪ Elaboração de Programa de gestão e manejo de Unidades de Conservação				350.000,00	350.000,00	199.259,89
▪ Elaboração do Programa Estadual de Apoio as Reservas Particulares do Patrimônio Natural;				350.000,00	350.000,00	199.259,89
▪ Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).				300.000,00	300.000,00	170.794,19
▪ Implantação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)				800.000,00	800.000,00	455.451,18
▪ Elaboração do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.				300.000,00	300.000,00	170.794,19
▪ Implantação do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental				500.000,00	500.000,00	284.656,99
▪ Elaboração de Programa de Educação Ambiental para o polo				50.000,00	50.000,00	28.465,70
▪ Implantação do Programa de Educação Ambiental para o polo				100.000,00	100.000,00	56.931,40
▪ Elaboração do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo				200.000,00	200.000,00	113.862,80
▪ Implantação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo				500.000,00	500.000,00	284.656,99

Estratégias e Ações	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Total Geral R\$	Total Geral U\$
E.3 - Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais						
▪ Revisão do arcabouço legal do Meio Ambiente dos três municípios do Polo.				300.000,00	300.000,00	170.794,19
▪ Elaboração da Agenda 21 Regional;				200.000,00	200.000,00	113.862,80
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	7.650.000,00	7.650.000,00	4.355.251,92

2. DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL

2.1 – Quadro de Investimentos Totais

Quadro 16 – Quadro de investimentos totais

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

COMPONENTES	Bonito	Bodoquena	Jardim	SB	Valor R\$ 1,00	Valor US\$ 1,00
1. ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	7.200.000,00	200.000,00	500.000,00	15.210.000,00	23.110.000,00	13.156.846,00
2. ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO				11.430.000,00	11.430.000,00	6.507.258,75
3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	1.200.000,00	1.450.000,00	1.250.000,00	1.420.000,00	5.320.000,00	3.028.750,35
4. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	25.500.000,00	11.500.000,00	13.700.000,00	40.600.000,00	91.300.000,00	51.978.366,07
5. GESTÃO AMBIENTAL				7.650.000,00	7.650.000,00	4.355.251,92
Total geral	33.900.000,00	13.150.000,00	15.450.000,00	76.310.000,00	138.810.000,00	79.026.473,10

2.2 - Avaliação da capacidade de pagamento

Considerando-se:

- A projeção do fluxo de turistas para o Polo Bonito – Serra da Bodoquena durante o período de vigência do PDITS;
- O tempo médio de permanência do turista;
- O gasto médio individual por viagem e, consequentemente, o gasto médio diário;
- As condições de financiamento do BID
- As condições para realização de operações de crédito do governo estadual com recursos do BID no âmbito do PRODETUR NACIONAL estabelecidas pela Lei nº 3.582, de 21 de novembro de 2008
- A projeção de um crescimento gradual de até 10% do fluxo de turistas até o quinto ano (ver item 4.1.2 do Diagnóstico Estratégico) e,
- A carga tributária estadual de 25,88% (variável que expressa a geração de receitas públicas estaduais):

A análise custo-benefício do PDITS recomenda a sua execução, pois considerando-se o investimento total de R\$ 138.810.000,00 e uma Taxa Média de Atratividade de 12% a.a., o Valor Presente Líquido (VPL) apresentado é de R\$ 418.539.082,25 e a Taxa Interna de Retorno (TIR) é de 45,83%.

Segundo a análise custo-benefício, quando o $VPL > 0$, os benefícios superam os custos e a sociedade ganha com a execução do projeto. Os dados são apresentados resumidamente nas tabelas a seguir e detalhadamente no excel anexo:

Quadro 17 – Estimativa de custo-benefício do PRODETUR/MS

a) Ano	b) Investimento (R\$)	Custos do Financiamento				Benefício Bruto	Benefício Líquido	
		c) Encargos Financeiros (R\$)	d) Taxa de Compromisso (R\$)	e) Comissão de Inspeção e Supervisão (R\$)	f) Valor Total (c+d+e) (R\$)	g) Receita Bruta (R\$)	h) Receita Líquida = (g - f) (R\$)	i) Receita Líquida Acumulada (R\$)
2011	R\$ 20.821.500,00	R\$ 844.173,90	R\$ 131.737,50	R\$ 316.170,00	R\$ 1.292.081,40	R\$ 57.176.970,49	R\$ 55.884.889,09	R\$ 55.884.889,09
2012	R\$ 41.643.000,00	R\$ 2.532.521,70	R\$ 111.976,88	R\$ 316.170,00	R\$ 2.960.668,58	R\$ 62.385.654,49	R\$ 59.424.985,91	R\$ 115.309.875,00
2013	R\$ 27.762.000,00	R\$ 3.658.086,90	R\$ 72.455,63	R\$ 316.170,00	R\$ 4.046.712,53	R\$ 68.069.142,08	R\$ 64.022.429,56	R\$ 179.332.304,56
2014	R\$ 27.762.000,00	R\$ 4.783.652,10	R\$ 46.108,13	R\$ 316.170,00	R\$ 5.145.930,23	R\$ 74.269.900,19	R\$ 69.123.969,96	R\$ 248.456.274,52
2015	R\$ 20.821.500,00	R\$ 5.627.826,00	R\$ 19.760,63	R\$ 316.170,00	R\$ 5.963.756,63	R\$ 81.036.293,89	R\$ 75.072.537,27	R\$ 323.528.811,79
2016	R\$ 0,00	R\$ 5.346.434,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.346.434,70	R\$ 81.036.293,89	R\$ 75.689.859,19	R\$ 399.218.670,98
2017	R\$ 0,00	R\$ 5.065.043,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.065.043,40	R\$ 81.036.293,89	R\$ 75.971.250,49	R\$ 475.189.921,47
2018	R\$ 0,00	R\$ 4.783.652,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.783.652,10	R\$ 81.036.293,89	R\$ 76.252.641,79	R\$ 551.442.563,26
2019	R\$ 0,00	R\$ 4.502.260,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.502.260,80	R\$ 81.036.293,89	R\$ 76.534.033,09	R\$ 627.976.596,35
2020	R\$ 0,00	R\$ 4.220.869,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.220.869,50	R\$ 81.036.293,89	R\$ 76.815.424,39	R\$ 704.792.020,74
2021	R\$ 0,00	R\$ 3.939.478,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.939.478,20	R\$ 81.036.293,89	R\$ 77.096.815,69	R\$ 781.888.836,44
2022	R\$ 0,00	R\$ 3.658.086,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.658.086,90	R\$ 81.036.293,89	R\$ 77.378.206,99	R\$ 859.267.043,43
2023	R\$ 0,00	R\$ 3.376.695,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.376.695,60	R\$ 81.036.293,89	R\$ 77.659.598,29	R\$ 936.926.641,72
2024	R\$ 0,00	R\$ 3.095.304,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.095.304,30	R\$ 81.036.293,89	R\$ 77.940.989,59	R\$ 1.014.867.631,31
2025	R\$ 0,00	R\$ 2.813.913,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.813.913,00	R\$ 81.036.293,89	R\$ 78.222.380,89	R\$ 1.093.090.012,20
2026	R\$ 0,00	R\$ 2.532.521,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.532.521,70	R\$ 81.036.293,89	R\$ 78.503.772,19	R\$ 1.171.593.784,39
2027	R\$ 0,00	R\$ 2.251.130,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.251.130,40	R\$ 81.036.293,89	R\$ 78.785.163,49	R\$ 1.250.378.947,88
2028	R\$ 0,00	R\$ 1.969.739,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.969.739,10	R\$ 81.036.293,89	R\$ 79.066.554,79	R\$ 1.329.445.502,67
2029	R\$ 0,00	R\$ 1.688.347,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.688.347,80	R\$ 81.036.293,89	R\$ 79.347.946,09	R\$ 1.408.793.448,76
2030	R\$ 0,00	R\$ 1.406.956,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.406.956,50	R\$ 81.036.293,89	R\$ 79.629.337,39	R\$ 1.488.422.786,15
2031	R\$ 0,00	R\$ 1.125.565,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.125.565,20	R\$ 81.036.293,89	R\$ 79.910.728,69	R\$ 1.568.333.514,84
2032	R\$ 0,00	R\$ 844.173,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 844.173,90	R\$ 81.036.293,89	R\$ 80.192.119,99	R\$ 1.648.525.634,84
2033	R\$ 0,00	R\$ 562.782,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 562.782,60	R\$ 81.036.293,89	R\$ 80.473.511,29	R\$ 1.728.999.146,13
2034	R\$ 0,00	R\$ 281.391,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 281.391,30	R\$ 81.036.293,89	R\$ 80.754.902,59	R\$ 1.809.754.048,72
2035	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89	R\$ 1.890.790.342,61
Totais (R\$)	R\$ 138.810.000,00	R\$ 70.910.607,60	R\$ 382.038,75	R\$ 1.580.850,00	R\$ 72.873.496,35	R\$ 1.963.663.838,96	R\$ 1.890.790.342,61	

Quadro 18 - Análise de viabilidade econômico-financeira

ESPECIFICAÇÃO	INVESTIMENTO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6
Investimento	-R\$ 138.810.000,00						
Receita Bruta		R\$ 57.176.970,49	R\$ 62.385.654,49	R\$ 68.069.142,08	R\$ 74.269.900,19	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89
Custos do Financiamento Pretendido		R\$ 1.292.081,40	R\$ 2.960.668,58	R\$ 4.046.712,53	R\$ 5.145.930,23	R\$ 5.963.756,63	R\$ 5.346.434,70
Receita Líquida		R\$ 55.884.889,09	R\$ 59.424.985,91	R\$ 64.022.429,56	R\$ 69.123.969,96	R\$ 75.072.537,27	R\$ 75.689.859,19
Margem Operacional		97,7%	95,3%	94,1%	93,1%	92,6%	93,4%
Payback - Descontado*	5,66						
VPL*	R\$ 418.539.082,25						
TIR	45,83%						

* Para cálculo dos índices de retorno do capital (PAYBACK e VPL), foi admitida uma TMA de 12% ao ano.

ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14
R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89
R\$ 5.065.043,40	R\$ 4.783.652,10	R\$ 4.502.260,80	R\$ 4.220.869,50	R\$ 3.939.478,20	R\$ 3.658.086,90	R\$ 3.376.695,60	R\$ 3.095.304,30
R\$ 75.971.250,49	R\$ 76.252.641,79	R\$ 76.534.033,09	R\$ 76.815.424,39	R\$ 77.096.815,69	R\$ 77.378.206,99	R\$ 77.659.598,29	R\$ 77.940.989,59
93,7%	94,1%	94,4%	94,8%	95,1%	95,5%	95,8%	96,2%

ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	ANO 21	ANO 22
R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89
R\$ 2.813.913,00	R\$ 2.532.521,70	R\$ 2.251.130,40	R\$ 1.969.739,10	R\$ 1.688.347,80	R\$ 1.406.956,50	R\$ 1.125.565,20	R\$ 844.173,90
R\$ 78.222.380,89	R\$ 78.503.772,19	R\$ 78.785.163,49	R\$ 79.066.554,79	R\$ 79.347.946,09	R\$ 79.629.337,39	R\$ 79.910.728,69	R\$ 80.192.119,99
96,5%	96,9%	97,2%	97,6%	97,9%	98,3%	98,6%	99,0%

ANO 23	ANO 24	ANO 25
R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89	R\$ 81.036.293,89
R\$ 562.782,60	R\$ 281.391,30	R\$ 0,00
R\$ 80.473.511,29	R\$ 80.754.902,59	R\$ 81.036.293,89
99,3%	99,7%	100,0%

3. SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES

3.1 – Cronograma das Ações para 5 anos

Quadro 19 - Estratégia de produto turístico: seleção e priorização das ações

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.1 - Diversificar a oferta turística transformando em produtos turísticos os atrativos em potencial	▪ Elaboração de projeto para estruturação do Geopark;	SB					
	▪ Implantação do projeto para estruturação do Geopark	SB					
	▪ Criação de roteiro turístico Geo-cultural;	SB					
	▪ Implementação de roteiro turístico Geo-cultural	SB					
	▪ Elaboração de Projeto e Implantação do Centro de Referência em Geo-História em Bonito;	BONITO					
	▪ Implantação do Centro de Referência em Geo-História em Bonito;	BONITO					
	▪ Estimular a implantação do turismo de base comunitária nos assentamentos existentes em Bodoquena.	BODOQUENA					
	▪ Consolidação do produto cultural Retirada da Laguna em Jardim;	JARDIM					
	▪ Elaboração de estudos de viabilidade para a prática de Espeleologia na região da Serra da Bodoquena;	SB					
	▪ Articular com os órgãos responsáveis a abertura à visitação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena;	SB					
	▪ Eleger a MS-178 como Estrada Turística Estadual.	SB					
	▪ Consolidação da Rota Pantanal-Bonito.	SB					
	▪ Estruturação de Roteiros Turísticos Integrados.	SB					
	▪ Construir e equipar o receptivo para as grutas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida.	BONITO					

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.2 - Implantar sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos	▪ Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental	SB					
	▪ Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena	SB					
E.3 - Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística;	▪ Estimular proprietários de fazendas potencialmente turísticas à investirem em novos empreendimentos turísticos.	SB					
	▪ Estimular a criação de melhores incentivos fiscais para empreendedores turísticos;	SB					
	▪ Estabelecimento de critérios socioambientais para o investimento privado no Polo;	SB					
	▪ Fomento à iniciativa privada com o intuito de promover e divulgar as condições dos serviços financeiros e do crédito, estimulando e direcionando formas inovadoras de acesso aos recursos.	SB					
	▪ Criação e divulgação de um <i>portfólio</i> de oportunidades de investimentos no turismo na região.	SB					
E.4 - Qualificar os recursos humanos para o turismo e a hospitalidade	▪ Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais.	SB					
	▪ Ampliação de parcerias público/privada para a capacitação profissional do turismo;	SB					
	▪ Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão;	SB					
E.5 – Implantar sinalização turística na região	▪ Elaboração de projeto de sinalização turística para o polo.	SB					
	▪ Implantação de projeto de sinalização turística para o polo.	SB					

Quadro 20 - Estratégia de comercialização: seleção e priorização das ações

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.1 – Transformar a Serra da Bodoquena em um destino mais competitivo no mercado regional, nacional e internacional, com o intuito de posicionar a região como destino turístico	▪ Elaboração do Plano de <i>Marketing</i> Turístico elaborado para a Serra da Bodoquena;	SB					
	▪ Implantação do Plano de <i>Marketing</i> Turístico elaborado para a Serra da Bodoquena;	SB					
	▪ Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização;	SB					
	▪ Elaboração do Plano de investimentos para Plano de <i>Marketing</i> .	SB					
E.2 - Estruturar sistema de acompanhamento e monitoramento da demanda turística	▪ Realização de pesquisas sistemáticas do perfil de demanda real e potencial no Polo;	SB					
	▪ Elaboração de projeto de um sistema de informações turísticas regional	SB					
	▪ Implantação de um sistema de informações turísticas	SB					
E.3 - Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com destinos que possuam produtos complementares aos da Serra da Bodoquena	▪ Realização de campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares.	SB					
	▪ Captação de investidores para desenvolvimento de ações visando o desenvolvimento de negócios relacionados ao turismo.	SB					
E.4 - Apoiar os grupos de empreendedores nas ações de desenvolvimento de produtos, promoção e divulgação do Polo	▪ Realização de <i>famtours</i> e <i>presstrips</i> para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo.	SB					
	▪ Fomento ao acesso dos prestadores de serviços turísticos aos canais de distribuição.	SB					
	▪ Intensificação de programas de captação de eventos.	SB					
	▪ Fomento ao turismo regional.	SB					

Quadro 21 - Fortalecimento institucional: seleção e priorização das ações

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim	JARDIM					
	▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito	BONITO					
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito	BONITO					
	▪ Readequação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena	BODOQUENA					
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena	BODOQUENA					
	▪ Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena	BODOQUENA					
	▪ Readequação do Plano Diretor do município de Jardim	JARDIM					
	▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado	SB					
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado	SB					
	▪ Elaboração do plano de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente	SB					
	▪ Implementação do plano de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente	SB					
	▪ Implementação das ações dos Conselhos Locais e Regionais de Turismo;	SB					
E.2 – Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil	▪ Sensibilização do empresariado e a comunidade para a atividade turística.	SB					
	▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento do Fórum Regional de Turismo para coordenação e criação de mecanismos de sinergia com o Fórum Estadual;	SB					
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento do Fórum Regional de Turismo para coordenação e criação de mecanismos de sinergia com o Fórum Estadual;	SB					

Quadro 22 - Infraestrutura e serviços básicos: seleção e priorização das ações

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.1 – Melhoria e adequação da infraestrutura de drenagem pluvial	▪ Implantação do projeto de drenagem do município de Jardim	JARDIM					
	▪ Implantação do projeto de drenagem do município de Bodoquena	BODOQUENA					
E.2 - Implantação de sistemas de disposição de resíduos sólidos	▪ Elaboração do projeto de aterro sanitário do município de Bodoquena;	BODOQUENA					
	▪ Construção do aterro sanitário do município de Bodoquena;	BODOQUENA					
	▪ Elaboração do projeto de uma UPL para o município de Bodoquena;	BODOQUENA					
	▪ Construção de UPL no município de Bodoquena	BODOQUENA					
E.3 – Melhorar o sistema de abastecimento de água	▪ Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo.	SB					
	▪ Implantação do projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos três municípios do Polo.	SB					
	▪ Elaborar projeto para redução do grau de dureza da água	SB					
	▪ Implantar projeto para redução do grau de dureza da água	SB					
	▪ Elaboração de estudo hidro-geológico dos municípios do Polo.	SB					
	▪ Implantação do estudo hidro-geológico dos municípios do Polo.	SB					

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.4 – Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante	▪ Elaboração de projeto de sinalização turística para o polo.	SB					
	▪ Implantação de projeto de sinalização turística para o polo	SB					
	▪ Elaboração de estudos de alternativas de transporte municipal de qualidade nos municípios do polo;	SB					
	▪ Implantação da melhor alternativa de transporte municipal para os municípios do Polo.	SB					
	▪ Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao Polo.	SB					
	▪ Construção do posto da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao Polo.	SB					
	▪ Elaboração de projeto básico e executivo para reforma e ampliação do uma Unidade do Corpo de Bombeiros de Jardim;	JARDIM					
	▪ Reforma e ampliação do uma Unidade do Corpo de Bombeiros de Jardim;	JARDIM					
	▪ Elaboração de projeto básico e executivo para construção da Unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito;	BONITO					
	▪ Construção da Unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito;	BONITO					
	▪ Equipar a unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito;	BONITO					

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.4 – Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante	▪ Elaboração de projeto para construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito;	BONITO					
	▪ Construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito;	BONITO					
	▪ Elaboração de projeto de pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito.	BONITO JARDIM					
	▪ Pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito.	BONITO JARDIM					
	▪ Elaboração de projeto básico e executivo de um Centro de Ortopedia e Traumatologia para o Polo.	SB					
	▪ Implantação do projeto do Centro de Ortopedia e Traumatologia do Polo.	SB					
E.5 – Melhorar o sistema de esgotamento sanitário do polo	▪ Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo	SB					
	▪ Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo	SB					
	▪ Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim	SB					

Quadro 23 - Gestão ambiental: seleção e priorização das ações

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.1 - Ampliar a área de monitoramento e fiscalização de impactos ambientais	▪ Elaborar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo;	SB					
	▪ Implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo						
	▪ Elaboração do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo;	SB					
	▪ Implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo						
	▪ Elaboração de Sistema de Monitoramento da Visitação-SMV, para os atrativos turísticos públicos da Serra da Bodoquena	SB					
	▪ Implantação de Sistema de Monitoramento da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena	SB					
E.2 - Implantar sistema de gestão ambiental no Polo	▪ Elaboração de Programa de gestão e manejo de Unidades de Conservação	SB					
	▪ Elaboração do Programa Estadual de Apoio as Reservas Particulares do Patrimônio Natural;	SB					
	▪ Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).	SB					
	▪ Implantação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)	SB					
	▪ Elaboração do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.	SB					
	▪ Implantação do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental	SB					
	▪ Elaboração do Programa de Educação Ambiental para o polo	SB					
	▪ Implantação do Programa de Educação Ambiental para o polo	SB					
	▪ Elaboração do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo	SB					
	▪ Implantação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo	SB					

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
E.3 - Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais	▪ Revisão do arcabouço legal do Meio Ambiente dos três municípios do Polo;	SB					
	▪ Elaboração da Agenda 21 Regional;	SB					

3.2. – Quadro de ações de fortalecimento da gestão municipal com as Metas de desempenho

As ações de fortalecimento da gestão municipal para o turismo **devem** necessariamente incluir metas de desempenho da capacidade institucional como parte do Plano de Ação. Essas metas devem ser cumpridas pelo respectivo município, antes de iniciar as obras de infraestrutura planejadas em seu território.

Quadro 24 - Fortalecimento institucional: metas de desempenho

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	META
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios no que diz respeito ao turismo e gestão territorial.	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim.	JARDIM	No mínimo 50% das ações propostas no plano, estejam implementadas.
	▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito	BONITO	01 Plano de Fortalecimento Institucional elaborado.
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito	BONITO	No mínimo 50% das ações propostas no plano, implementadas.
	▪ Readequação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena	BODOQUENA	01 Plano de Fortalecimento Institucional readequado.
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena	BODOQUENA	01 Plano de Fortalecimento Institucional implementado.
	▪ Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena	BODOQUENA	01 Plano Diretor devidamente readequado.
	▪ Readequação do Plano Diretor do município de Jardim	JARDIM	01 Plano Diretor devidamente elaborado.

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICÍPIOS	META
E.2 – Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil	▪ Implementação das ações dos Conselhos Locais e Regionais de Turismo;	SB	100% das ações dos Conselhos Locais e Regionais implementadas.
	▪ Sensibilização do empresariado e a comunidade para a atividade turística.	SB	No mínimo uma palestra de sensibilização realizada mensalmente. No mínimo 30 pessoas sensibilizadas mensalmente.
	▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento do Fórum Regional de Turismo para coordenação e criação de mecanismos de sinergia com o Fórum Estadual;	SB	Mínimo de 06 reuniões do Fórum Regional por ano.
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento do Fórum Regional de Turismo para coordenação e criação de mecanismos de sinergia com o Fórum Estadual	SB	01 Plano de Fortalecimento implementado.
E.3 – Fortalecer e capacitar as instituições públicas para a gestão ambiental	□ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional dos órgãos oficiais de Meio Ambiente do Polo.	SB	01 Plano de Fortalecimento Institucional elaborado e no mínimo 50% implementado.
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional dos órgãos oficiais de Meio Ambiente do Polo.	SB	01 Plano de Fortalecimento Institucional elaborado e no mínimo 50% implementado.
	▪ Elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado.	SEMAC/IMASUL	01 Plano de Fortalecimento Institucional elaborado.
	▪ Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do órgão oficial de Meio Ambiente do Estado.	SEMAC/IMASUL	No mínimo 50% do Plano de Fortalecimento Institucional implementado.
	▪ Elaboração do Plano de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente;	SB	01 Plano de Fortalecimento Institucional elaborado.
	▪ Implementação do Plano de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente;	SB	No mínimo 50% do Plano implementado.

4.1 – Caracterização das ações elegíveis para a realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento pelo PRODETUR NACIONAL.**Ação 1: Consolidação da Rota Pantanal – Bonito****Objetivo**

Esta ação pretende estimular a consolidação do roteiro acima, com o objetivo de ofertar nova opção de trajeto e trecho turístico, diversificando a oferta turística.

Justificativa

Um desejo comum manifestado pelos gestores públicos, membros das instâncias de governança e população local é a consolidação deste roteiro criado pela FUNDTUR/MS por meio do Programa de Roteirização e apresentado no Salão de Turismo de 2008. O elo principal entre estes dois destinos turísticos é a MS-178 e para a efetivação deste roteiro é imprescindível a pavimentação desta rodovia. A pavimentação já teve início em 2010 com previsão de término para 2011.

Descrição da Ação

Execução do Plano de Roteirização da FUNDTUR em parceria com o Mtur.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Ampliação e diversificação da oferta turística da região, aumento do tempo de permanência do turista na região e da receita gerada pela atividade turística.

Produtos

Roteiro Turístico efetivado.

Resultados

Otimização do acesso ao turista de um destino ao outro, diminuindo o tempo de percurso, aumentando o tempo de permanência do mesmo no estado e na região.

Benefícios – Aumento do fluxo turístico, aumento do tempo de permanência e aumento do gasto médio diário.

Beneficiários – Empresários, poder público, comunidade local e turistas, ou seja, toda a cadeia do turismo.

Responsável pela execução da ação

FUNDTUR/MS e Fórum Regional.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.

FUNDTUR/MS e Fórum Regional.

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 400.000,00 – Governo do Estado/PRODETUR NACIONAL

Gastos Estimados da Operação:

Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos.

Mecanismos previstos de recuperação de custos:

Impostos provenientes da atividade turística.

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei.

Não há exigência

Indicadores de Segmento: Novo roteiro da região na prateleira do Estado de MS.

Fonte de Verificação: Relatórios, quantidade de *voucher* emitidos.

Relação com outras ações quanto ao cronograma:

Todas as ações da E.1 – Diversificar a oferta turística transformando em produtos turísticos os atrativos em potencial

Nível de avanço: Roteiro elaborado pela FUNDTUR, aprovado pelo *trade* turístico e consolidado no Salão de Turismo de 2008.

Ação 2: Estruturação de roteiros turísticos integrados**Objetivo**

O objetivo principal é tornar a região e seus roteiros competitivos nos mercados nacional e internacional, combinando atrativos e fatores que permitam a geração de produtos diferenciados dentro desse território, cujo ecossistema é único e atrai milhares de turistas anualmente. Têm-se também como objetivo, unificar destinos turísticos no Centro-Oeste Mato Grosso e Mato Grosso do Sul integrando rotas para incentivar mais brasileiros a descobrir as belezas naturais da região.

Justificativa

O caráter participativo, baseado na montagem de parcerias entre o *trade* turístico e instituições públicas e privadas, é uma das estratégias adotadas no processo de roteirização nessa região, em particular, de forma a fortalecer as várias ações e atividades já existentes. A região da Serra da Bodoquena oportuniza diversas formas de estruturação de roteiros turísticos integrados, tanto com a própria região como outros municípios do Estado e com outros destinos turísticos brasileiros.

A FUNDTUR junto ao Ministério do Turismo definiu como principais roteiros dos destinos indutores as seguintes rotas:

1. Rota Travessia do Pantanal
2. Rota Pantanal Bonito
3. Ecoturismo do Pantanal ao Iguaçu

Descrição da ação

Estruturação dos roteiros turísticos integrados entre os três municípios, consolidando definitivamente o Polo Serra da Bodoquena.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Aumento do fluxo turístico, aumento do tempo de permanência do turista na região, além de proporcionar troca de experiências com outros destinos dentro e fora do estado.

Produtos

Roteiros Turísticos Integrados

Resultados

Unificação de destinos turísticos no Centro-Oeste Mato Grosso e Mato Grosso do Sul integrando rotas.

Benefícios

Fortalecimento das atividades turísticas praticadas nos dois Estados.

Beneficiários

Comunidade anfitriã, turistas, *trade* turístico.

Responsável pela execução da ação

FUNDTUR/FÓRUM ESTADUAL DE TURISMO E FORUM REGIONAL

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

FUNDTUR

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 800.000,00 – GOVERNO DO ESTADO E PRODETUR NACIONAL

Gastos Estimados da Operação:

Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Recursos provenientes dos impostos gerados pela atividade turística.

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência

Indicadores de Segmento: Roteiros turísticos integrados formatados e implementados

Fonte de Verificação: Boletins mensais, relatórios emitidos pela FUNDTUR.

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com a ação de Segmentação da oferta turística da região, ordenando e consolidando cada segmento.

Nível de avanço: Ação constante no Programa de Roteirização do Mtur e FUNDTUR.

Ação 3: Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental**Objetivo**

Promover a qualidade, da oferta turística do Polo, considerando a satisfação do turista, a preservação do território e a sustentabilidade dos empreendimentos turísticos.

Justificativa

O Licenciamento ambiental é o procedimento no qual o poder público, representado por órgãos ambientais, autoriza e acompanha a implantação e a operação de atividades, que utilizam recursos naturais ou que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras. A licença ambiental é um documento com prazo de validade definido, em que o órgão ambiental estabelece regras, condições, restrições e medidas de controle ambiental a serem seguidas pela atividade que está sendo licenciada. Ao receber a Licença Ambiental, o empreendedor assume os compromissos para a manutenção da qualidade ambiental do local em que se instala.

A qualidade dos produtos turísticos está associada à qualificação dos serviços prestados e ao padrão de qualidade desejado, que deve estar referenciado na satisfação dos consumidores e nos pressupostos do turismo sustentável, o que implica estabelecer uma política que estimule a melhoria contínua da qualidade e da segurança dos serviços prestados, principalmente no que tange a regularização dos empreendimentos de turismo, já que foi constatado que uma boa parte dos empreendimentos turísticos localizados na Serra da Bodoquena ainda não possui o devido licenciamento ambiental.

Descrição da Ação

Realização de visita e cadastramento de todos os empreendimentos turísticos da Serra da Bodoquena, com o intuito de conhecer e registrar aqueles que encontram-se inadimplentes quanto ao licenciamento ambiental e se não tem, qual o motivo e qual o gargalo existente para o não procedimento do mesmo.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Qualidade turística e ambiental nos empreendimentos turísticos.

Produtos

Cadastro geral dos empreendimentos licenciados, em processo de licenciamento e os não licenciados.

Aplicação da Resolução SEMADES/MS Nº. 331/98

Resultados

Produtos turísticos com qualidade e serviços turísticos qualificados, agregando valor aos produtos ofertados.

Benefícios: ganhos ambientais e projeção do destino, indo de encontro a certificação dos empreendimentos turísticos.

Beneficiários: Empresários, poder público, comunidade local e turistas, ou seja, toda a cadeia do turismo.

Responsável pela execução da ação

IMASUL, FUNDTUR e secretarias municipais de meio ambiente.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.

IMASUL e FUNDTUR

Custo estimado e fonte de financiamento

R\$ 700.000,00 – Governo do Estado e PRODETUR NACIONAL

Gastos Estimados da Operação

Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos:

Impostos provenientes da arrecadação turística.

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: - o-

Indicadores de Segmento: Relatórios emitidos pelo IMASUL e FUNDTUR.

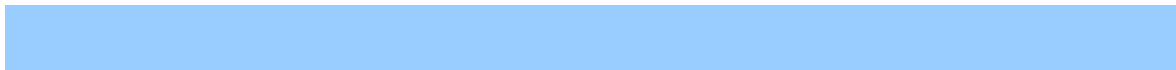
Fonte de Verificação: Quantidade de empreendimentos turísticos regularizados com

licença ambiental.

Relação com outras ações quanto ao cronograma:

Esta ação relaciona-se com a ação Criar mecanismo de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena.

Nível de avanço: Ações de fiscalização realizadas pelo IMASUL.



Ação 4: Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena**Objetivo**

Referenciar o mercado e os consumidores nas decisões de compra, como também estimular a adoção de boas práticas, contribuindo para a elevação do padrão de qualidade de serviços e produtos do segmento turístico, sendo disseminado como ferramenta da busca pela excelência na prestação dos serviços.

O objetivo da certificação ambiental de destinos turísticos passa por adequar, ambientalmente, a atividade turística de uma forma economicamente viável e socialmente justa.

Justificativa

As exigências dos mercados e dos consumidores destes produtos e serviços torna premente a necessidade de gerir e desenvolver métodos de apreciação da **qualidade, ambiente e segurança**, numa perspectiva de sustentabilidade do produto turístico.

Os processos de certificação do turismo cumprem uma valiosa função na identificação da sustentabilidade da atividade por estimular maior responsabilidade e competitividade para o mercado.

Descrição da ação

Realização de estudos, diagnósticos de impacto e pesquisas de demanda por certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico; realização de promoção e disseminação de informações referentes às boas práticas e certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico; elaboração e revisão de normas técnicas que contemplem requisitos mínimos de empreendimentos, equipamentos, produtos e competência profissional do setor turístico; avaliação e certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

A certificação confere longevidade ao destino turístico, garantindo que a sua preservação e a qualidade dos seus atrativos sejam mantidas, promovendo a sustentabilidade da atividade através de um aumento da competitividade de destinos turísticos/produtos ambientalmente adequados.

Produtos

Selo de qualidade no turismo criado e implantado.

Resultados

Como ferramenta de marketing para serviços ou atividades relacionadas ao turismo, a criação de um Selo de Turismo, proporcionará credibilidade internacional aos roteiros oferecidos. Isso se deve à relação e ao compromisso da qualidade do produto e de seus serviços com os mecanismos de valorização dos atrativos nacionais, de proteção do patrimônio natural, histórico e cultural e de geração de benefícios para as populações anfitriãs.

Benefícios:

12. Proteção dos recursos naturais;
13. Valorização econômica;
14. Participação da população local;
15. O turismo como uma ferramenta de conservação.

Beneficiários: Meio ambiente Comunidade anfitriã, turistas, *trade* turístico.

Responsável pela execução da ação

FUNDTUR

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

IMASUL/FUNDTUR

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 350.000,00 –GOVERNO DO ESTADO/PRODETUR NACIONAL

Gastos Estimados da Operação:

Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Impostos provenientes do *voucher* único

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência de legislação

Indicadores de Segmento

Produtos turísticos certificados.

Fonte de Verificação

Boletins mensais, relatórios emitidos pela FUNDTUR.

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com a ação de Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental

Nível de avanço: Macro programa do Ministério do Turismo “Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos” visa promover a qualidade dos produtos turísticos no Brasil, sistematizando o conjunto de normas e incentivando a certificação e a qualificação referentes à prestação de serviços e equipamentos turísticos e Serviços

Ação 5: Estimular proprietários de fazendas potencialmente turísticas para investirem em novos empreendimentos turísticos.

Objetivo

Considerando que a maioria dos recursos naturais encontra-se em propriedades particulares, estas ações visam estimular os proprietários de fazendas potencialmente turísticas, a investirem em suas propriedades e disponibilizá-las ao uso turístico.

Justificativa

Grande parte dos empreendimentos turísticos da Serra da Bodoquena concentra-se em Bonito, neste sentido é importante que os proprietários de fazendas que possuam recursos naturais significativos para o turismo, localizados nos municípios de Bodoquena e Jardim, sejam sensibilizados, capacitados e apoiados para transformarem suas propriedades em empresas relacionadas ao turismo. Nesse sentido, é essencial que se produzam estudos que orientem as decisões empresariais e as áreas que as políticas públicas devem concentrar esforços de apoio.

Descrição da ação

Promover palestras de sensibilização, seminários e workshops, com o intuito de sensibilizar empresários quanto a atividade turística, visando despertar o interesse pela exploração da atividade e promover estudos para a criação de incentivos fiscais nos municípios da região de forma a facilitar os investimentos.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Aumento do número de empreendimentos turísticos, aumento de geração de emprego e renda.

Produtos

Maior número de empreendimentos turísticos a ser ofertado.

Resultados

Maior número de empreendimentos turísticos para serem ofertados.

Benefícios

Para a população local, aumento do número de empregos, impostos, aumento do número de empreendimentos e para os turistas mais oportunidades de produtos a serem visitados.

Beneficiários

Proprietários de empreendimentos turísticos, Comunidade anfitriã, turistas, *trade* turístico e comunidade em geral.

Responsável pela execução da ação

FUNDTUR/FÓRUM ESTADUAL DE TURISMO E FORUM REGIONAL.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

FUNDTUR

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 150.000,00 – GOVERNO DO ESTADO/PRODETUR NACIONAL.

Gastos Estimados da Operação:

Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

ISS provenientes do *voucher* único

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: não há exigência

Indicadores de Segmento

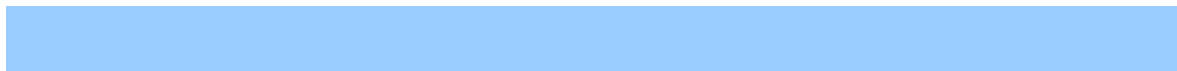
Proprietários sensibilizados e conscientes da importância de abrirem suas propriedades para o turismo.

Fonte de Verificação

Boletins mensais, relatórios emitidos pela FUNDTUR.

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com a ação de Segmentação da oferta turística da região, ordenando e consolidando cada segmento.

Nível de avanço:

Ação 6: Estimular a criação de melhores incentivos fiscais para empreendedores turísticos.**Objetivo**

Realizar levantamento das instituições de crédito e respectivas linhas de financiamento, no sentido de torná-las acessíveis aos empreendedores regionais, tendo em vista suas condições econômicas, democratizando o crédito.

Justificativa

Recentemente, as linhas tradicionais de financiamento de longo prazo contemplaram algumas atividades turísticas, tais como: meios de hospedagem, agências de turismo, parques temáticos, restaurantes, bares, centros de convenções, casas de espetáculos, empreendimentos de infraestrutura, serviço turístico e ecoturismo em áreas de preservação ambiental, hotéis que obtenham a Certificação no Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Meios de Hospedagem, micro ou pequena empresa do ramo turístico. Isso se deve em grande parte em função de que o Brasil ficará no centro das atenções esportivas na próxima década, pois sediará a Copa Mundial de Futebol da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016.

É importante que os empresários da Região da Serra da Bodoquena, conheçam e aproveitem a oportunidade ofertada neste momento, no incentivo à atividade turística.

Descrição da ação

Sensibilizar empresários, visando despertar o interesse pela exploração da atividade e promover estudos para a criação de incentivos fiscais nos municípios da região de forma a facilitar os investimentos.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Aumento do número de empreendimentos turísticos, aumento de geração de emprego e renda.

Produtos

Maior número de empreendedores turísticos se beneficiando dos financiamentos oferecidos.

Resultados

Linhas de financiamento disponíveis aos empreendedores turísticos.

Benefícios

Empreendedores usufruindo das facilidades que as linhas de financiamento disponibilizam e mais investimentos na região.

Beneficiários

Proprietários de empreendimentos turísticos, Comunidade anfitriã, turistas, *trade* turístico e comunidade em geral.

Responsável pela execução da ação

SEPROTUR/FUNDTUR

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

SEPROTUR

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 350.000,00 – GOVERNO DO ESTADO.

Gastos Estimados da Operação:

Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos:

Impostos provenientes do turismo

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência

Indicadores de Segmento

100% de empreendedores sensibilizados conhecendo as linhas de financiamento disponíveis para o turismo.

Fonte de Verificação

Boletins emitidos pela SEPROTUR.

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com as ações da E-4 Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística.

Nível de avanço: Ação exercida pela SEPROTUR/CDI



Ação 7: Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais.**Objetivo**

Dotar as organizações que compõem a estrutura da administração pública de quadros gerenciais, técnicos, operacionais e administrativos capacitados para atuar, com eficiência, eficácia e efetividade nos diversos setores da gestão municipal e incentivar e promover a oferta de profissionais especializados para atuação no mercado turístico do 119Polo, considerando os principais setores da cadeia do turismo local.

Justificativa

A região da Serra da Bodoquena há algum tempo vem recebendo capacitações de órgãos como SEBRAE e SENAC, além das capacitações promovidas pelas entidades representativas do turismo, porém todas de maneira isoladas. A região necessita de um plano integrado de qualificação, envolvendo as entidades que dispõem de competência técnica para sua execução, de acordo com o que se pretende para o turismo na região.

Tais necessidades são crescentes e contínuas, o que exigirá uma planificação eficaz para solucionar o problema.

Pelo aumento expressivo do volume de entradas nos meios de hospedagem verificado nos municípios da Serra da Bodoquena e, se supõe que esse ritmo de crescimento tende a permanecer, há risco de se comprometer a prestação de serviços e oferta de produtos turísticos na região pela falta de pessoal adequadamente qualificado. É necessário fazer nova análise das necessidades de qualificação a partir da percepção do mercado e do posicionamento competitivo que se deseja para a região. Se o desejo é que a Serra da Bodoquena crie uma marca na mente dos turistas e consumidores não basta apenas que se lembrem da região apenas pelas suas belezas naturais, mas também, pela forma como suas necessidades foram atendidas durante a sua estada e isso passa não só pela diversidade da oferta de produtos e serviços locais como pela qualidade dessa oferta.

Descrição da ação

Planejamento, realização e avaliação de programas de capacitação dos profissionais e das equipes da administração pública dos municípios que compõem o Polo, tendo como público alvo preferencial os quadros pertinentes à gestão do turismo, do meio ambiente e da gestão fiscal e administração financeira, com base em necessidades diagnosticadas, atuais e futuras, tendo em vista o desenvolvimento organizacional e o aperfeiçoamento da gestão municipal;

Elaboração de plano estratégico de capacitação profissional para o turismo municipal, de forma participativa com a comunidade local, e a busca de mecanismos e de parcerias com os governos estadual e federal e com a iniciativa privada para sua implantação. O plano de capacitação para a gestão municipal deve considerar as competências, o ambiente e as necessidades de cada um dos organismos alvo. Sua elaboração, entretanto, deve partir de princípios, diretrizes e estratégias metodológicas comuns, acordados entre eles.

Serão previstos subconjuntos integrados de ações para capacitação dos ocupantes de postos de trabalho em cada nível das organizações – gerentes, ocupantes de cargos e funções operacionais, administrativas e técnicas, bem como ações destinadas às organizações como um todo.

Devem ser contratados serviços especializados de consultoria para realização de pesquisa de necessidades de capacitação nas áreas abrangidas, planejamento e execução de ações específicas de capacitação, incluindo serviços de instrutoria especializada nos diversos temas pertinentes e definição e aplicação de métodos e técnicas de avaliação da aprendizagem e de resultados.

Devem ser priorizadas formas participativas e inovadoras de realização das ações de capacitação, buscando envolver as pessoas e as organizações-alvo na construção da aprendizagem e, quando necessário, convidados e parceiros internos e externos ao ambiente do governo municipal, não excluindo as pessoas com alguma deficiência física que seja apto para a função.

Descrição da ação

Elaboração de um Plano Estratégico de Capacitação Profissional para a Região da Serra da Bodoquena, elaborado com a colaboração de especialistas em turismo e em educação profissional, que buscarão também, com a colaboração das Prefeituras Municipais e do *trade* turístico local, os caminhos das parcerias e os mecanismos para sua implantação.

O Plano deve prever oportunidades para capacitação profissional de acordo com o mercado do turismo da Região e considerar os diferentes níveis de aprendizagem e diferentes conteúdos, dentre os quais: qualidade de atendimento, legislação de turismo, noções básicas de direito, organização de eventos, gestão financeira das atividades turísticas, as diferentes funções pertinentes à hotelaria e cultura da hospitalidade, línguas estrangeiras, entretenimento e recreação, operação de microcomputadores e utilização de programas básicos, ética no turismo, gerenciamento de empreendimentos turísticos, elaboração de projetos, captação de recursos e outros similares.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Município preparado e agindo como Destino Turístico

Aumento do número de empreendimentos turísticos com mão-de-obra qualificada;

Inclusão de portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho.

Produtos: Programa de Capacitação Profissional para o Turismo elaborado.

Resultados: Equipes das Prefeituras Municipais capacitadas para exercerem suas funções como município turístico efetivamente, proprietários e funcionários de empreendimentos turísticos qualificados para as diversas funções que desempenham e inclusão dos portadores de necessidades especiais.

Benefícios

Impacto favorável no desenvolvimento turístico da região.

Beneficiários

As administrações públicas dos três municípios e seus respectivos núcleos de turismo e meio ambiente, os proprietários de empreendimentos turísticos, comunidade anfitriã, turistas e *trade* turístico.

Responsável pela execução da ação

FUNDTUR/Fórum Regional de Turismo Bonito – Serra da Bodoquena

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

Prefeituras Municipais dos três municípios

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 150.000,00 – Governo do Estado e PRODETUR NACIONAL

Gastos Estimados da Operação:

Pessoal especializado, Contratação de consultoria especializada, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e softwares adequados.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Impostos provenientes do turismo

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência**Indicadores de Segmento**

100% da administração pública capacitada e qualificada

100% dos empreendimentos turísticos operando com funcionários qualificados.

Fonte de Verificação

Boletins mensais, relatórios emitidos pela FUNDTUR.

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com toda a Estratégia de nº. 05 – Desenvolver recursos humanos para o turismo e a hospitalidade.

Nível de avanço: Desconhecido

Ação 8 e 9: Elaboração e implantação do Plano de Marketing Turístico elaborado para a Serra da Bodoquena.**Objetivo**

Estabelecer diretrizes, estratégias e ações que viabilizem a melhoria das condições de competitividade do município frente ao mercado regional e nacional, como intuito de promover, comunicar e divulgar a imagem-identidade da região da Serra da Bodoquena e.

Aumentar o fluxo turístico.

Já se encontra em processo licitatório, o Plano de *Marketing* para o Polo Bonito – Serra da Bodoquena que tem os seguintes objetivos específicos:

1. Dispor de um planejamento proativo (passo a passo) para realizar uma ação de marketing coordenada, direcionada para atingir objetivos precisos que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico da área selecionada.
2. Facilitar a coordenação dos esforços de promoção e comercialização dos diferentes atores dos setores, público e privado.
3. Otimizar a ação de promoção fazendo um melhor uso dos recursos e acompanhamento dos resultados.
4. Melhorar o conhecimento que o mercado potencial tem sobre o destino, aumentando seu interesse pelo mesmo e facilitando a decisão de compra.
5. Alcançar um posicionamento adequado no mercado consistente com as estratégias de desenvolvimento turístico estadual e nacional.

Justificativa

“Para que se possam estabelecer mecanismos para a ampliação do fluxo turístico, principalmente o internacional, é proposta a ação de implementação do Plano de *Marketing* para o Polo”, a ser implementado por diferentes ações, considerando que a demanda representa a força econômica, social e cultural do setor.

Para isso, já está sendo licitada a Elaboração do Plano de *marketing*, o qual possibilitará a identificação de nichos de mercado de interesse, a articulação com operadoras especializadas em turismo de natureza e ecoturismo, a captação de novos segmentos turísticos, além de outras ações.

Acredita-se que à medida que os atrativos turísticos forem sendo explorados (produtos) e a infra-estrutura turística implementada, um plano de *Marketing* responsável possibilitará um crescimento gradativo de longo prazo, de forma harmônica entre a oferta e a demanda.

A integração de regiões turísticas ofertando uma gama diversificada de experiências para o turista possibilita maior ocupação dos equipamentos turísticos gerando renda e empregos.

Descrição da ação

Implementar o plano elaborado de acordo com as especificações contidas no mesmo.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Aumento do fluxo turístico e aumento de geração de emprego e renda.

Produtos

Plano de *marketing* implantado possibilitando o aumento no número de turistas, da permanência e do gasto médio diário no Polo.

Resultados

Identidade da Serra da Bodoquena consolidada no mercado nacional e internacional;
Aumento do fluxo turístico;

Benefícios – Aumento da auto-estima da comunidade pelo impacto positivo que a ação proporciona.

Beneficiários – Comunidade anfitriã, turistas e *trade* turístico.

Descrição da ação

Realização de visita técnica inicialmente em caráter orientativo estabelecendo prazos para regularização dos empreendimentos turísticos e num segundo momento em caráter

punitivo no caso de reincidência, em todos os empreendimentos turísticos do Polo.

Responsável pela execução da ação

FUNDTUR/FÓRUM ESTADUAL DE TURISMO E FORUM REGIONAL.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

FUNDTUR

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 2.300.000,00 – Governo do Estado e PRODETUR NACIONAL

Gastos Estimados da Operação:

Consultoria ou pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Impostos provenientes do turismo

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência

Indicadores de Segmento – Aumento do fluxo de turismo

Fonte de Verificação – Relatórios do *voucher* único emitido mensalmente.

Boletins mensais, relatórios e banco estatístico da FUNDTUR.

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Plano Aquarela

Nível de avanço: Termo de Referência em processo licitatório

Ação 10: Realização de pesquisas sistemáticas do perfil de demanda real e potencial no Polo.**Objetivo**

Aplicar pesquisas sistematicamente, com o intuito de consolidar uma base de dados para planejamentos estratégicos e formatação de novos produtos turísticos e consequentemente ampliarem e atualizar a base de dados existente em cada município sobre o perfil da demanda turística e seu potencial ainda inexplorado.

Justificativa

Durante muito tempo, um dos grandes problemas enfrentados pelo SISTUR da região, é o fato de que não há uma série história de informações referente ao fluxo e a demanda de turistas na localidade.

A aplicação de pesquisas de demanda real e potencial visa identificar o perfil sócio-econômico dos turistas, além de avaliar os equipamentos turísticos e serviços disponíveis, principais motivações e interesses dos turistas que visitam o Polo em questão, além de apontar as características de sua viagem, tais como: meios de hospedagem utilizados, gastos e tempo de permanência.

Esta pesquisa busca, portanto, ampliar e atualizar a base de dados existente sobre o perfil da demanda turística e seu potencial ainda inexplorado, oferecendo informações que contribuam para o melhor conhecimento do mercado turístico brasileiro e também orientando os empresários a questões tão importantes quanto à melhoria dos seus produtos e serviços.

Descrição da ação

Aplicação de pesquisas semestrais, voltado para obter informações sobre demanda real e potencial do Polo, entre outros, para o planejamento e gestão do turismo e para gerenciamento dos negócios do setor.

Efeito esperado no desenvolvimento turístico

Aumento do fluxo turístico e aumento de geração de emprego e renda.

Produtos

Subsídios para alimentar o banco de dados com informações suficientes para elaboração de projetos, possibilitando a formatação de novos produtos turísticos.

Resultados

Sistema de acompanhamento e monitoramento da demanda turística.

Benefícios – Banco de dados atualizado e conhecimento real do público potencial da região.

Beneficiários – As administrações públicas municipais dos três municípios da região e todas as unidades organizacionais voltadas para a prestação de serviços para a localidade, o *trade* turístico, a FUNDTUR que terá insumos para atualizar o seu banco de dados.

Responsável pela execução da ação

FUNDTUR/Fórum Regional de Turismo e Núcleo de Turismo das Prefeituras Municipais.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

FUNDTUR

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 500.000,00 – GOVERNO DO ESTADO/PRODETUR NACIONAL.

Gastos Estimados da Operação:

Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos tecnológicos adequado para pesquisa.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Movimentação turística

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei

Não há exigência

Indicadores de Segmento

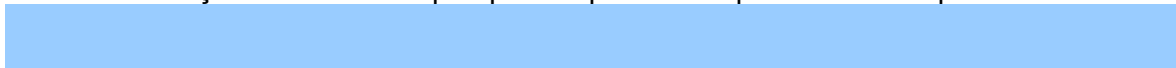
100% de turistas entrevistados

Fonte de Verificação

Boletins mensais, relatórios e banco de dados atualizado pela FUNDTUR.

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Nível de avanço: Existência de pesquisas aplicadas esporadicamente pela FUNDTUR.



Ação 11: Realização de campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares.**Objetivo**

Integrar a região com outras regiões turísticas ofertando uma gama diversificada de experiências para o turista com o intuito de possibilitar maior ocupação dos equipamentos turísticos gerando renda e empregos e reforçar ainda mais a posição da região como Destino Turístico, participando de maneira mais intensa na integração dos destinos de MS.

Justificativa

Redes e alianças têm sido trabalhadas predominantemente como ferramentas de mercado, sendo as mesmas significativamente empregadas por grandes corporações para entrar e explorar mercados externos em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Estas formas de governança contribuem para formação de parcerias, ao criar condições e desenvolver elementos como confiança, participação, colaboração e coesão social. Estes elementos, por sua vez, são decisivos para o desenvolvimento de campanhas em conjunto, ao mesmo tempo, que contribuem para a expressão da identidade das comunidades, sua sustentabilidade frente a atores externos com interesses econômicos na exploração do lugar; e conseqüentemente para o fortalecimento da imagem do destino turístico.

Descrição da ação

Desenvolver plano regional de comercialização e promover campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares, visando o aumento do fluxo turístico.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Aumento do fluxo turístico, aumento do tempo de permanência na região e aumento do gasto médio diário.

Produtos

Campanhas promocionais e peças publicitárias elaboradas em conjunto;
Novos investidores identificados para investimentos no turismo na região;

Resultados

Redução de custos de promoção e ampliar a permanência de turista na região e no estado.

Benefícios –

Parcerias formadas para formatação destes tipos de campanhas.

Beneficiários – Estado do MS, poder público municipal dos destinos envolvidos, *trade* turístico e comunidade de modo geral e turistas.

Responsável pela execução da ação

FUNDTUR/Fórum Estadual de Turismo e Fórum Regional.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

FUNDTUR/Prefeituras municipais/COMTUR's, Fórum Estadual e Regional.

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 2.500.000,00 – GOVERNO DO ESTADO/PRODETUR NACIONAL.

Gastos Estimados da Operação:

Contratação de consultoria especializada em campanhas promocionais, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Impostos provenientes do *voucher* único e aumento da arrecadação municipal.

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei:

Não há exigência

Indicadores de Segmento

No mínimo 03 Destinos Turísticos (CG, Corumbá – Pantanal, Bonito-Serra da Bodoquena, promovendo campanhas em conjunto).

Fonte de Verificação

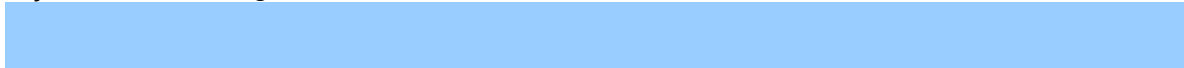
Boletins mensais, relatórios emitidos pela FUNDTUR.

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com todas as ações contidas na Macroestratégia 2 –
COMERCIALIZAÇÃO

Nível de avanço:

Ações de marketing da FUNDTUR/MS.



Ação12: Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim.**Objetivo**

Incorporar um modelo de gestão do turismo de base participativa, no qual a administrações municipais e a cadeia produtiva do turismo assumam efetivamente as suas funções e papéis em direção ao turismo sustentável, tendo como base, recursos inovadores de tecnologia da informação e de organização do trabalho, bem como na competência técnica e gerencial dos quadros da administração pública e em meios e instrumentos de promoção da participação da sociedade.

É importante que as prefeituras do Polo considerem a gestão do turismo como um processo integrado e sinérgico que envolva as políticas públicas municipais em todas as suas dimensões, no sentido de orientar a gestão do turismo sustentável, fortalecer as estruturas e as atuações dos órgãos oficiais de turismo do Polo.

Justificativa

As estruturas oficiais do turismo e todos os municípios da região encontram-se enfraquecidas e considerando que no turismo, cabe aos órgãos oficiais o direcionamento, o ordenamento e a regulamentação, é imprescindível que estes organismos sejam fortalecidos com estruturas, pessoal técnico, equipamentos e equipe de trabalho.

As ações referentes ao fortalecimento institucional visam fortalecer a gestão dos órgãos públicos e privados e dotar o corpo técnico destes setores de melhores condições, no sentido de desenvolver, implantar e fomentar as ações previstas pelo PRODETUR NACIONAL-MS para a região da Serra da Bodoquena, bem como dar prosseguimento ao planejamento turístico da região, após a aplicação do PDITS e os efeitos das ações implementadas.

O plano de fortalecimento institucional do município de Jardim já está elaborado, necessitando de implementação do mesmo, com todas as diretrizes definidas para ele.

Descrição da ação

Implementar, acompanhar e monitorar a execução do plano com o intuito de constituir mecanismos para a solução imediata de problemas e garantir a sua viabilidade financeira e sua implantação sustentável. Prever a continua verificação do nível de satisfação dos atores públicos e privados envolvidos e a avaliação de resultados das ações de fortalecimento empreendidas, com base em indicadores previamente fixados.

As ações de fortalecimento pertinentes ao plano devem caracterizar-se pela geração de produtos diretamente aplicáveis a realidade do município, pautando-se pela alta relação custo – benefício.

A adoção de tecnologias inovadoras deve permear os investimentos previstos no plano de fortalecimento. Assim, ao mesmo tempo em que se busca conservar as conquistas já efetivadas quanto aos modelos e processos de trabalho adotado na gestão municipal, busca-se também a inovação tecnológica já experimentada e validada por outras municipalidades brasileiras ou mesmo alternativas tecnológicas concebidas em primeira mão, a partir de estudos e pesquisas referenciadas na realidade do município.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Melhoria na gestão do turismo e no fornecimento de informação em todos os aspectos.

Produtos:

Plano de Fortalecimento Institucional efetivamente implementado.

Resultados:

Benefícios: Organização da gestão da prefeitura municipal, capacitação dos funcionários públicos, aumento da arrecadação de impostos.

Beneficiários: A administração pública municipal e o seu núcleo de turismo, o *trade* turístico e a comunidade anfitriã.

Responsável pela execução da ação

Prefeitura Municipal de Jardim

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

Prefeitura Municipal de Jardim

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 500.000,00 – GOVERNO DO ESTADO/PRODETUR NACIONAL.

Gastos Estimados da Operação:

Contratação de consultoria especializada em Planejamento Estratégico e Sistema de Gestão de Turismo, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Impostos gerados com a atividade turística

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência

Indicadores de Segmento

Prefeitura Municipal preparada para gerir o turismo no município.

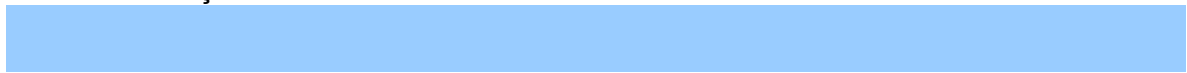
Fonte de Verificação

Boletins mensais e relatórios emitidos pela FUNDTUR

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com todas as ações previstas na MACROESTRATÉGIA 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.

Nível de avanço: Plano de Fortalecimento Institucional elaborado.



Ação 13 e 14: Elaboração e Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bonito.**Objetivo**

Incorporar um modelo de gestão do turismo de base participativa, no qual a administrações municipais e a cadeia produtiva do turismo assumam efetivamente as suas funções e papéis em direção ao turismo sustentável, tendo como base, recursos inovadores de tecnologia da informação e de organização do trabalho, bem como na competência técnica e gerencial dos quadros da administração pública e em meios e instrumentos de promoção da participação da sociedade.

É importante que as prefeituras do Polo considerem a gestão do turismo como um processo integrado e sinérgico que envolva as políticas públicas municipais em todas as suas dimensões, no sentido de orientar a gestão do turismo sustentável, fortalecer as estruturas e as atuações dos órgãos oficiais de turismo do Polo.

Justificativa

As estruturas oficiais do turismo e todos os municípios da região encontram-se enfraquecidas e considerando que no turismo, cabe aos órgãos oficiais o direcionamento, o ordenamento e a regulamentação, é imprescindível que estes organismos sejam fortalecidos com estruturas, pessoal técnico, equipamentos e equipe de trabalho.

As ações referentes ao fortalecimento institucional visam fortalecer a gestão dos órgãos públicos e privados e dotar o corpo técnico destes setores de melhores condições, no sentido de desenvolver, implantar e fomentar as ações previstas pelo PRODETUR NACIONAL – MS para a região da Serra da Bodoquena, bem como dar prosseguimento ao planejamento turístico da região, após a aplicação do pdits e os efeitos das ações implementadas.

O plano de fortalecimento institucional do município de jardim já está elaborado, necessitando de implementação do mesmo, com todas as diretrizes definidas para o mesmo.

Descrição da ação

Implementar, acompanhar e monitorar a execução do plano com o intuito de constituir mecanismos para a solução imediata de problemas e garantir a sua viabilidade financeira e sua implantação sustentável. Prever a continua verificação do nível de satisfação dos atores públicos e privados envolvidos e a avaliação de resultados das ações de fortalecimento empreendidas, com base em indicadores previamente fixados.

As ações de fortalecimento pertinentes ao plano devem caracterizar-se pela geração de produtos diretamente aplicáveis a realidade do município, pautando-se pela alta relação custo – benefício.

A adoção de tecnologias inovadoras deve permear os investimentos previstos no plano de fortalecimento. Assim, ao mesmo tempo em que se busca conservar as conquistas já efetivadas quanto aos modelos e processos de trabalho adotado na gestão municipal, buscam-se também a inovação tecnológica já experimentada e validada por outras municipalidades brasileiras ou mesmo alternativas tecnológicas concebidas em primeira mão, a partir de estudos e pesquisas referenciadas na realidade do município.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Melhoria na gestão do turismo e no fornecimento de informação em todos os aspectos.

Produtos:

Plano de Fortalecimento Institucional efetivamente implementado.

Resultados:

- O desenvolvimento das competências dos profissionais da administração municipal, nos melhores padrões de qualidade;
- A implantação de uma cultura de educação permanente nas organizações alvo, de forma a manter as equipes preparadas e atualizadas;
- A instrumentalização da administração pública municipal para o planejamento, execução e avaliação de ações de capacitação profissional.
- Proprietários e funcionários de empreendimentos turísticos capacitados e qualificados para a atividade.

Benefícios: Organização da gestão da prefeitura municipal, capacitação dos funcionários públicos, aumento da arrecadação de impostos.

Beneficiários: A administração pública municipal e o seu núcleo de turismo, o *trade* turístico e a comunidade anfitriã.

Responsável pela execução da ação

Prefeitura Municipal de Bonito.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

Prefeitura Municipal de Bonito

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 700.000,00 – GOVERNO DO ESTADO/PRODETUR NACIONAL.

Gastos Estimados da Operação:

Contratação de consultoria especializada em Planejamento Público e Sistema de Gestão de Turismo, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Impostos gerados com a atividade turística

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência

Indicadores de Segmento

Prefeitura Municipal preparada para gerir o turismo no município.

Fonte de Verificação

Boletins mensais e relatórios emitidos pela FUNDTUR

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com todas as ações previstas na MACROESTRATÉGIA 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.

Nível de avanço: Plano de Fortalecimento Institucional elaborado.

Ação 15 e 16: Readequação e Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Bodoquena.**Objetivo**

Incorporar um modelo de gestão do turismo de base participativa, no qual as administrações municipais e a cadeia produtiva do turismo assumam efetivamente as suas funções e papéis em direção ao turismo sustentável, tendo como base, recursos inovadores de tecnologia da informação e de organização do trabalho, bem como na competência técnica e gerencial dos quadros da administração pública e em meios e instrumentos de promoção da participação da sociedade.

É importante que as prefeituras do Polo considerem a gestão do turismo como um processo integrado e sinérgico que envolva as políticas públicas municipais em todas as suas dimensões, no sentido de orientar a gestão do turismo sustentável, fortalecer as estruturas e as atuações dos órgãos oficiais de turismo do Polo.

Justificativa

As estruturas oficiais do turismo e todos os municípios da região encontram-se enfraquecidas e considerando que no turismo, cabe aos órgãos oficiais o direcionamento, o ordenamento e a regulamentação, é imprescindível que estes organismos sejam fortalecidos com estruturas, pessoal técnico, equipamentos e equipe de trabalho.

As ações referentes ao fortalecimento institucional visam fortalecer a gestão dos órgãos públicos e privados e dotar o corpo técnico destes setores de melhores condições, no sentido de desenvolver, implantar e fomentar as ações previstas pelo PRODETUR NACIONAL-MS para a região da Serra da Bodoquena, bem como dar prosseguimento ao planejamento turístico da região, após a aplicação do PDITS e os efeitos das ações implementadas.

Descrição da ação

Implementar, acompanhar e monitorar a execução do plano com o intuito de constituir mecanismos para a solução imediata de problemas e garantir a sua viabilidade financeira e sua implantação sustentável. Prever a contínua verificação do nível de satisfação dos atores públicos e privados envolvidos e a avaliação de resultados das ações de fortalecimento empreendidas, com base em indicadores previamente fixados.

As ações de fortalecimento pertinentes ao plano devem caracterizar-se pela geração de produtos diretamente aplicáveis a realidade do município, pautando-se pela alta relação custo – benefício.

A adoção de tecnologias inovadoras deve permear os investimentos previstos no plano de fortalecimento. Assim, ao mesmo tempo em que se busca conservar as conquistas já efetivadas quanto aos modelos e processos de trabalho adotado na gestão municipal, busca-se também a inovação tecnológica já experimentada e validada por outras municipalidades brasileiras ou mesmo alternativas tecnológicas concebidas em primeira mão, a partir de estudos e pesquisas referenciadas na realidade do município.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Melhoria na gestão do turismo e no fornecimento de informação em todos os aspectos.

Produtos:

Plano de Fortalecimento Institucional efetivamente elaborado.

Resultados:

- O desenvolvimento das competências dos profissionais da administração municipal, nos melhores padrões de qualidade;
- A implantação de uma cultura de educação permanente nas organizações alvo, de forma a manter as equipes preparadas e atualizadas;
- A instrumentalização da administração pública municipal para o planejamento, execução e avaliação de ações de capacitação profissional.
- proprietários e funcionários de empreendimentos turísticos capacitados e qualificados para a atividade.

Benefícios: Organização da gestão da prefeitura municipal, capacitação dos funcionários públicos, aumento da arrecadação de impostos.

Beneficiários: A administração pública municipal e o seu núcleo de turismo, o *trade*

turístico e a comunidade anfitriã.

Responsável pela execução da ação

Prefeitura Municipal de Bodoquena.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

Prefeitura Municipal de Bodoquena

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 450.000,00 – GOVERNO DO ESTADO/PRODETUR NACIONAL.

Gastos Estimados da Operação:

Contratação de consultoria especializada em Planejamento Estratégico e Sistema de Gestão de Turismo, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Impostos gerados com a atividade turística

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência

Indicadores de Segmento

Prefeitura Municipal preparada para gerir o turismo no município.

Fonte de Verificação

Boletins mensais e relatórios emitidos pela FUNDTUR

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com todas as ações previstas na MACROESTRATÉGIA 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.

Nível de avanço: Plano de Fortalecimento Institucional elaborado.

Ação 17 e 18- Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena e Jardim.**Objetivo**

Apoiar as Administrações Municipais na implementação dos seus respectivos Planos Diretores Participativos, promovendo a organização, crescimento e o funcionamento da cidade, de modo a apoiar o processo de desenvolvimento sustentável do território, buscando parcerias entre a sociedade civil, empreendedores, poderes públicos e segmentos representativos para uma gestão democrática e participativa.

Justificativa

O Plano Diretor de um município tem como prerrogativa fundamental a garantia do exercício da autonomia do Município no que concerne o ordenamento físico-territorial e a regulação do crescimento e do desenvolvimento urbano. Isso significa que o município não abre mão da soberania na elaboração e implementação dos princípios da política urbana municipal e das diretrizes de desenvolvimento urbano sobre o território, bem como da responsabilidade pela elaboração, aprovação e aplicação da legislação que regulamenta o uso e a ocupação do seu território. A competência para legislar e promover o planejamento urbano, o ordenamento territorial e o controle do uso e da ocupação do solo são atribuição do município, prevista na Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 30. Além disso, a própria Constituição Federal, através dos artigos 182 e 183, atribui ao município a competência para definir a sua política urbana, com os objetivos de garantir o pleno exercício das funções sociais da cidade e das propriedades urbanas e as condições dignas de habitabilidade, de bem-estar e de vida de sua população.

Descrição da ação

Sendo o plano diretor um instrumento de planejamento, de ordenamento e gestão local em bases sustentáveis, e de cumprimento da função social da cidade e da propriedade, nas quais suas proposições irão interferir na vida de todos os cidadãos municipais, sua construção deve ser realizada de forma coletiva entre técnicos e sociedade civil. Em todas as etapas de revisão e complementação serão promovidas ações e atividades que garantam o envolvimento e a participação dos diversos segmentos distribuídos em todo o território municipal de modo a que todos os cidadãos participem no planejamento da sua cidade e possam intervir na realidade de seu município. Devem ser planejadas e executadas reuniões temáticas e territoriais. A empresa consultora deverá sugerir os temas a serem abordados, o público alvo, as localidades abrangidas, os locais de reunião, os horários e datas dos eventos, a metodologia para realização, documentação e avaliação das reuniões. As audiências públicas e demais eventos deverão seguir as normativas estabelecidas pela resolução concidades nº. 25/2005.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Estabelecer estratégias de ordenamento do espaço urbano para criar uma identidade espacial para os municípios do Polo, fator de atração do turista.

Produtos: planos diretores dos três municípios elaborados e implementados.

Resultados:

O Plano Diretor é um instrumento mobilizador de toda a comunidade, pois é ela quem define qual o tipo de destino turístico que ela deseja ver sua região transformada no futuro, já que é construído de forma ampla e participativa.

Benefícios:

Além de a comunidade passar a possuir um instrumento de planejamento de ordenamento territorial disponível para a localidade, a comunidade passa a ter iniciativas que reflitam valores, estilos de vida e o lado forte do turismo.

Beneficiários:

A administração pública municipal, e a comunidade de modo geral.

Responsável pela execução da ação

Prefeituras e Câmara Municipais dos três municípios.

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

Prefeituras Municipais

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 500.000,00 – Prefeitura Municipal e Governo do Estado.

Gastos Estimados da Operação:

Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores entre outros.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Aumento da arrecadação municipal.

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei

Não há exigência

Indicadores de Segmento:

Prefeitura Municipal através da sua Secretaria de Obras, preparadas para orientar e aplicar o funcionamento das Leis e Projetos previstos para uso e ocupação do solo, edificações, entre outros.

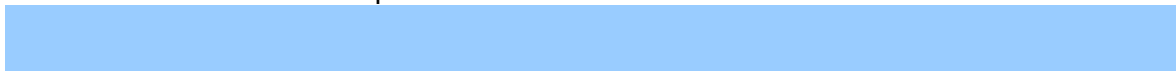
Fonte de Verificação

Boletins mensais e relatórios emitidos pelas Prefeituras Municipais

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com todas as ações da MACROESTRATÉGIA 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.

Nível de avanço: Planos Diretores de Bonito implementado, de Bodoquena elaborados e Plano Diretor de Jardim em processo licitatório.



Ação 19, 20, 21 e 22 - Elaboração e Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional dos órgãos oficiais de meio ambiente do Polo; Elaboração e implementação do plano de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente**Objetivo**

O Programa objetiva o fortalecimento institucional das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, visando capacitação técnica (recursos humanos e materiais) para o exercício do controle e monitoramento ambiental do estado e dos municípios partícipes.

Justificativa

A crescente descentralização administrativa tem chamado os municípios a assumirem suas responsabilidades na gestão do meio ambiente. O CONDEMA é um órgão criado para esse fim, isto é, para incluir os órgãos públicos, os setores empresariais e políticos e as organizações da sociedade civil no debate e na busca de soluções para o uso dos recursos naturais e a recuperação dos danos ambientais.

Por isso a política do instituto de meio ambiente do Mato Grosso do Sul – IMASUL é a descentralização da gestão ambiental, proporcionando a progressiva instrumentalização, utilizando como principal ferramenta o licenciamento ambiental. O fortalecimento das unidades regionais constituirá também em importante instrumento para efetivar as ações junto aos municípios.

A SEMAC/IMASUL possui estruturados os principais instrumentos da gestão pública preconizados pela Política Nacional de Meio Ambiente, tendo atuação em todos os municípios da Serra da Bodoquena, no entanto, é necessária a descentralização destes núcleos e fortalecimento institucional para os mesmos.

Descrição da ação

Elaboração de termo de referência para um Plano de Fortalecimento Institucional Regional e implementação do mesmo, no sentido de suprir as Secretarias Municipais de capacidade de gestão do meio ambiente no Polo.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Aumento do número de empreendimentos turísticos, aumento de geração de emprego e renda.

Produtos

Plano de Fortalecimento Institucional Regional

Resultados

Municipalidades equipadas para a gestão das políticas públicas do Meio Ambiente.

Benefícios

Melhoria no atendimento nos órgãos oficiais de meio ambiente nos municípios, maior autonomia, aumento da capacidade de atendimento às ocorrências locais. Gestão ambiental beneficiando toda a cadeia produtiva do turismo.

Beneficiários

Meio Ambiente Empreendedores turísticos, Turistas e Comunidade em geral.

Responsável pela execução da ação

IMASUL

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

IMASUL e SEMA's dos municípios

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 1.400.000,00 – GOVERNO DO ESTADO/PRODETUR NACIONAL.

Gastos Estimados da Operação:

Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Impostos provenientes do turismo

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei: Não há exigência

Indicadores de Segmento:

100% das Secretarias equipadas com veículos, pessoal treinado para atendimento das diversas ocorrências relativas ao Meio Ambiente.

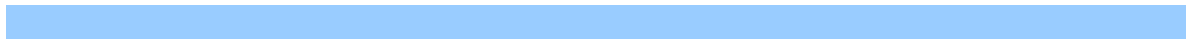
Fonte de Verificação

Boletins mensais e relatórios emitidos pelo IMASUL/MS.

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com todas as ações da E-5 Fortalecer e capacitar as instituições e a sociedade para a gestão ambiental.

Nível de avanço: Não foi constatada nenhuma atividade nesse sentido.



Ação 23 e 24 – Elaboração e Implantação de plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo.**Objetivo**

Para atender aos diversos usos, a água deve ter uma boa qualidade. No entanto, nos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, os recursos hídricos vêm sofrendo uma ameaça crescente, advinda principalmente da descarga de esgotos domésticos, do solo oriundo da erosão das terras e da contaminação resultantes da disposição inadequada de lixo nas proximidades dos pequenos cursos d'água urbanos, ameaça esta potencializada pelas peculiaridades e fragilidade dos ecossistemas dessa região às interferências humanas.

Por isso, esta ação tem como objetivo aumentar a rede de monitoramento realizada pelo IMASUL, nos rios do Estado e adotar sistemas de tratamento de esgoto que atendam às especificidades locais, tendo em vista que as águas superficiais locais são utilizadas fundamentalmente para a recreação de contato primário.

Justificativa

Os problemas ambientais identificados nos ecossistemas aquáticos, principal atrativo turístico nos produtos ofertados na Serra da Bodoquena, com base nos estudos e dados disponíveis, produzidos por pesquisadores, projetos desenvolvidos no âmbito do PRODETUR, órgãos públicos e ONG's, referenciados acima, reforçam e também complementam as análises já elaboradas no PDITS/2004 e, que abaixo sintetizamos:

- há indícios de impactos ambientais nos ecossistemas aquáticos decorrentes do processo de visitação turística, podendo ser ocasionados pelo número excessivo de visitação turística e/ou pelo perfil e comportamento dos turistas, que tem levado a perda de biodiversidade e mudança de hábitos de peixes nestes ambientes.
- ambientes sensíveis como os de nascentes são os que mais requerem cuidados na exploração turística e deve ser revista sua capacidade de visitação diária, frente à constatação de perda de biodiversidade existente;
- de maneira geral, os balneários exibem os maiores níveis de impacto em todos os produtos analisados, evidenciando que a movimentação da água e o pisoteio do fundo são as interferências, da visitação pública, mais pronunciadas;
- existem impactos estabelecidos na Serra da Bodoquena de outras atividades econômicas, que são anteriores ao fenômeno turístico, que levam a perda de biodiversidade e de cobertura florestal, que impactam diretamente a conservação dos rios da região;
- existe perda significativa da cobertura florestal nos três municípios, com índice bastante reduzido apenas em um município.
- existe supressão e ocupação irregular de áreas de Reserva Legal (RL) e a recuperarem as Áreas de Preservação Permanente (APP), tanto de atividades de turismo como de outras atividades econômicas, como a agropecuária, nos principais rios turísticos da região (Formoso, Mimoso, Betione e Prata), apesar de não existir uma quantificação para todas estas sub-bacias.
- o atual sistema de monitoramento da qualidade da água presta uma valiosa contribuição como fonte de informações para avaliação de vários processos estabelecidos na região da Serra da Bodoquena, mas estudos sugerem que para o controle efetivo dos impactos da visitação turística devam ser definidos outros parâmetros e indicadores, que permitam uma análise mais adequada dos impactos advindos desta atividade nos ecossistemas aquáticos;

Descrição da ação

Realizar pesquisa junto ao IMASUL sobre o tema Monitoramento da Qualidade das Águas, verificando o que está sendo feito e possível acompanhamento e elaborar Termo de Referência para o SOA.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Fortalecimento das estruturas municipais de meio ambiente e sensibilizar a comunidades para as questões do meio ambiente, tornando-as parceiras do processo de monitoramento

ambiental.

Produtos

Índice de Qualidade da Água elevado

Resultados

Recursos hídricos mais protegidos e menos impactados.

Benefícios:

Recursos hídricos protegidos e oferta de produto turístico com maior qualidade ambiental.

Beneficiários:

Meio Ambiente, Empreendedores turísticos, Turistas e Comunidade em geral.

Responsável pela execução da ação

IMASUL

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

IMASUL/SEMA's municipais e Prefeituras Municipais do Polo.

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 1.600.000,00 – GOVERNO DO ESTADO/PRODETUR NACIONAL.

Gastos Estimados da Operação:

Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Impostos provenientes do turismo

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei

Não há exigência

Indicadores de Segmento

80% dos rios sendo monitorados.

Fonte de Verificação

Boletins mensais e relatórios emitidos pelo IMASUL/MS.

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com as ações da Estratégia 3 – Ampliar a área de monitoramento de impactos ambientais.

Nível de avanço: Termo de Referência elaborado pela equipe da UCP/MS junto com o IMASUL/MS.

Ação 25 e 26 - Elaboração e implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo no Polo.**Objetivo**

Considerando a fragilidade do ambiente em questão e a necessidade de proteção dos recursos naturais importantes, para que os mesmos continuem a desempenhar sua função ambiental e a dar sustentabilidade às ações de turismo, e considerando que a capacidade de carga global dos ecossistemas devem ser respeitadas, foi proposto o ordenamento ambiental das sub-bacias importantes para atividade turística do Polo, como forma de implantar um processo de gestão de bacia.

Justificativa

O Polo da Serra da Bodoquena tem o ecoturismo como principal segmento turístico, configurando-se hoje como um dos principais destinos de ecoturismo do país, sendo premiado diversas vezes por isto. Porém, algumas das atividades turísticas realizadas podem causar danos ao ambiente e da mesma maneira, a alta concentração de atrativos num mesmo curso d'água, podendo comprometer a sustentabilidade deste segmento.

Cita-se como exemplo, os passeios como de bote e o pisoteio por parte dos banhistas que representam um risco para as tufas, as quais levam centenas de anos para se formarem a partir da sedimentação do calcário, bem como para a riqueza de invertebrados bentônicos existentes no fundo dos rios.

Com efeito, a fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comporta um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos pesados. Por outro lado, a infraestrutura necessária, se não atendidas normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos.

Assim, além da necessidade de estudos técnicos para a determinação da capacidade de visitação turística dos atrativos, tem-se com igual importância, a demanda por uma ferramenta de monitoramento e gestão ambiental para controlar o impacto ambiental causados nos recursos hídricos da região.

Descrição da ação

A elaboração do sistema de ordenamento ambiental deve procurar a integração aos processos de ordenamento e zoneamento territorial já existentes na região e no Estado, a coordenação das informações de forma eficiente, a inserção de parâmetros e programas de governo e a integração dos parâmetros com a avaliação dos efeitos da sociedade sobre o meio ambiente e do meio ambiente na sociedade, oferecendo prognósticos, alternativas para o desenvolvimento socioeconômico e a avaliação dos recursos naturais nestes cenários.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Oferta de produtos com qualidade ambiental.

Produtos

Sistema de Ordenamento Ambiental como instrumento para gestão de bacias.

Resultados

Sistema de ordenamento ambiental implantado e índice de qualidade da água elevado.

Benefícios:

Recursos hídricos protegidos e oferta de produto turístico com maior qualidade ambiental.

Beneficiários:

Meio Ambiente Empreendedores turísticos, Turistas e Comunidade em geral.

Responsável pela execução da ação

IMASUL

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

IMASUL e Prefeituras Municipais através de suas SEMA's.

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 800.000,00 – GOVERNO DO ESTADO/PRODETUR NACIONAL.

Gastos Estimados da Operação:

Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Impostos provenientes do voucher único

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei

Não há exigência

Indicadores de Segmento

100% dos rios utilizados na atividade turística ordenados.

Fonte de Verificação

Boletins mensais e relatórios emitidos pelo IMASUL/MS.

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com as ações da Estratégia 3 – Ampliar a área de monitoramento de impactos ambientais.

Nível de avanço: Termo de Referência elaborado pela equipe da UCP/MS junto com o IMASUL/MS.

Ação 27 e 28 – Elaboração e implantação do Sistema de Monitoramento da Visitação para os atrativos turísticos públicos da Serra da Bodoquena.**Objetivo**

Estimular os empreendedores ligados ao turismo a analisar o impacto ambiental de seus produtos e serviços e tomar medidas de prevenção dos problemas que podem advir do mau uso do meio ambiente, no que se refere ao monitoramento e capacidade de carga dos seus empreendimentos.

Justificativa

O Polo da Serra da Bodoquena tem o ecoturismo como principal segmento turístico, configurando-se hoje como um dos principais destinos de ecoturismo do país, sendo premiado diversas vezes por isto. Porém, algumas das atividades turísticas realizadas podem causar danos ao ambiente e da mesma maneira, a alta concentração de atrativos num mesmo curso d'água, como o rio formoso, também representa uma fragilidade socioambiental que pode comprometer a sustentabilidade deste segmento.

Cita-se como exemplo, os passeios como de bote e o pisoteio por parte dos banhistas que representam um risco para as tufas, as quais levam centenas de anos para se formarem a partir da sedimentação do calcário, bem como para a riqueza de invertebrados bentônicos existentes no fundo dos rios.

Com efeito, a fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comporta um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos pesados. Por outro lado, a infraestrutura necessária, se não atendidas normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos.

Assim, além da necessidade de estudos técnicos para a determinação da capacidade de visitação turística dos atrativos, tem-se com igual importância, a demanda por uma ferramenta de monitoramento e gestão ambiental para controlar o impacto ambiental causado pelo turismo na região.

Descrição da ação

Desenvolvimento de uma metodologia e a normatização de procedimentos para definição do número de visitação diário aos atrativos/produtos turísticos, pois só assim pode monitorar os impactos do turismo e promover os ajustes necessários nos fluxos de visitantes, exercendo assim sua função de proteger os recursos naturais e promover a sua efetiva conservação. Esse processo deve ser desenvolvido de forma participativa com os proprietários de empreendimentos, ONG's, universidades, comunidade, etc., aproveitando experiências bem sucedidas na Serra da Bodoquena ou em outros ambientes similares.

Estes estudos reforçam uma demanda apresentada no PDITS/2004 que é a necessidade de estudos e definição de uma metodologia que permita um subsídio maior na definição da capacidade de visitação pública aos produtos ofertados na Serra da Bodoquena. Mesmo aqueles empreendimentos que detêm a devida licença ambiental, se baseiam em metodologias que não prevêm os parâmetros e indicadores necessários a conservação daqueles ambientes, que como já foi explicitado são de extrema singularidade e fragilidade. Por fim, a definição da visitação diária dos atrativos/produtos turístico deve ser baseada em metodologia que contemple critérios científicos como também características locais. E apesar do recorte do PDITS da Serra da Bodoquena contemplar os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, sob os aspectos ambientais as ações de conservação devem ser projetadas considerando os municípios vizinhos, principalmente Guia Lopes da Laguna e Porto Murtinho, uma vez que as unidades para o planejamento ambiental estão circunscritas as bacias hidrográficas, aos ecossistemas locais, aos corredores florestais, que possuem sua integridade enquanto unidade de planejamento e conservação.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Melhoria em todos os aspectos relacionados à atividade, ganhos ambientais e valor agregado na atividade turística.

Produtos

O produto final será um Sistema de Monitoramento da Visitação Turística elaborado e

implementado.

Resultados:

Empresários comprometidos em avaliar o impacto ambiental de suas atividades e agregando valor ao produto turístico.

Benefícios:

Impactos ambientais minimizados, recursos naturais protegidos e oferta de produto turístico com maior qualidade ambiental.

Beneficiários:

Meio Ambiente Empreendedores turísticos, Turistas e Comunidade em geral.

Responsável pela execução da ação

IMASUL

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

IMASUL com suas Secretarias de Meio Ambiente instaladas no Polo e Prefeitura Municipal.

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 1.300.000,00 – BID e Governo do Estado

Gastos Estimados da Operação:

Contratação de empresa de consultoria especializada no tema, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Impostos provenientes do turismo.

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei:

Não há exigência

Indicadores de Segmento

50% de empreendimentos cadastrados no Sistema.

Fonte de Verificação

Boletins mensais, relatórios e banco de dados emitidos pela FUNDTUR.

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com todas as ações da MACROESTRATÉGIA 5 – Gestão SocioAmbiental.

Nível de avanço: Termo de Referência elaborado pela equipe da UCP/MS em conjunto com o IMASUL/MS.

Ação 29 e 30 – Elaboração e Implantação da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE
Objetivo

A elaboração da AAE serve de base para a avaliação dos impactos ambientais diretos, indiretos/estratégicos, cumulativos e sinérgicos do conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo programa, em concomitância com os seus respectivos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), sendo um requisito recomendado no Manual de Gestão Socioambiental do PRODETUR NACIONAL, que por sua vez reflete as políticas ambientais vigentes no país, bem como a política de meio ambiente e cumprimento de salvaguardas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Justificativa

A AAE tem sido apontada como uma solução para as deficiências da Avaliação de Impacto Ambiental e, principalmente, como o instrumento que permitirá que a sustentabilidade do desenvolvimento seja viabilizada. Como prática, a AAE significa a aplicação dos procedimentos de avaliação, não mais em nível de projetos, mas nas etapas iniciais do processo de planejamento, ou seja, em nível de políticas, dos planos e dos programas.

O principal argumento em favor da AAE reside no que se entende como a situação ideal para o processo de formulação de documentos de planejamento. Na prática, essa situação ideal acontecerá quando a realização da AAE ocorrer de forma simultânea com a formulação dos documentos de planejamento, não existindo nenhuma distinção/separação entre essas duas ações. E isto como indicativo de que a preocupação com os aspectos ambiental, social, econômico e institucional já é parte integrante e indissociável do processo de planejamento.

Descrição da ação

1. Preparação do Estudo
2. Elaboração da Linha de Base e Diagnóstico
3. Identificação e Avaliação de Impactos
4. Construção de Cenários;
5. Conclusões e Recomendações
6. Monitoramento e Avaliação do Programa
7. Versão preliminar da Avaliação Ambiental Estratégica e Validação da AAE.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

A identificação de impactos e a criação de mecanismos de monitoramento proporcionarão melhorias e qualidade ambiental, ofertando produtos turísticos de qualidade.

Produtos

Diagnóstico, Identificação e Avaliação de Impactos; Cenarização; Conclusões e Recomendações, Mecanismos de Monitoramento e Avaliação do Programa, Objetivos de Sustentabilidade, Proposição dos Cenários de Desenvolvimento.

Benefícios:

Recursos naturais protegidos e oferta de produto turístico com maior qualidade ambiental.

Beneficiários:

Meio Ambiente Empreendedores turísticos, Turistas e Comunidade em geral.

Responsável pela execução da ação

IMASUL

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

IMASUL/SEMA's municipais e Prefeituras Municipais do Polo.

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 300.000,00 – GOVERNO DO ESTADO/PRODETUR NACIONAL.

Gastos Estimados da Operação:

Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS, computadores e software adequado.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Impostos provenientes do turismo

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei

Não há exigência

Indicadores de Segmento

80% dos empreendimentos turísticos monitorados.

Fonte de Verificação

Boletins mensais e relatórios emitidos pelo IMASUL/MS.

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com as ações da Estratégia 3 – Ampliar a área de monitoramento de impactos ambientais.

Nível de avanço: Termo de Referência elaborado pela equipe da UCP/MS junto com o IMASUL/MS.

Ação 31 - Revisão do arcabouço legal do meio ambiente.**Objetivo**

Atualizar e aperfeiçoar os instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios do Polo da Serra da Bodoquena, à luz da política e de diretrizes municipais para o setor.

Justificativa

O conjunto de leis que as municipalidades dispõem para o setor do meio ambiente merece uma revisão sob vários aspectos, percebe-se que as mesmas ainda são muito frágeis, tanto na questão de abrangência, de consistência, da clareza e precisão do texto, quanto da forma de apresentação. Além dos aspectos acima referidos, os diplomas legais devem ser concatenados com base na elaboração de uma política que fundamente as ações de planejamento, normativas, regulatórias e de fiscalização do município.

O código municipal de meio ambiente hoje em vigor nos municípios de modo geral apresenta-se como documento regulador da gestão setorial, com conteúdo bastante completo, abrangente e tecnicamente adequado. Entretanto, falta-lhe a base das definições estratégicas, que será aportada pelo plano estratégico de gestão. Assim, torna-se necessária a análise do conteúdo do código e a sua adequação, o que demandará a contratação de consultoria especializada, com a colaboração da unidade gestora do meio ambiente das administrações municipais, dos demais setores correlatos da estrutura do poder público e a necessária contribuição dos conselhos municipais de meio ambiente.

É preciso criar instrumentos legais para incentivar, regular e fiscalizar o setor de turismo e meio ambiente, considerando que os instrumentos legais instituídos pelos municípios são restritos e esparsos, ou seja, inexistem leis, decretos, instruções ou outros instrumentos normativos voltados para a regulação/ordenação das atividades turísticas no município, nem mesmo voltadas para qualquer ação direta de fiscalização ou para o gerenciamento dos atrativos turísticos de propriedade municipal.

Descrição da ação

Trata-se de proceder à revisão do arcabouço legal de meio ambiente tendo por base o plano municipal estratégico de gestão ambiental a ser elaborado, conforme a Estratégia 6, ação nº. 03.

Efeito esperado no Desenvolvimento Turístico

Atividade turística regulamentada, fiscalizada com eficiência.

Produtos

Extenso de Leis próprias para as questões ambientais.

Código Municipal de Meio Ambiente revisado.

Resultados

Arcabouço legal revisado, e código municipal de meio ambiente readequado de acordo com as necessidades locais.

Benefícios

Eficiência na Legislação Ambiental.

Beneficiários

Meio Ambiente, Empreendedores turísticos, Turistas e Comunidade em geral.

Responsável pela execução da ação

IMASUL/MS

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço

IMASUL/MS e Prefeituras Municipais através dos seus órgãos oficiais de Meio Ambiente.

Custo estimado e fonte de financiamento:

R\$ 300.000,00 – GOVERNO DO ESTADO/PRODETUR NACIONAL.

Gastos Estimados da Operação:

Contratação de consultoria especializada.

Mecanismos previstos de recuperação de custos

Impostos provenientes da atividade turística.

Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei:

Não há exigência

Indicadores de Segmento

Legislação Ambiental em vigor sobre a atividade turística

Fonte de Verificação

Boletins mensais e relatórios emitidos pelo IMASUL/MS.

Relação com outras ações quanto ao cronograma

Esta ação relaciona-se com todas as ações da MACRO ESTRATÉGIA 6 – GESTÃO SOCIO AMBIENTAL.

Nível de avanço: Não foi constatada nenhuma atividade nesse sentido.

5 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS

O grande número de turistas que visitam a região tem como principal motivação o lazer e a recreação nas águas cristalinas de seus rios, visita às cavernas e grutas, esportes como o rapel e arborismo, passeios na mata através das trilhas, observação de animais silvestres, entre outras.

A atividade turística gera impactos, especialmente, nos feriados prolongados e nas temporadas de férias, principalmente em função da precariedade de infraestrutura básica e sensibilidade da formação calcária, predominante na região.

Dentre os produtos turísticos estão os balneários públicos municipais, balneários particulares, passeios em trilhas, mergulhos, exploração de grutas e cachoeiras, *camping*, entre outras. Ainda existe a possibilidade da abertura do Parque Nacional da Serra de Bodoquena para o turismo, além do turismo rural que mostra a rotina de fazendas da região.

Este item considerou os impactos estratégicos da implementação das ações no âmbito do PDITS sobre a qualidade de vida da população, abrangendo os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos com o desenvolvimento do turismo, inclusive em termos da atração que os investimentos possam exercer sobre outras atividades econômicas e a imigração de pessoas em busca de oportunidades, assinalando potenciais conflitos do uso turístico com outros usos dos recursos naturais na mesma área.

Nos casos aplicáveis, foram indicadas ações gerenciais de mitigação dos aspectos negativos e de potenciação dos impactos positivos.

Foram identificados, do mesmo modo, alguns possíveis impactos sócio-ambientais cumulativos do conjunto de atividades e projetos a serem desenvolvidos, principalmente aqueles possíveis de causar degradação da base de recursos naturais ou ameaçar a sustentabilidade ambiental das atividades turísticas do aumento de turismo planejado.

A fim de definir ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos da implementação do PDITS foram selecionados alguns parâmetros para serem usados como indicadores dos impactos e efeitos avaliados nos itens anteriores.

Elaborou-se, finalmente, um programa de gestão ambiental para o plano, identificando e integrando as medidas de mitigação e controle dos impactos, as ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos, as medidas institucionais (novas normas, regulamentos) e de reforço institucional das entidades de meio ambiente e prefeituras municipais, as ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais de base para o turismo.

5.1 - AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PARA CADA AÇÃO PROPOSTA

Os impactos e as medidas mitigadores identificados para cada uma das ações propostas foram organizados em quadros por Componentes e Estratégias pré definidas.

Quadro 26 – Estratégia de produto turístico: avaliação de impactos socioambientais

E.1 - Diversificar a oferta turística transformando em produtos turísticos os atrativos em potencial			
AÇÃO 1 a 6 – Elaboração e Implantação de projeto para estruturação do Geopark; Criação de roteiro turístico Geo-cultural ; Implementação de roteiro turístico Geo-cultural; Elaboração de Projeto e Implantação do Centro de Referência em Geo-História em Bonito.			
Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Diversificação dos atrativos • Integração dos municípios do Polo • Preservação de minerais, fósseis e arquitetura • Incentivo a pesquisas científicas • Criação de postos emprego para gestão do mesmo • Maior facilidade para o direcionamento de recursos financeiros para a região • Geração de renda • Aumento da arrecadação de impostos • Aumento do consumo local	• Desenvolvimento desordenado, especulação e loteamento no entorno do Geopark (zona de amortecimento) • Impactos ambientais decorrentes da trilhas inadequadas, como: erosão, sedimentação, destruição de habitat, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (veículos) • Depredação de cavernas por exceder sua capacidade de suporte • Depredação de outras formações calcárias por usos inadequados e a cima da capacidade de suporte, como por exemplo, esportes radicais (rapel, bóia cross, escaladas, etc.) • Impactos ambientais decorrentes de disposição de resíduos sólidos durante percursos nas trilhas, com	• Incentivo a roteiros turísticos integrados • Ampla divulgação e participação comunitária no processo de implantação do Geopark • Priorização de mão-de-obra local quando possível • Criação de políticas públicas que garantam oportunidades profissionais para diferentes especialidades na gestão do Geopark	• Estudos de impacto ambiental adequados • Estudo de impacto na zona de amortecimento do Geopark • Licenciamento ambiental de trilhas e visitas em cavernas entre outras possíveis atividades • Inclusão das três ações no Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena já que as ações interferem no mesmo • Projetos de educação ambiental/capacitação • Sinalização para orientação e para educação ambiental nas estradas de acesso ao Geopark • Sinalização para orientação e para educação ambiental nas trilhas no interior do Geopark

	possível intoxicação e ferimentos de animais silvestres		
--	--	--	--

AÇÃO 7– Estimular a implantação do Turismo de Base Comunitária nos assentamentos existentes em Bodoquena

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Diversificação dos atrativos • Desenvolvimento local, dada as suas dificuldades econômicas e sociais e o seu potencial em termos de prática do turismo rural • Conhecimento e a valorização do seu território, o resgate da auto-estima e a mobilização em torno de ações que possam viabilizar, com dignidade, a vida dessas populações • Valorização da atividade agrícola e preservação do meio ambiente	• Descaracterização da cultura local, devido a modificação nos padrões de sociabilidade tradicionais, decorrentes da intensificação das relações mercantis e, sobretudo, pela ampliação dos horizontes socioculturais dos mais jovens • Surgimento e o aumento da violência, do uso de drogas e exploração sexual, típico de situações sociais de intensificação das relações humanas, e possível aumento do custo de vida das populações residentes • Impactos ambientais decorrentes da trilhas inadequadas, como: erosão, sedimentação, destruição de habitat, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (veículos) • Impactos ambientais decorrentes da falta de infraestrutura básica como a disposição inadequada de resíduos sólidos e efluentes domésticos.	• Transformação de comunidades rurais em empresas organizadas, oferecendo atividades planejadas e uma estrutura adequada para a recepção dos turistas, de modo que não represente impacto ao meio ambiente • Ampla divulgação e participação comunitária	• Projetos de educação ambiental/capacitação • Estudos de impacto ambiental adequados • Melhoria na sinalização

AÇÃO 8 – Consolidação do produto cultural Retirada da Laguna em Jardim

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Diversificação dos atrativos • Integração com os municípios de Bodoquena, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Caracol e Porto Murtinho, que fizeram parte do fato histórico • Integração com o país vizinho, Paraguai • Resgate e preservação da história regional • Incentivo a pesquisas científicas • Geração de renda • Aumento da arrecadação de impostos • Aumento do consumo local • Direcionamento de recursos financeiros para a região	• Depredação do Monumento Cemitério dos Heróis • Impacto sobre a barranca e as águas do Rio Miranda, parte do roteiro (conhecido como Passo do Camisão), visto que o Monumento Cemitério dos Heróis localiza-se nas proximidades de suas margens. • Impactos ambientais decorrentes de disposição inadequada de resíduos sólidos durante os percursos	• Ampla divulgação e participação comunitária • Gestão integrada com os municípios de Bodoquena, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Caracol e Porto Murtinho Melhoria na sinalização • Priorização de mão-de-obra local quando possível	• Projetos de educação ambiental/capacitação • Adequação e manutenção das trilhas e monumentos • Estudos de impacto ambiental adequados • Licenciamento ambiental de trilhas e mirantes entre outras possíveis atividades

AÇÃO 9 – Elaboração de estudos de viabilidade para a prática de Espeleologia na região da Serra da Bodoquena

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Diversificação dos atrativos • Ampliação do conhecimento sobre a região • Criação de postos empregos para realização dos estudos • Preservação das cavidades naturais e outros fenômenos cársticos, incluindo suas dimensões, morfologia e valores paisagísticos; suas peculiaridades geológicas, geomorfológicas e mineralógicas; a ocorrência de vestígios arqueológicos e paleontológicos; recursos hídricos; ecossistemas frágeis ou espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção; a diversidade biológica; e sua relevância histórico-cultural ou sócio-econômica na região. • Incentivo a pesquisas científicas • Direcionamento de recursos financeiros para a região • Subsídio para Projeto de Plano de Manejo e/ou EIA/RIMA das cavidades consideradas para análises e emissão da licença ambiental • Embasamento para Zoneamento espeleológico, Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas - CANIE	• Impactos ambientais decorrentes da utilização inadequada de trilhas para a realização dos estudos (erosão, sedimentação, destruição de habitat, desmatamento, poluição sonora e atmosférica por veículos) • Depredação de cavernas durante a realização de estudos, como espeleotemas quebrados, inscrições e gravações nas grutas.	• Ampla divulgação e participação comunitária • Priorização de mão-de-obra local quando possível • Atendimento a Resolução CONAMA nº 347, de 10 de setembro de 2004 que dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico	• Utilização adequada de trilhas para a realização dos estudos, através de prévio levantamento, planejamento e uso de equipamentos adequados.

AÇÃO 10 – Articular com os órgãos responsáveis a abertura à visitação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Diversificação dos atrativos • Incentivo à utilização do parque para atividades de ecoturismo • Participação efetiva das prefeituras de Bodoquena, Bonito e Jardim • Oportunidade de diversificação do produto turístico do Polo, por meio da integração do parque a roteiros integrados • Arrecadação de impostos, taxa de entrada do parque e taxa de turismo • Geração de empregos para guias de turismo ecológico dentro do parque • Fornecimento às populações urbanas meios de lazer e contemplação do mundo natural.	• Más condições de controle e falhas na gestão ambiental do parque como um todo • Conflito das normas de gestão e utilização do parque como atrativo turístico • Impacto sobre os ecossistemas frágeis no interior do parque • Desaparecimento e/ou afugentamento da fauna nas áreas de visitação • Impactos ambientais decorrentes da trilhas inadequadas, como: erosão, sedimentação, destruição de habitat • Impactos ambientais decorrentes de disposição de resíduos sólidos durante percursos nas trilhas, com possível intoxicação e ferimentos de animais silvestres • Pessoas perdidas e/ou feridas por falta de sinalização e imprudências • Incêndios acidentais causados, por exemplo, por fumantes e fogueiras de camping • Biopirataria e trafico de animais silvestres	• Implantação de processo participativo no planejamento	• Gestão responsável e sustentável do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. • Definição de parâmetros de utilização e gestão do parque • Acompanhamento obrigatório de Guias de Turismo • Adoção das normas técnicas vigentes e respeito à legislação pertinente • Programas e campanhas de conscientização e educação ambiental para usuários e residentes no entorno • Programas emergenciais para resgate e atendimento de pessoas perdidas e/ou feridas • Programas e brigada de combate a incêndio, incluindo capacitação de moradores da região • Programas de educação e fiscalização contra biopirataria e trafico de animais silvestres

AÇÃO 11 – Eleger a MS 178 como Estrada Turística Estadual

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Oportunidade de diversificação do produto turístico do Polo, por meio de roteiros integrados • Integração dos municípios de Bodoquena e Bonito • Geração de renda para as comunidades situadas as margens da MS-178 • Diversificação de atividades econômicas	• Falta de manutenção e sinalização da estrada • Impactos sobre a fauna, flora e população habitantes das margens da estrada • Impactos ambientais decorrentes da não manutenção e tráfego intenso, como: erosão, destruição de habitat, atropelamento de pessoas e animais, focos de incêndio, degradação de corpos hídricos • Impactos ambientais decorrentes de disposição de resíduos sólidos durante percursos, com possível intoxicação e ferimentos de animais silvestres • Biopirataria e tráfico de animais silvestres • Construções irregulares na beira da estrada • Aumento de Gases de Efeito Estufa – GEE's	• Gestão integrada, municípios de Bodoquena e Bonito • Capacitação/orientação das comunidades situadas as margens da MS-178 para a geração de renda	• Manutenção e sinalização da estrada. • Programas e campanhas de conscientização e educação ambiental para usuários e residentes das margens da estrada • Programas emergenciais para atendimento a acidentes • Programas e brigada de combate a incêndio, incluindo capacitação de moradores do percurso • Programas de educação e fiscalização contra biopirataria e tráfico de animais silvestres • Conscientização quanto a construções na beira da estrada • Programas e/ou projetos de seqüestro e neutralização de carbono

AÇÃO 12 – Consolidação da Rota Pantanal – Bonito

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Oportunidade de diversificação do produto turístico do Polo, por meio de roteiros integrados • Integração principalmente dos municípios de Bonito e Miranda • Criação de novos postos de emprego • A integração entre roteiros ou núcleos auxilia a dinamização das economias locais, por meio da exploração das complementaridades, gerando a diversificação dos produtos e atrativos.	• Falta de manutenção e sinalização das estrada • Poluição e destruição dos habitats visitados • Exploração financeira das comunidades locais • Desvalorização das comunidades locais • Degradação cultural associada ao turismo • Biopirataria e tráfico de animais silvestres • Construções irregulares na beira da estrada • Surgimento e o aumento da violência, do uso de drogas e exploração sexual • Aumento da geração de resíduos sólidos, líquidos e gasosos • Aumento de Gases de Efeito Estufa – GEE's	• Ampla divulgação e participação comunitária	• Manutenção e sinalização da estrada. • Programas e campanhas de conscientização e educação ambiental para usuários e residentes das margens da estrada • Programas emergenciais para atendimento a acidentes • Programas e brigada de combate a incêndio, incluindo capacitação de moradores do percurso • Programas de educação e fiscalização contra biopirataria e tráfico de animais silvestres • Conscientização quanto a construções na beira da estrada • Programas e/ou projetos de seqüestro e neutralização de carbono

AÇÃO 13 - Estruturação de Roteiros Turísticos Integrados

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Estruturar os atrativos turísticos • Oportunidade de diversificação do produto turístico do Polo, por meio de roteiros integrados • Integração dos municípios • Criação de novos postos de emprego • A integração entre roteiros ou núcleos auxilia a dinamização das economias locais, por meio da exploração das complementaridades, gerando a diversificação dos produtos e atrativos.	• Falta de manutenção e sinalização das estradas • Poluição e destruição dos habitats visitados • Exploração financeira das comunidades locais • Desvalorização das comunidades locais • Degradação cultural associada ao turismo • Biopirataria e tráfico de animais silvestres • Construções irregulares na beira da estrada • Surgimento e o aumento da violência, do uso de drogas e exploração sexual • Aumento da geração de resíduos sólidos, líquidos e gasosos • Aumento de Gases de Efeito Estufa – GEE's	• Gestão integrada entre os municípios participantes (reuniões, intercâmbios, troca de experiências) • Ampla divulgação e participação comunitária • Priorização da mão de obra local, quando possível	• Manutenção e sinalização da estrada. • Programas e campanhas de conscientização e educação ambiental para usuários e residentes das margens da estrada • Programas emergenciais para atendimento a acidentes • Programas e brigada de combate a incêndio, incluindo capacitação de moradores do percurso • Programas de educação e fiscalização contra biopirataria e tráfico de animais silvestres • Conscientização quanto a construções na beira da estrada • Programas e/ou projetos de seqüestro e neutralização de carbono

AÇÃO 14 – Construir e equipar o receptivo par as ruas pertencentes ao Monumento Natural da Gruta do Lago Azul			
Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Aumenta a qualidade do atrativo e por consequencia do destino; • Aumenta a capacidade operacional do atrativo • Atrai turistas com maior exigência e geralmente com maior gasto médio.	• Maior pressão sobre o recurso ambiental; • Demanda mão-de-obra com maior qualificação e possível marginalização da comunidade;	• Desenvolvimento de instrumentos de promoção e divulgação do atrativo;	• Controle sistemático de impactos ambientais e reavaliação freqüente da capacidade de carga do recurso; • Capacitação específica (línguas, ambiental, atendimento ao cliente e outros) para a mão-de-obra do recurso.

E.2 - Implantar sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos**AÇÃO 1 – Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
- Desenvolver sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos - Compatibilizar o desenvolvimento econômico com a conservação/preservação dos recursos naturais - Maior segurança ambiental, social e econômica para a implantação, ampliação das atividades - Legalidade ambiental para os empreendimentos governamentais e/ou privados - Melhora efetiva da qualidade ambiental - Reflexos positivos no desenvolvimento sustentável da região	- Aumento excessivo na demanda perante os órgãos ambientais que são deficientes em estrutura física e recursos humanos - Pressão no procedimento de Licenciamento Ambiental - Falta da mobilização da sociedade civil, consequentemente o sistema fica refém de interesses particulares - Interferências do Ministério Público	Campanhas educativas para conscientização dos proprietários e população local quanto a importância do licenciamento ambiental, assim como sua correlação com a valorização econômica da atividade	- Modernizar o Licenciamento Ambiental - Estruturar as equipes técnicas - Melhoria salarial (pode evitar a rotatividade de servidores no licenciamento, o que prejudica a continuidade de análise dos processos) - Maior integração entre os órgãos participantes do processo de licenciamento - Identificação e padronização de procedimentos de licenciamento ambiental, de acordo com a tipologia e porte dos empreendimentos - Elaboração e divulgação de cartilhas educativas - Garantir a fiscalização dos empreendimentos - Descentralização do licenciamento ambiental

AÇÃO 2 – Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena			
Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Desenvolver sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos • Maior segurança ambiental, social e econômica para a implantação, ampliação das atividades • Competitividade internacional • Estabelecer produtos realmente sustentáveis e atender ao consumidor mais consciente • Redução de impactos ambientais	• Aumento excessivo no número de turistas • Aumento das taxas cobradas para visitação • Falta de infraestrutura (transporte, segurança, hotéis, etc.) para atender o aumento da demanda de turistas	• Estruturar equipes técnicas para certificação • Maior integração entre os órgãos participantes do processo de certificação • Identificação e padronização de procedimentos de certificação, de acordo com a tipologia e porte dos empreendimentos • Elaboração e divulgação de cartilhas educativas	• Capacitação de proprietários e funcionários de empreendimentos turísticos

E.3 - Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística;**AÇÃO 1 – Estimular proprietários de fazendas potencialmente turísticas para investirem em novos empreendimentos turísticos.**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Investimentos privados em infraestrutura turística • Diversificação da economia local, principalmente em área rural • Aumento e diversidade da oferta turística na região • Criação de empresas domésticas	• Oferta de produtos e serviços sem qualidade • Atividades sem licenciamento ambiental • Impactos sobre a fauna e a flora • Poluição e destruição de habitats • Impactos ambientais decorrentes de disposição inadequada de resíduos sólidos • Impacto sobre os ecossistemas frágeis (grutas, cavernas, cachoeiras, etc.) • Impactos ambientais decorrentes da trilhas inadequadas, como: erosão, sedimentação, destruição de habitat; Impacto sobre os recursos hídricos, Especulação imobiliária Construções irregulares e falta de sinalização	• Levantamento das áreas potenciais • Incentivar o uso materiais locais na construção, no equipamento dos empreendimentos turísticos e na produção de alimentos e bebidas	• Orientação técnica para os proprietários • Maiores cuidados com áreas dentro do Parque da Serra da Bodoquena e em sua zona de amortecimento • Criação de Unidades de Conservação • Conscientização sobre a manutenção da Reserva Legal

AÇÃO 2 e 4 – Estimular a criação de melhores incentivos fiscais para empreendedores turísticos; Fomento à iniciativa privada com o intuito de promover e divulgar as condições dos serviços financeiros e do crédito, estimulando e direcionando forma inovadoras de acesso aos recursos.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Investimentos privados em infraestrutura turística • Desonerar a atividade, assim como incitar novos projetos e equilibrar a equação rentabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos turísticos	• Financiamento da degradação de ecossistemas frágeis • Financiamento dos impactos negativos sobre a fauna e a flora • Especulação imobiliária	• Estudar possibilidade de incentivos fiscais nas esferas federais (como isenções de IR de pessoas jurídicas), estaduais (ex.: reduções de alíquotas do IPVA para veículos que utilizem combustíveis menos poluentes ou equipamentos de controle da poluição, ICMS Ecológico ou Verde, aumento no percentual de repasses estaduais para as localidades que investirem na proteção do meio ambiente) e municipais (como um IPTU Ambiental) • Solicitar contribuição jurídica de especialistas em Direito Ambiental e Direito Tributário	• Exigências dos bancos quanto ao licenciamento ambiental, planos de manejo e laudos técnicos

AÇÃO 3 – Estabelecimento de critérios sócioambientais para o investimento privado no Polo

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Investimentos privados em infraestrutura turística • Estímulo ao oferecimento de produtos com padrões de qualidade • Eleva a aptidão para mobilização de fontes de financiamento internacionais e regionais auxiliando os fundos governamentais para financiar o desenvolvimento do turismo • Encoraja instituições financeiras a promoverem o acesso dos empresários e comunidades locais ao capital	• Aumento no tempo de elaboração e/ou análises de projetos, podendo levar a perda de créditos com instituições financeiras • Falta de qualificação técnica para o cumprimento dos critérios impostos • Afunilamento dos tipos de produtos turísticos	• Estabelecimento de critérios com a participação de representantes da comunidade organizada e por equipe multidisciplinar, com o intuito de promover sua viabilidade • Elaboração e divulgação de cartilhas educativas	• Elaboração de documentos orientadores, como termos de referências para elaboração de projetos

AÇÃO 5 – Criação e divulgação de um <i>portfólio</i> de oportunidades de investimentos no turismo na região			
Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Investimentos privados em infraestrutura turística • Aumento da oferta turística na região • Informações levantadas podem servir para embasar outros estudos e ações	• Especulação imobiliária • Descaracterização da cultura local, devido ao excesso de investidores de outras regiões ou países • Exploração financeira das comunidades locais • Desvalorização das comunidades locais	• Considerar os critérios estabelecidos para o investimento privado no Polo	• Levantamento das áreas potenciais, considerando impactos cumulativos • Elaboração e divulgação de cartilhas educativas

E.4 - Qualificar os recursos humanos para o turismo e a hospitalidade

AÇÃO 1 e 3 – Criação de programas de capacitação profissional para o turismo, em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas crescentes do mercado, com a inclusão de pessoas com necessidades especiais; Ampliação de parcerias público-privada para a capacitação profissional do turismo; Capacitação de novos guias de turismo para suprir a deficiência apresentada atualmente e para novas modalidades que surgirão.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Desenvolver os recursos humanos para o turismo e a hospitalidade • Diversificar o público alvo • Oferecer serviços de atendimento ao público com qualidade • Incentivo a projetos de acessibilidade • Inclusão social de pessoas com deficiência física • Maior acesso a capacitação • Priorização de mão de obra local	• Saturação do mercado de trabalho • Aumento considerável com custos de mão de obra por parte dos proprietários • Excesso de instituições e cursos de capacitação	• Realização de convênios com instituições de ensino superior e outras instituições de capacitação	• Levantamento das demandas e capacidade de saturação do mercado

E.5 – Implantar sinalização turística na região**AÇÃO 1 e 2 - Elaboração e implantação de projeto de sinalização turística para o polo;**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante • Incremento da segurança nas rodovias • Melhoria no ordenamento dos atrativos turísticos • Enquadramento dos municípios nos padrões internacionais estabelecidos para a sinalização turística • Facilitação e ampliação do acesso ao mercado turístico internacional, criando condições para recepção destes turistas. • Melhoria na qualidade dos produtos turísticos • Aumento da satisfação do turista em relação ao ambiente urbano e à localização e acesso aos atrativos devido à facilidade de orientação. • Aumento do gasto médio diário. • Incremento da receita proveniente da atividade turística. • Aumento na arrecadação de impostos e taxa de turismo pela possibilidade de incremento do mercado internacional; • Incremento do comércio local devido à melhor utilização turística das áreas urbanas	• Transtornos à população local devido a grande demanda sobre a infraestrutura básica (água, esgoto, energia, trânsito etc) ocasionada pelo aumento do número de turistas - risco de colapso dos sistemas • Aumento da população em função da imigração por pessoas em busca de trabalho e consequente aumento das demandas para serviços urbanos • Riscos de acidentes em caso de falta de manutenção da sinalização • Riscos de acidentes devido a implantação paradas irregulares ao longo das rodovias	• Capacitação profissional para a população local para aumento das oportunidades de emprego no setor turístico • Priorização de mão de obra local quando possível	• Campanhas de conscientização ambiental voltadas para os empreendedores, turistas e comunidade local a fim de reconhecerem a sinalização e preservarem as mesmas • Orientação e fiscalização das paradas implantadas ao longo das rodovias

Quadro 27 – Estratégia de comercialização: avaliação de impactos socioambientais

E.1 – Transformar a Serra da Bodoquena em um destino mais competitivo no mercado regional, nacional e internacional, com o intuito de posicionar a região como destino turístico.

AÇÃO 1 e 2– Elaboração e Implantação do Plano de Marketing Turístico elaborado para a Serra da Bodoquena

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
- Desenvolver e implantar plano de marketing responsável para o Polo - Apoio a Comercialização do Destino Bonito-Serra da Bodoquena - Ampliar e fortalecer a comercialização dos produtos turísticos	- Aumento da pressão sobre o meio ambiente natural em consequência do aumento do número de visitantes - Pequenos impactos de curto prazo devido à execução de obras (infraestrutura, empreendimentos, divulgação)	- Inclusão da população local na implantação do plano de Marketing - Realizar a ação com consonância com o Plano Regional de Comercialização a ser elaborado	- Implantação gradativa do plano - Marketing adicionado de toques de educação ambiental

AÇÃO 3 – Desenvolvimento de políticas regionais de comercialização

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
- Posicionar a Região como Destino Turístico - Padronização da divulgação dos produtos locais	Maior ênfase em determinada região ou ponto da região	Padronização contemplando a vertente ecológica	Inclusão da maior quantidade de atrativos e/ou produtos de todos os municípios da região focada

AÇÃO 4 – Elaboração do Plano de investimentos para Plano de Marketing

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Estabelece diretrizes de investimentos que otimizam os empregos dos recursos financeiros; • Atrai novos investidores; • Fomenta o desenvolvimento socioeconômico local; • Geração de novos empregos; • Aumenta o fluxo de turistas, seu gasto e permanência; • Subsidia a tomada de decisão dos gestores públicos.	• Aumenta de demanda por mão-de-obra qualificada e possível marginalização da comunidade; • Pressão excessiva sobre os recursos ambientais; • Falhas no fornecimento/abastecimento dos serviços básicos.	• Desenvolvimento de instrumentos de fomento ao investimento no setor de turismo (incentivos fiscais, benefícios, financiamento facilitado, entre outros); • Alinhamento do plano de investimentos com outros planos, programas e projetos do polo.	• Definição com base científica da capacidade carga dos empreendimentos turísticos; • Implantação de sistema de monitoramento e acompanhamento ambiental; • Capacitação sistêmica dos recursos humanos; • Revisão sistêmica e freqüente das projeções demanda dos projetos/planos de infraestrutura e serviços básicos.

E.2 - Estruturar sistema de acompanhamento e monitoramento da demanda turística;**AÇÃO 1 – Realização de pesquisas sistemáticas do perfil de demanda real e potencial no Polo**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
- Desenvolver sistema de acompanhamento e monitoramento da demanda turística - Criação de base de dados	Falhas ou inexistência de dados	- Utilização de equipe multidisciplinar - Utilização de, ao menos parte, da mão de obra local na elaboração das pesquisas	Levantamento perante todos os setores

AÇÃO 2 E 3 – Elaboração de projeto e implantação de um Sistema de Informações Turísticas

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
- Implantação e Implementação do Sistema de Informações Turísticas - Criação de base para otimização da tomada de decisão, gestão e fiscalização da atividade turística - Banco de dados para auxiliar na divulgação da atividade	- Diferença na quantidade de dados em determinados pontos da região - Falha nos dados existentes (inconsistência, erros, etc) - Incompatibilidade de bancos	- Equipar as instituições - Capacitar os técnicos para alimentar o banco de dados - Incluir o posicionamento geográfico para posterior elaboração de mapas	- Levantamento do estado da arte sobre a região - Padronização dos dados, transformando e digitalizando os existentes

E.3 - Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com destinos que possuam produtos complementares aos da Serra da Bodoquena;**AÇÃO 1 – Realização de campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com destinos que possuam produtos complementares aos da Serra da Bodoquena • Integração dos municípios • Campanha para dinamização das economias locais por meio da exploração das complementaridades, gerando a diversificação dos produtos e atrativos.	• Grande diferença entre as infra estruturas dos municípios pertencentes ao roteiro	• Realização de Oficinas com representantes das localidades envolvidas • Prática de intercâmbio entre profissionais para o conhecimento de todos os locais envolvidos objetivando a motivação • Divulgação para todos os setores	• Planejamento e busca de recursos governamentais para a redução da diferença entre as infra estruturas dos municípios pertencentes ao roteiro

AÇÃO 2 – Captação de investidores e ações visando o desenvolvimento de negócios relacionados ao turismo

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com destinos que possuam produtos complementares aos da Serra da Bodoquena • Integração dos municípios • Campanha para dinamização das economias locais, por meio da exploração das complementaridades, gerando a diversificação dos produtos e atrativos.	• Financiamento da degradação de ecossistemas frágeis e sobre a fauna e a flora • Especulação imobiliária	• Realização de Oficinas com representantes das localidades envolvidas • Prática de intercâmbio entre profissionais para o conhecimento de todos os locais envolvidos objetivando a motivação	• Exigências dos bancos quanto ao licenciamento ambiental, planos de manejo e laudos técnicos • Divulgação para todos os setores

E.4 - Apoiar os grupos de empreendedores nas ações de desenvolvimento de produtos, promoção e divulgação do Polo**AÇÃO 1 e 2 – Realização de *fam tours* e *press trips* para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo; Fomento ao acesso dos prestadores de serviços turísticos aos canais de distribuição.**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Apoiar os grupos de empreendedores nas ações de desenvolvimento de produtos, promoção e divulgação do Polo • Maior conhecimento de todos os locais envolvidos no roteiro, objetivando a motivação, através da prática do intercâmbio entre profissionais	• Expressão negativa da identidade das comunidades frente a atores externos com interesses econômicos na exploração do lugar • Impressão negativa frente a alguma instituição, organização, marca, produto, infraestrutura	• Capacitação local para melhor divulgação dos produtos perante os visitantes interessados	• Levantamento prévio sobre predisposição da população local

AÇÃO 3 – Intensificação do programa de captação de eventos

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Apoiar os grupos de empreendedores nas ações de desenvolvimento de produtos, promoção e divulgação do Polo • Divulgação dos produtos locais • Oportunidade de diversificação do produto turístico	• Infraestrutura insuficiente para atender a demanda • Pressão sobre o meio ambiente natural devido ao aumento do número de visitantes	• Busca de recursos financeiros, submetendo projetos a editais de diversas instituições • Capacitação quanto a elaboração de projetos para a busca de recursos financeiros	• Levantamento prévio da capacidade de suporte da infraestrutura para o atendimento a eventos • Considerar impactos cumulativos da realização de eventos e outras formas de turismo, observando a sazonalidade já existente

AÇÃO 4 – Fomento ao turismo regional			
Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Apoiar os grupos de empreendedores nas ações de desenvolvimento de produtos, promoção e divulgação do Polo • Valorização, pela comunidade local, dos atrativos existentes, que consequentemente ajudará no repasse de informações para os turistas externos	• Pressão sobre o meio ambiente natural devido a maior facilidade de acesso	• Projetos de educação ambiental/capacitação	• Levantamento prévio da capacidade de suporte dos recursos naturais • Realizar programações observando a sazonalidade do turismo externo, já existente.

Quadro 28 – Fortalecimento institucional: avaliação de impactos socioambientais

E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo.

AÇÃO 1 a 5 – Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jardim; Elaboração e Implementação do Plano Fortalecimento Institucional do município de Bonito; Readequação e Implementação do Plano de Fortalecimento Institucional do município Bodoquena.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
- Fortalecer institucionalmente os municípios no que diz respeito ao turismo e gestão territorial - Consolidação dos compromissos de gestão - Prevenir e resolver conflitos de maneira mais rápida e eficaz - Materialização do monitoramento e a sistematização de informações	- Demora nas tomadas de decisão e falha na comunicação - Falta de qualificação técnica local, havendo necessidade de se contratar pessoas de fora da região e conseqüentemente o tempo de elaboração dos planos poderá se prolongar	Cursos, intercâmbio de informações e experiências entre os municípios e as pastas administrativas do município	Capacitação técnica

AÇÃO 6 e 7 – Readequação do Plano Diretor do município de Bodoquena e Readequação do Plano Diretor do município de Jardim.			
Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
- Fortalecer institucionalmente os municípios no que diz respeito ao turismo e gestão territorial - Organização do uso e ocupação do solo, consequentemente da atividade turística - Diretrizes para uma fiscalização mais efetiva - Minimização dos impactos sobre os recursos naturais	Limitações de usos dos atrativos	- Realizações de parcerias com Universidades, Embrapa, outros municípios a fim de otimizar a elaboração dos planos - Inserção de mapas atualizados	Elaboração por equipe multidisciplinar

E.2 – Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil.**AÇÃO 1 – Implementação das ações dos Conselhos Locais e Regionais de Turismo**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
- Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil - Gestão participativa (diversos atores da região) e integrada (aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais) do turismo	Comodismo e falta de participação de certos atores da região	- Identificar as necessidades e expectativas dos atores sociais envolvidos - Planejar ações que abranjam necessidades/expectativas das comunidades, oportunidades de mercado e ecologia	Campanha de divulgação da importância da criação dos Conselhos Locais e Regionais de Turismo e da participação representativa nos mesmos

AÇÃO 2 – Sensibilização do empresariado e a comunidade para a atividade turística

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
- Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil - Embasamento para a gestão participativa, a sociedade como base de sustentação de todo esse processo	Supervalorização do turismo e abandono de outras atividades necessárias a dinâmica econômica da região	- Unir as competências técnicas e empresariais, com a experiência/sabedoria popular - Capacitação de empresários - Uso de meios de comunicação de massa para sensibilização da comunidade local	Sensibilização do empresariado e a comunidade para a atividade turística atrelada a apresentação da capacidade de suporte, tanto dos recursos naturais quanto da economia local

AÇÃO 3 e 4 – Elaboração e implantação do Plano de Fortalecimento do Fórum Regional de Turismo para coordenação e criação de mecanismos de sinergia com o Fórum Estadual.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil • Fortalecimento local para a representatividade estadual • Estímulo a organização social	• Falta de representatividade de alguns segmentos (atores)	• Busca de maior diversificação de atores sociais envolvidos para uma melhor representatividade • Investimento em divulgação	• Apoio organizacional aos diversos segmentos (atores), principalmente aos que apresentam histórico de falta de mobilização

Quadro 29 – Infraestrutura e serviços básicos: avaliação de impactos socioambientais

E.1 – Melhoria e adequação da infraestrutura			
AÇÃO 1 e 2 - Implantação do projeto de drenagem dos municípios de Jardim e Bodoquena;			
Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Implantar sistemas de saneamento básico • Melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida da população local • Criação de postos de trabalho na construção das obras • Aumento da eficiência necessária para coletar e encaminhar as águas pluviais dos municípios • Aumento do número de pessoas atendidas pelo serviço de saneamento principalmente em áreas residenciais • Minimização da incidência de doenças de veiculação hídrica como a dengue • Aumento na arrecadação de impostos e taxa de turismo.	• Degradação da qualidade das águas superficiais principalmente pelo carreamento de sólidos e resíduos oleosos • Erosões devido ao mal direcionamento da água pluvial captada • Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras, como: erosão, sedimentação, destruição de habitat, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (particulados); • Pontos de acúmulo de água pluvial devido ao dimensionamento inadequado ou obstrução do sistema de drenagem pluvial	• Priorização de mão-de-obra local quando possível • Ampla consulta pública para construção das obras	• Elaboração de Plano Diretor de Drenagem Urbana; • Plano Diretor de Drenagem articulado com as outras atividades urbanas (abastecimento de água e de esgoto, transporte público, planos viários, instalações elétricas, etc.) • Campanhas educativas que visem a manutenção do bom funcionamento do sistema como as consequências de sua obstrução com lixo • Fiscalização para verificação de ligações clandestinas de esgoto • Acompanhamento e supervisão das obras • Respeito aos Planos Diretores Municipais • Exigência de estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental • Controle efetivo e fiscalização da expansão urbana e de empreendimentos imobiliários

E.2 - Implantação de sistemas de disposição de resíduos sólidos**AÇÃO 1 a 4 – Elaboração de projeto e construção de aterros sanitários no município de Bodoquena; Elaboração de projetos e Construção de UPL no município de Bodoquena.**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Implantar sistemas de disposição de resíduos sólidos. • Retirada da disposição dos resíduos sólidos da encosta de morros e margens de córregos (área de preservação permanente) • Minimização da incidência de pontos de disposição inadequada de resíduos sólidos • Remoção dos catadores que residem na insalubridade do atual lixão • Melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida da população local • Criação de postos de trabalho na construção das obras • Aumento da eficiência necessária para coletar e dispor de maneira adequada os resíduos sólidos dos municípios • Aumento do número de pessoas atendidas pelo serviço de coleta pública de resíduos sólidos • Minimização da incidência de doenças • Aumento na arrecadação de impostos e taxa de turismo. • Geração de emprego e renda com a implantação da Unidade	• Contaminação do solo e da água subterrânea e proliferação de vetores em caso de má operação do aterro • Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras, como: erosão, sedimentação, destruição de habitat, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (particulados); • Pontos de acúmulo inadequado de resíduos sólidos caso a coleta não aconteça com regularidade e frequência adequada • Abandono da Unidade de Processamento de Lixo por inviabilidade na comercialização de materiais (alto custo com transporte, falta de regularidade na produção e/ou entrega ao consumidor final)	• Elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de forma integrada e participativa • Campanhas educativas, para população local e turistas, que visem o acondicionamento adequado do lixo para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima do lixo • Interação com os Planos Diretores Municipais • Ampla consulta pública para construção das obras • Priorização de mão-de-obra local quando possível • Estudo de viabilidade social e econômica de uma Unidade de Processamento de Lixo	• O município de Bodoquena deverá providenciar urgentemente o processo de licenciamento ambiental de um aterro sanitário em área aprovada previamente pela Secretaria de Meio Ambiente - SEMA • Os resíduos comuns deverão receber recobrimento com terra e a compactação da mesma, diariamente, logo após o seu despejo na área utilizada pela Prefeitura Municipal. • A prática de atear fogo aos resíduos não deverá acontecer, tanto os de saúde como os resíduos comuns. • Os resíduos de serviços de saúde deverão ser encaminhados para destinação adequada em conformidade com a RDC/ANVISA Nº 306/2004, de acordo com a classificação dos resíduos gerados pela unidade hospitalar. Caso os resíduos, devido a baixa complexidade do atendimento oferecido à população pela unidade hospitalar, não necessitem de tratamento específico antes da disposição final, enquanto não existir o aterro sanitário devidamente licenciado, os mesmos poderão ser

de Processamento de Lixo – UPL • Recuperação de materiais recicláveis na Unidade de Processamento de Lixo – UPL • Aumento da vida útil do aterro sanitário com a redução de materiais recicláveis dispostos no mesmo			enterrados em células separadas dos resíduos comuns e receber recobrimento imediato após a sua disposição nas mesmas, no local usado atualmente pela Prefeitura Municipal • Deverá ser providenciado um local coberto para abrigar os pneumáticos inservíveis até a sua retirada do município, seja por empresas que reaproveitam os mesmos ou pelos fabricantes/importadores • As pilhas e baterias deverão ser entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam para que estes repassem aos fabricantes ou importadores para que os mesmos adotem medidas de destinação final ambientalmente adequada. A Prefeitura Municipal deve esclarecer aos comerciantes locais quanto a esta necessidade. • Acompanhamento e supervisão das obras • Exigência de estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental Controle efetivo e fiscalização da expansão urbana e de empreendimentos imobiliários a fim de atender o maior número de edificações com a coleta de resíduo sólido
--	--	--	--

E.3 – Melhorar o sistema de abastecimento de água

AÇÃO 1 a 6 – Elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo; Elaborar e Implantar projeto para redução do grau de dureza da água; Elaboração e implantação de estudo hidrogeológico dos municípios de Bodoquena e Bonito.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Reforçar e aprimorar o sistema de abastecimento de água • Ampliação do número de moradores atendidos • Aumento na disponibilidade de água para a população residente e flutuante • Redução de problemas gastrointestinais pelo excesso de minerais na água • Redução dos gastos com manutenção pelo acúmulo de minerais em máquinas, tubulações e equipamentos; • Melhoria da qualidade de vida da população • Criação de postos de trabalho na construção das obras necessárias para o projeto • Diminuição dos efeitos negativos do grande número de turistas sobre a população local. • Aumento da qualidade dos serviços prestados aos turistas • Aumento na arrecadação de impostos e taxa de turismo	• Comprometimento da qualidade de água devido à operação inadequada ou insuficiente da ETA • Degradação do manancial de água caso a sua exploração não seja bem planejada • Pagamento do ônus pela população residente • Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras, como: erosão, sedimentação, destruição de habitats, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (particulados) • Expansão desordenada da atividade e do fluxo de turistas impulsionada pela maior oferta de infraestrutura de abastecimento de água • Interferência negativa nos aquíferos devido a fragilidade e especificidade da formação calcária da região • Perfurações sem observância de normas técnicas e sem acompanhamento por técnico da área, até mesmo causando problemas de contaminação	• Estudos de viabilidade de aumento da quantidade de água na ETA • Planejamento e elaboração de estudo referente à capacidade de reservação, evitando interrupções no fornecimento de água • Consonância com a elaboração dos Planos Diretores Municipais e Plano Diretor de Turismo • Elaboração e implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico • Ampla consulta pública para construção das obras • Priorização de mão de obra local quando possível	• Estudos ambientais adequados para seleção do manancial a ser explorado (seja superficial ou subterrâneo) • Monitoramento da qualidade e quantidade de água dos mananciais • Inclusão dos projetos ambientais nas licitações e contratos • Identificação da possibilidade do ônus das obras de ampliação ter peso diferente para os empreendedores do setor de turismo e população local residente • Programas de educação ambiental com projetos que incentivem o uso racional da água, sistemas de reuso nos hotéis, redução de perdas de água, melhorias no sistema de gestão dos serviços, entre outros • Implantação das boas práticas para construção • Acompanhamento e supervisão das obras • Exigência de estudos ambientais e licenciamento ambiental • Levantamento das áreas de recarga de descarga os aquíferos

	(poluição) das águas subterrâneas • Contaminação na área de recarga e erosão na de descarga de aquíferos		a fim de evita a contaminação dos mesmos em área de recarga e, as áreas de descarga, que coincidem com as planícies e nascentes, devem permanecer intocadas, com o intuito de evitar a erosão acelerada
--	---	--	--

E.4 – Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante;**AÇÃO de 01 a 15 –**

- Elaboração de estudos de alternativas de transporte municipal de qualidade nos municípios do polo;
- Implantação da melhor alternativa de transporte municipal para os municípios do Polo;
- Elaboração de projeto básico e executivo para construção do posto da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao Polo;
- Construção do posto da Polícia Militar Ambiental na MS 178 entre Bonito e Bodoquena para atender ao Polo;
- Elaboração de projeto básico e executivo para reforma e ampliação do uma Unidade do Corpo de Bombeiros de Jardim;
- Reforma e ampliação do uma Unidade do Corpo de Bombeiros de Jardim;
- Elaboração de projeto básico e executivo para construção da Unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito;
- Construção da Unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito;
- Equipar a unidade do Corpo de Bombeiros de Bonito;
- Elaboração de projeto básico e executivo para construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito;
- Construção do mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito;
- Elaboração de projeto básico e executivo de pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito;
- Pavimentação da MS 178 no trecho que compreende o município de Jardim e Bonito;
- Elaboração de projeto básico e executivo de um Centro de Ortopedia e Traumatologia para o Polo;
- Implantação do projeto do Centro de Ortopedia e Traumatologia do Polo.

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante • Incremento da segurança do trânsito nas rodovias • Melhoria na fiscalização nas estradas, evitando tráfico de pessoas, animais e entorpecentes • Promoção de um atendimento, mais eficiente, a acidentes, a feridos e busca a desaparecidos ou perdidos (nas matas, nas estradas, etc.) pelo Corpo de Bombeiros • Viabilidade para o atendimento emergencial de pacientes (turistas e comunidade local) acidentados na região • Aumento da satisfação do turista em relação a segurança • Aumento do gasto médio diário. • Incremento da receita proveniente da atividade turística.	• Transtornos à população local devido a grande demanda sobre a infraestrutura básica (água, esgoto, energia, trânsito etc) ocasionada pelo aumento do número de turistas - risco de colapso dos sistemas – pela facilidade de transporte, acesso, até a região • Falha no atendimento a população devido a demanda de atendimento aos turistas (Polícia, Corpo de Bombeiros e Médicos) • Riscos de acidentes em caso de falta de fiscalização • Biopirataria em decorrência de falhas na fiscalização	• Campanhas de conscientização ambiental voltadas para os empreendedores, turistas e comunidade local a fim de reconhecerem os serviços policiais e médicos	• Capacitação para a população e turistas realizarem denúncias de tráfico de pessoas, animais e entorpecentes • Criação de um disk denuncia (tráfico de pessoas, animais e entorpecentes)

E.5 - Melhorar o sistema de esgotamento sanitário do polo**AÇÃO 1,2,3 – Elaborar e Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo; Implantar o projeto de esgotamento sanitário do município de Jardim**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Reforçar e aprimorar o sistema de esgotamento sanitário do polo • Fortalece a gestão ambiental do polo; • Ampliação do número de moradores atendidos; • Potencializa a efetividade do tratamento do esgoto lançado em corpos d'água; • Identifica áreas com maior carência e subsidia tomada de decisão; • Reduz problemas de saúde (gastrointestinais) da população residente e de turistas; • Melhoria da qualidade de vida da população • Reduz os efeitos negativos do grande número de turistas sobre a população local; • Aumento na arrecadação de impostos.	• Comprometimento da qualidade de água superficiais devido à operação inadequada ou insuficiente da ETE; • Degradação do manancial de água caso o lançamento de efluentes não seja bem planejado; • Pagamento do ônus pela população residente; • Avaliação ineficiente pelo baixo número de pontos de monitoramento, amostragem ou análise inadequadas. •	• Conscientização, sensibilização e estímulo adequados da comunidade para ligar suas casas a rede de coleta de esgoto; • Campanhas explicativas quanto ao uso inadequado do sistema de esgotamento sanitário; • Sensibilização de empresários para reuso de águas residuais e outros sistemas ecoeficientes; • Capacitação específica para profissionais responsáveis pela rede de monitoramento (amostragem, levantamento de dados, operação de sistema de dados e avaliação de resultados).	• Consonância com a elaboração dos Planos Diretores Municipais e Plano Diretor de Turismo; • Elaboração e implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Quadro 30 – Gestão ambiental: avaliação de impactos socioambientais

E.1 - Ampliar a área de monitoramento e fiscalização de impactos ambientais

AÇÃO 1 a 4 - Elaborar e Implantar plano para ampliação da rede de monitoramento e fiscalização da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo no Polo; Elaboração e implantação do Sistema de Ordenamento Ambiental das sub-bacias importantes para o turismo .

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Implantar sistema de gestão ambiental no Polo • Aumento da satisfação do turista em relação a segurança da preservação/conservação da região • Redução da probabilidade de haver biopirataria	• Falta de recursos humanos devido a grande área • Falta de equipamentos adequados a fiscalização e monitoramento	• Criação de disk denuncia e divulgação do serviço para comunidade local e turistas	• Capacidade da comunidade local para apoio a fiscalização

AÇÃO 5 e 6 - Elaboração e implantação de Sistema de Monitoramento da Visitação - SMV, para os atrativos turísticos da Serra da Bodoquena

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Desenvolver sistema de qualidade ambiental do Polo • Aumento da consciência dos empreendedores, comunidade e turistas • Minimização de impactos ambientais negativos • Indução ao desenvolvimento sustentável das atividades • Aumento nas condições de exploração sustentável do produto turístico. • Adequação do ordenamento da atividade turística às diretrizes de desenvolvimento urbano e padrões de uso e ocupação do solo dos municípios • Compatibilização do desenvolvimento econômico baseado na atividade turística e sua cadeia produtiva com a conservação dos recursos naturais do Polo • Aumento da eficiência na gestão público/privada da atividade turística, otimizando os ganhos financeiros e sociais	• Expressão negativa dos empreendedores frente a despesas econômicas com elaboração de projetos e processos burocráticos • Uso de indicadores inconsistentes para o SMV, gerando resultados mascarados (que não condizem com a realidade)	• Conscientização da importância do planejamento • Desenvolver parcerias com instituições de renome, como o Sebrae, para a capacitação técnica dos empreendedores e empregados quanto a realização da gestão ambiental das atividades (turismo, artesanato, eventos, etc) • Fiscalização por parte de todos os envolvidos (governos, iniciativa privada, sociedade civil, ONGs)	• Capacitação empresarial e do poder público, para melhor implementação dos planos • Realizar levantamento das características multidisciplinares dos atrativos turísticos da região para o desenvolvimento de um SMV viável e eficaz

E.2 - Implantar sistema de gestão ambiental no Polo.**AÇÃO 1 e 2 - Elaboração de programa de gestão e manejo de Unidades de Conservação; Elaboração do Programa Estadual de Apoio as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Implantar sistema de gestão ambiental no Polo • Aumento da satisfação do turista em relação a segurança da preservação/conservação da região • Utilização de regras próprias de uso e de manejo, com a finalidade própria de preservação e proteção de espécies vegetais ou animais, de tradições culturais, de belezas paisagísticas ou de fontes científicas, dependendo da categoria em que se enquadram • Maior interesse dos visitantes pelas questões ambientais da região (incentivo à educação ambiental dos usuários) • Geração de empregos para guias de turismo ecológico • Demarcação de trilhas, criação de estruturas no acesso de visitantes	• Falta de recursos humanos, devido a grande área, para a fiscalização das unidades de conservação • Falta de equipamentos adequados a fiscalização e monitoramento	• Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais • Adequar a conservação com as necessidades e realidade do local • Estudo da capacidade de suporte e controle do tamanho dos grupos e número de visitantes • Elaboração de planos de gestão e incentivos financeiros para implantação e eficiente fiscalização das unidades • Criação de programas de formação de guias ecológicos • Estabelecimento de infraestrutura adequada e equipamentos para a realização das atividades de visitação	• Capacidade da comunidade local para apoio a fiscalização • Incentivo a participação comunitária e ONGs na fiscalização • Criação de disk denuncia e divulgação do serviço para comunidade local e turistas

E.2 - Implantar sistema de gestão ambiental no Polo.**AÇÃO 3 e 4 – Elaboração e Implantação da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE**

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
• Antecipação dos impactos diretos e indiretos, em curto e longo prazo, das diferentes ações do Programa; • Concilia as demandas turísticas com o meio ambiente; • Subsidia o desenvolvimento diretrizes sustentáveis para o Programa; • Identifica os impactos sociais e ambientais em diferentes cenários de desenvolvimento no Polo fundamentando as tomadas de decisão.	• Identificação de impactos socioambientais adversos equivocada, sem a abrangência adequada ou sem considerar seus efeitos cumulativos e em longo prazo; • Análise dos impactos inadequada e direcionamento equivocado de tomadas de decisão; • Ceticismo ou resistência das partes interessadas em relação às conclusões da AAE.	• Predefinição dos métodos e enfoques da AAE determinando sua abrangência (espacial, temporal, processos e instituições envolvidos) e objetivos; • Desenvolvimento da AAE por equipe técnica apta, multidisciplinar e ciente da conjuntura local do Polo e da abrangência do Programa de Desenvolvimento do Turismo no local.	• Articulação da AAE com outros instrumentos aplicados em outras áreas econômicas e contextos decisórios no Polo, como da área agropecuária, de agricultura familiar, do setor florestal, industrial e de programas específicos de gestão ambiental entre outros; • Complementação da AAE com as devidas Análises de Impacto Ambientais dos Projetos abrangidos pelo Programa.

E.2 - Implantar sistema de gestão ambiental no Polo.**AÇÃO 5 e 6 – Elaboração do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental e Implantação do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental**

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
• Alinhamento dos objetivos, metas, planejamento e gerenciamento ambiental dos municípios do Polo; • Priorização de projetos e programas na área de gestão ambiental; • Uso racional dos recursos naturais; • Recuperação de áreas degradadas; • Maior proteção e preservação de ambientes naturais, conservação da diversidade biológica; • Ganhos sociais; • Maior sustentabilidade dos empreendimentos turísticos em ambientes naturais, garantindo a qualidade do produto em longo prazo; • Aumento da satisfação do turista em relação a segurança da preservação/conservação da região; • Atrair financiamentos nacional e internacional para o desenvolvimento da preservação ambiental na região;	• Maiores custos para o empreendedor e por consequência, produtos com preços mais elevados; • Afunilamento (quantitativo) na oferta turística; • Falta de qualificação para o cumprimento das diretrizes ambientais em empreendimentos privados; • Aumento no tempo de elaboração e implantação de projetos turísticos privados.	• Desenvolvimento de vias de financiamento dos projetos de investimento e adequação ambientais do setor turístico; • Sensibilização dos empresários sobre a importância dos critérios ambientais e seus ganhos em longo prazo; • Oferta de capacitação específica ambiental voltada a empreendimentos turísticos.	• Consonância com o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios; • Implantar instrumentos da Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente; • Implantar instrumentos da Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos; • Implantar instrumentos da Política Nacional de Educação Ambiental; • Participar das discussões da criação da Política; Estadual de Educação Ambiental; • Incentivar municípios a elaborarem seus planos diretores; • Fortalecer o papel dos principais grupos sociais da região; (ONG's, associações, cooperativas) • Obedecer às limitações e orientações do Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul.

E.2 - Implantar sistema de gestão ambiental no Polo.**AÇÃO 7 e 8 – Elaboração e Implantação de Programa de Educação Ambiental para o Polo**

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
• Minimizar degradação de locais e recursos sobre os quais o turismo se relaciona; • Desperta consciência e comprometimento ambiental em turistas e na comunidade local; • Fortalece a imagem sustentável do destino turístico; • Potencializa impactos positivos de outras obras, planos, programas e projetos locais; • Cria novas oportunidades de empregos; • Resgate e valorização da cultura local; • Desperta na comunidade e no <i>trade</i> iniciativas de desenvolvimento de novos programas ambientais.	• Baixa participação pública em palestras e ações comunitárias do programa; • Desinteresse, ceticismo e baixa aceitação por parte dos turistas;	• Criar metodologia sistêmica de envolvimento e participação da comunidade (concursos, palestras, oficinas, fóruns, shows, etc); • Desenvolver material explicativo e promocional atrativos, pautados em enfoque sustentável (não somente ambiental) para turistas e para comunidade; • Capacitar educadores e agentes comunitários para disseminar conceitos sustentáveis em toda a comunidade; • Desenvolvimento de Capacitação ambiental específica para o setor privado, disseminando conceitos sustentáveis junto aos clientes/turistas.	• Ampliar a abrangência do programa através de parcerias com associações, terceiro setor e outros setores públicos referentes a atividades econômicas distintas; • Alinhar o programa com outros planos e programas nacionais ambientais, educacionais e de turismo; • Apoio e incentivo a implantação de processos sustentáveis em empreendimentos privados.

AÇÃO 9 e 10 – Elaboração e Implantação do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos para o Polo			
Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Implantar gestão integrada para a disposição de resíduos sólidos. • Estabelece diretrizes para a destinação dos resíduos sólidos no polo; • Retirada da disposição dos resíduos sólidos da encosta de morros e margens de córregos (área de preservação permanente) • Minimização da incidência de pontos de disposição inadequada de resíduos sólidos • Remoção dos catadores que residem na insalubridade do atual lixo • Melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida da população local • Criação de postos de trabalho na construção das obras • Aumento da eficiência necessária para coletar e dispor de maneira adequada os resíduos sólidos dos municípios • Aumento do número de pessoas atendidas pelo serviço de coleta pública de resíduos sólidos • Minimização da incidência de doenças • Aumento na arrecadação de impostos e taxa de turismo. • Geração de emprego e renda	• Contaminação do solo e da água subterrânea e proliferação de vetores em caso de má operação do aterro • Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras, como: erosão, sedimentação, destruição de habitat, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (particulados); • Pontos de acúmulo inadequado de resíduos sólidos caso a coleta não aconteça com regularidade e frequência adequada • Abandono da Unidade de Processamento de Lixo por inviabilidade na comercialização de materiais (alto custo com transporte, falta de regularidade na produção e/ou entrega ao consumidor final)	• Elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de forma integrada e participativa • Campanhas educativas, para população local e turistas, que visem o acondicionamento adequado do lixo para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima do lixo • Interação com os Planos Diretores Municipais • Ampla consulta pública para construção das obras • Priorização de mão-de-obra local quando possível • Estudo de viabilidade social e econômica de uma Unidade de Processamento de Lixo	• O município de Bodoquena deverá providenciar urgentemente o processo de licenciamento ambiental de um aterro sanitário em área aprovada previamente pela Secretaria de Meio Ambiente - SEMA • Os resíduos comuns deverão receber recobrimento com terra e a compactação da mesma, diariamente, logo após o seu despejo na área utilizada pela Prefeitura Municipal. • A prática de atear fogo aos resíduos não deverá acontecer, tanto os de saúde como os resíduos comuns. • Os resíduos de serviços de saúde deverão ser encaminhados para destinação adequada em conformidade com a RDC/ANVISA Nº 306/2004, de acordo com a classificação dos resíduos gerados pela unidade hospitalar. Caso os resíduos, devido a baixa complexidade do atendimento oferecido à população pela unidade hospitalar, não necessitem de tratamento específico antes da disposição final, enquanto não existir o aterro sanitário devidamente licenciado, os mesmos poderão ser enterrados em células separadas dos resíduos comuns e receber

com a implantação da Unidade de Processamento de Lixo – UPL • Recuperação de materiais recicláveis na Unidade de Processamento de Lixo – UPL • Aumento da vida útil do aterro sanitário com a redução de materiais recicláveis dispostos no mesmo			recobrimento imediato após a sua disposição nas mesmas, no local usado atualmente pela Prefeitura Municipal • Deverá ser providenciado um local coberto para abrigar os pneumáticos inservíveis até a sua retirada do município, seja por empresas que reaproveitam os mesmos ou pelos fabricantes/importadores • As pilhas e baterias deverão ser entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam para que estes repassem aos fabricantes ou importadores para que os mesmos adotem medidas de destinação final ambientalmente adequada. A Prefeitura Municipal deve esclarecer aos comerciantes locais quanto a esta necessidade. • Acompanhamento e supervisão das obras • Exigência de estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental Controle efetivo e fiscalização da expansão urbana e de empreendimentos imobiliários a fim de atender o maior número de edificações com a coleta de resíduo sólido
---	--	--	--

E.3 - Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais**AÇÃO 1 e 2 - Revisão do arcabouço legal do Meio Ambiente; Elaboração da Agenda 21 Regional.**

Possíveis impactos positivos	Possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos
• Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais • Averiguação da forma com que a legislação ambiental vem contribuindo para a sustentabilidade do turismo no local e quais as falhas de devem ser corrigidas • Implementação do instrumento de construção do desenvolvimento sustentável, para conter a degradação ambiental e permitir a continuidade da vida no planeta, a Agenda 21 • Exercício autônomo e integrado da gestão ambiental regional	• Falta de técnico local para a elaboração da revisão do arcabouço legal do Meio Ambiente • Desinteresse social para participação do Fórum de Agenda 21 Regional	• Consonância com o plano municipal estratégico de gestão ambiental • Mobilizar e sensibilizar o governo e a sociedade para um planejamento participativo • Criar um Fórum de Agenda 21 Regional	• Formação de equipe técnica para elaboração da revisão do arcabouço legal do Meio Ambiente, com integrantes locais se possível • Ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 Regional

5.2 APOIO AO DESENVOLVIMENTO TURISTICO

Dentro da área de interesse deste plano, a Serra da Bodoquena, o município em que o turismo está menos desenvolvido é Bodoquena. A infraestrutura é precária apesar de seu grande potencial pela beleza de seus recursos naturais e proximidade com mercados emissores ou com zonas mais desenvolvidas das quais pode ser um complemento como é o caso de Bonito e Miranda.

A abertura do Parque Nacional da Serra da Bodoquena para a visitação turística e a implantação do Geopark pode impactar positivamente no desenvolvimento do município.

5.3 IMPACTOS CUMULATIVOS

Os impactos socioambientais cumulativos, ou seja, derivados da soma de outros ou por cadeias de impacto que se somam, podem produzir consequências maiores do que as produzidas pela soma de pequenos impactos.

Visto que a deterioração dos recursos naturais pode levar a insustentabilidade da atividade turística é necessário que o seu desenvolvimento ocorra de forma responsável e planejada. Por isso as ações definidas neste PDITS tiveram como objetivo maior o desenvolvimento do turismo sustentável, independentemente da fonte de financiamento a ser mobilizada e das entidades por eles responsáveis.

Observa-se que estas ações estão relacionadas essencialmente a inexistência ou ineficiência das vertentes do saneamento básico (água potável, esgotamento sanitário, gestão dos resíduos sólidos e drenagem pluvial), à falta de infraestrutura (transporte, hotéis, segurança, entre outros), ao incremento no número de turistas, e à fragilidade na gestão socioambiental das atividades antrópicas. Fatores que comprometem sobremaneira os recursos naturais.

Cabe ressaltar que algumas das ações propostas não apresentam grande potencial de impacto socioambiental individualmente, mas em conjunto com outras podem oferecer mudança significativa na qualidade de vida da população.

Podemos citar, por exemplo, que a capacitação de novos guias de turismo sem estimular incentivos fiscais para empreendedores turísticos conseguir contratá-los gerará conhecimento, mas não renda; ou ainda, a implantação do plano de marketing turístico elaborado para a Serra da Bodoquena sem a melhoria da eficiência e a capacidade das ETES levará ao aumento do número de turistas e sobrecarga do sistema de tratamento de esgoto prejudicando a qualidade das águas do município.

Através de uma perspectiva global das ações, pode-se observar alguns dos possíveis impactos cumulativos nos meios antrópico, físico e biológico organizados no quadro a seguir:

Quadro 31 – Impactos cumulativos no meio ambiente

Antrópico	Físico	Biológico
• Dinamização da economia local; • Otimização do emprego de recursos locais; • Fortalecimento da gestão ambiental; • Diversificação dos atrativos e conseqüente aumento no número de oportunidades de emprego; • Integração dos municípios do Polo; • Atração de recursos financeiros para a região; • Resgate e valorização da história, cultura e tradição regional; • Desmobilização de mão-de-obra; • Exigência de mão-de-obra excessivamente qualificada e marginalização da comunidade; • Interferência em atividades agropecuárias e de mineração; • Interferência no cotidiano da população local; • Descaracterização da cultura local, devido a modificação nos padrões de sociabilidade tradicionais; • Surgimento e o aumento da violência, do uso de drogas e exploração sexual; • Pressão sobre a infraestrutura básica e serviços essenciais. • Alterações na paisagem/patrimônio natural • Alterações no uso do solo	• Fomentar a conservação de solos e ordenar sua ocupação; • Pressão excessiva sobre determinados corpos d'água; • Interferência na drenagem; • Manter e controlar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas; • Maior geração de resíduos sólidos e efluentes; • Introdução de melhorias na gestão ambiental pública e privada na região; • Desenvolvimento de sistema de gestão de resíduos sólidos; • Implantação e ampliação de sistema de esgotamento sanitário; • Aumento no nível de ruídos; • Preservação de minerais, fósseis e arquitetura.	• Alteração nos remanescentes florestais; • Geração de ruído e afugentamento de fauna; • Impactos na biota aquática; • Aumento no risco de atropelamentos e intoxicação de animais; • Interferência com Unidades de Conservação; • Desenvolvimento de gestão das unidades de conservação; • Biopirataria; • Aumenta a conservação da biodiversidade; • Desenvolve alternativas de compensação e mitigação ambiental.

Os impactos possíveis de ocorrer em consequência das ações propostas poderão ser mitigados ou potencializados com medidas relacionadas, em sua maioria, com o fortalecimento institucional e assim uma melhor gestão por parte dos governantes (por meio de incentivos e financiamentos de projetos e planos), além da conscientização socioambiental dos empreendedores de turismo, da população local e dos próprios turistas.

5.4 EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA E CARACTERÍSTICAS CULTURAIS DA POPULAÇÃO DO POLO

Analizando-se os efeitos da implementação do plano sobre a qualidade de vida e as características culturais da população da Área Turística e dos benefícios sociais que possam ser auferidos com o desenvolvimento do turismo salienta-se que toda e qualquer intervenção gera impactos sobre a população local diretamente envolvida com a atividade ou empreendimento conforme abaixo:

- O impacto fundamental da implantação do plano é servir como balizador da formulação de políticas públicas pelos órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, assim como, instituições do terceiro setor;
- A implantação do plano fortalece outros planos, projetos e programas locais que apresentam interface com o PDITS, integrando ações entre as instituições, aumentando o potencial de captação e mobilização de recursos;
- O turismo em municípios com recursos naturais dotados de potencialidade turística, como Bonito, Bodoquena e Jardim, no caso dos dois últimos se estruturados os produtos turísticos, estes passam a atuar como um instrumento de conservação ambiental, visto que o uso sustentável deste recurso gera receita aliada à conservação do meio ambiente;
- Com a criação dos elementos que valorizam a produção local, tem-se o fortalecimento do capital social e o fomento a agricultura familiar em todos os municípios do polo ao inserir sua produção na cadeia do turismo e formatando produtos turísticos em assentamentos e propriedades rurais de agricultura familiar;
- A dinamização da atividade turística demanda a melhoria da infraestrutura e de serviços públicos locais exigidos pelo mercado turístico, melhorando a qualidade de vida da população em termos de saneamento básico, gestão de recursos sólidos, serviços de saúde entre outros serviços vitais ao turismo e positivos à comunidade, sobretudo e Jardim e Bodoquena;
- Duas vertentes podem ser abordadas em termos culturais: a perda da identidade cultural em decorrência do contato com o público atraído pela atividade turística e outra é o regaste e valorização de tradições e aspectos histórico-culturais da região;
- O desenvolvimento turístico através da implantação do plano e seu consequente aumento do fluxo de turistas, pode despertar a percepção da riqueza local de seus recursos naturais, histórico-culturais e patrimoniais da própria comunidade, levando a valorização do destino por seus munícipes, aumentando o sentimento de pertencimento e reforçando a identidade cultural;
- O aumento de empregos gerados pelo crescimento econômico oriundo da implantação do referido plano proporciona o fortalecimento do capital humano local da região do polo, causando melhor qualidade de vida.

5.5 OUTROS IMPACTOS ESTRATÉGICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

- Estrategicamente a implantação do plano gera elementos que criam uma ambiência favorável a atração de investimentos relacionados aos negócios turísticos e ao mesmo tempo permitirá o adensamento dos elos das cadeias produtivas principais e periféricas do turismo;
- A dinamização da economia pela atividade turística deverá impactar positivamente o aumento das receitas públicas.
- No polo a economia é pautada em atividades agropecuárias e do setor primário, logo o desenvolvimento turístico não gera conflitos com outras atividades, pelo contrário, há complementaridade em decorrência do uso sinérgico dos recursos naturais.
- A ampliação da atividade turística no polo, em especial, em Bodoquena e Jardim, pode fortalecer a conservação da biodiversidade, desfavorecendo a implantação de atividades potencialmente poluidoras na região ou a ampliação das existentes;

- As experiências de Bonito, assim como do polo Pantanal, mostra que as atividades turísticas, mesmo nos equipamentos e serviços que demandam mão-de-obra mais intensivamente não induzem a imigração de pessoas, que gerariam conflitos com outros setores econômicos da região, pois quantitativamente a demanda é pequena se comparado à indústrias e grandes empresas por exemplo, e qualitativamente, o perfil da mão-de-obra é distinto.
- O aumento do fluxo de turistas no polo e a implantação das ações de inserção da comunidade local, previstas no referido plano, naturalmente despertam oportunidades de negócios, induzindo a diversificação da produção local, sobretudo da produção familiar.
- A dotação de maior competitividade no mercado turístico do polo pela implantação do plano, atraindo maior fluxo e aumentando a possibilidade de permanência do turista no Estado, fortalece as rotas turísticas existentes e cria incentivos para a criação de novas, permitindo maior integração entre os polos do Mato Grosso do Sul (Campo Grande e Região e Pantanal).
- Na Região turística Bonito-Serra da Bodoquena (quem engloba os três municípios do polo mais outros cinco), os impactos pela intensificação do turismo de negócios e eventos e ampliação de sua cadeia produtiva, igualmente fortaleceria, pelo aumento do fluxo de turistas, o desenvolvimento dos setores de comércio e serviço local (principal setor econômico do município) sem conflitos por recursos naturais.

5.6 INDICADORES DOS IMPACTOS E EFEITOS

Os parâmetros selecionados como indicadores de impactos e efeitos destacados nos itens anteriores do presente plano também refletem os indicadores sugeridos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID que se aplicam para avaliar efeitos socioeconômicos do desenvolvimento das atividades turísticas após o início da implementação do PDITS e estão relacionados a várias ações em conjunto.

Como os municípios do Polo Serra da Bodoquena possuem pouco ou quase nenhum dado sistematizado que possa ser utilizado como linha de base, recomenda-se que os dados necessários sejam levantados no início dos trabalhos, para servirem como parâmetro em futuras análises do plano.

Os principais indicadores selecionados para avaliação da estratégia de fortalecimento e incremento do turismo na região são:

- Importância relativa do valor agregado bruto de hotéis, restaurantes e bares no PIB;
- Gasto turístico médio diário;
- Gasto médio por visitante (gasto total/número total de visitantes);
- Tempo médio de estadia (pernoites/número de turistas);
- Índice de satisfação do turista relacionado com o nível de gasto ou com o nível de fidelização;
- Taxa de ocupação de quartos/número total de quartos disponíveis no mesmo período;
- Preço médio por quarto;
- Grau de ocupação anual dos hotéis;
- Número de quartos em hotéis de 4 e 5 estrelas/total quartos;
- Número de participantes em cursos destinados a profissionais/número de pessoas empregadas no setor;
- Número de empresários integrantes de associações turísticas/total empresários;

- Existência de uma federação turística empresarial que agrupe diferentes associações empresariais;
- Existência de um modelo funcional de gestão da promoção turística (organização administrativa X organização por mercados e produtos);
- Cooperação público – privada:
 - Participação do setor privado no financiamento da promoção turística;
 - Modelo organizativo de gestão da promoção (existência de entidade com personalidade jurídica);
- Eficácia promocional (relação entre número de visitantes e pressuposto promocional no mercado de procedência de visitantes);
- Existência de uma rede de pontos de informação turística que trabalham com imagem de marca;
- Número de visitantes atendidos por pontos de informação turística/total de visitantes;
- Difusão pública de informação de mercados emissores prioritários para o Polo;
- Fomento à comercialização *on-line*.

E para avaliar a estratégia de fortalecimento da gestão institucional os principais indicadores sugeridos são:

- Existência de sistemas de estatísticas turísticas (análise da contribuição econômica do turismo);
- Capacidade de arrecadação de impostos turísticos (relação entre impostos turísticos/impostos totais);
- Número de destinos com avaliação ambiental estratégica/total destinos;
- Proporção de espaços protegidos com estatísticas de visitantes e sistemas de capacidade de carga estabelecidos/total espaços protegidos;
- Proporção de empresas turísticas incluídas em sistemas de gestão ambiental/total empresas turísticas.

Nas estratégias relacionadas à infraestrutura básica, são sugeridos para a área de saneamento ambiental a capacidade de depuração de águas residuais geradas por m³; número de ligações e/ou população atendida com o serviço.

As informações relativas ao saneamento ambiental podem ser acessadas facilmente na Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul e no Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento - SNIS *on-line*, tanto na formatação da linha de base como para avaliação dos resultados.

A atividade turística é fundamentalmente uma atividade comercial, que é diretamente acometida pela taxa municipal ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. Sendo a economia destes municípios fortemente influenciada pelo turismo em suas atividades direta e indiretamente ligadas, o índice de arrecadação de ISSQN é um possível indicador de acompanhamento da situação da atividade turística do ponto de vista comercial, ou seja, pode ser referenciado pelo fluxo e gasto turísticos, o que implica diretamente na rentabilidade do setor. Estes dados são obtidos diretamente nas Prefeituras Municipais ou junto ao Ministério da Fazenda.

5.7 GESTÃO AMBIENTAL

Neste item apresenta diretrizes de gestão ambiental para o plano, identificando e associando as medidas de mitigação e controle dos impactos, as ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos, as medidas institucionais e de reforço institucional das entidades de meio ambiente e prefeituras municipais, as ações de

recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais de base para o turismo.

Apresenta-se a seguir uma súmula das medidas mitigadoras especificadas anteriormente, que permearam por todas as ações e são prioridade para mitigação de impactos negativos ou potencialização dos impactos positivos:

- Programas de educação ambiental e conscientização da população, dos turistas e dos empreendedores sobre a importância do planejamento integrado e participativo;
- Planejamento e elaboração de estudos (ambientais, sociais e econômicos) adequados para implementação das ações propostas;
- Elaboração de estudos ambientais e adequação ao licenciamento ambiental das atividades turísticas da região;
- Implantação de boas práticas para construção, acompanhamento e supervisão das obras necessárias;
- Elaboração dos Planos Diretores Municipais, Planos Municipais de Saneamento e demais instrumentos de gestão do território;
- Ampla consulta pública;
- Adoção das normas técnicas e respeito à legislação vigente;
- Fortalecimento institucional e de gestão dos órgãos envolvidos;
- Priorização de mão-de-obra local;
- Integração com o comitê da bacia hidrográfica do rio Miranda;
- Incentivo a integração dos municípios por meio de obras, incentivos fiscais, planos etc;
- Incentivos para novos empreendimentos turísticos e de comércio local;
- Capacitação profissional da população local e empreendedores;
- Fortalecimento da fiscalização ambiental em todo o Polo, além do espaço urbano (atividades, uso e ocupação do solo, obras de infraestrutura, entre outros) por parte de todos os envolvidos (sociedade civil, ONGs, prefeituras, iniciativa privada etc).
- Sinalização padronizada dos atrativos;
- Utilização do licenciamento ambiental como um dos instrumentos de gestão;
- Integração de roteiros turísticos com constante manutenção, sinalização e fiscalização das estradas;
- Definição de critérios e parâmetros para as atividades turísticas embasadas no desenvolvimento sustentável;
- Capacitação técnica local;
- Levantamento de áreas potenciais considerando impactos cumulativos;
- Criação de um banco de dados;
- Realização de campanhas sobre tráfico de drogas, exploração sexual, tráfico de pessoas e biopirataria.

Algumas medidas mitigadoras específicas também podem ser citadas, como:

- **Sobreexploração do Sistema Aquífero**

Sabe-se que o Sistema Aquífero Pré-cambriano Calcários é formado pelas rochas calcárias dos Grupos Corumbá e Cuiabá, que é um importante Aquífero para o município de Bonito, principalmente. Esse aquífero é caracterizado pela porosidade bastante peculiar, formada a partir da dissolução das rochas calcárias, a porosidade cárstica. E o armazenamento de água no aquífero pré-cambriano consiste pelo padrão de fraturamento dessas rochas.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul propões que sejam efetuados estudos hidrogeológicos de todos os aquíferos do Estado tendo em vista um embasamento para gestão de seus recursos hídricos subterrâneos.

No mesmo plano, ficou estabelecido que devesse haver a definição das áreas de recarga e descarga dos aquíferos; realização de estudos de vulnerabilidade local, considerando-se alguns tipos de empreendimentos e aquíferos e a definição de medidas de proteção das águas subterrâneas e de legislação específica; a caracterização hidrogeoquímica dos Aquíferos; a definição das áreas de captura de fontes de água subterrânea e os perímetros de proteção; a realização de estudo hidrogeológico específico para a região do Planalto da Bodoquena, visando estabelecer critérios para a utilização dos recursos hídricos subterrâneos em terrenos cársticos por causa de sua complexidade; a realização de estudo hidrogeológico de detalhe na área urbana de Bonito para verificar a possibilidade de superexploração, visando prevenir a ocorrência de acidentes em terrenos cársticos, como por exemplo, subsidência e colapso.

E outra determinação importante é a contribuição desses Aquíferos nas vazões mínimas dos cursos de água.

- **Contaminação das Águas Superficiais e Subterrâneas**

A contaminação das águas superficiais pode ser evitada desde que: a) o esgoto sanitário receba tratamento antes de sua disposição no corpo d'água, seja em uma ETE municipal, em área urbana, ou sistema tanque séptico/sumidouro em área rural; c) os resíduos sólidos sejam coletados e dispostos adequadamente, não sendo jogados nos leitos ou margens dos cursos hídricos; d) as áreas de preservação permanente (APP) sejam respeitadas; e e) o uso de agroquímicos nas atividades agrícolas seja feito com responsabilidade e sob orientação técnica.

A fiscalização de utilização indevida da rede pluvial para descarte de esgotos, também é uma medida importante para evitar a contaminação dos cursos fluviais por esgotos e águas servidas. Outra ação necessária é a implementação de programa de monitoramento e acompanhamento das características do corpo receptor.

A contaminação das águas subterrâneas pode ser evitada desde que: a) os poços para uso de águas subterrâneas sejam construídos seguindo as normas técnicas e obedecendo aos parâmetros mínimos que definem o perímetro de proteção do poço (PPP), b) o esgoto sanitário receba tratamento antes de sua disposição no solo, seja em uma ETE municipal, em área urbana, ou sistema tanque séptico/sumidouro em área rural; c) os resíduos sólidos sejam devidamente coletados e dispostos adequadamente; d) os cemitérios sigam as orientações da resolução CONAMA 335/2003; e e) os postos de combustível seguirem as orientações da resolução CONAMA 273/2000.

Observa-se a necessidade da recuperação dos lixões, passivos ambientais de mineração e postos de gasolina.

- **Pressão sobre o Trânsito Urbano**

A mitigação da pressão sobre o trânsito urbano pode ser alcançada com uma série de iniciativas como implantação de sinalização indicativa de acesso; manutenção de um sistema de acesso bem definido, com vias exclusivas para diferentes direções de tráfego; e um sistema de controle de velocidade nas principais avenidas e até mesmo de rodovias que cortam o perímetro urbano. De forma geral um programa de engenharia de trânsito deve ser implantado.

Para minimizar o aumento da demanda de vagas de estacionamento é essencial que seja considerado um número mínimo de vagas para atendimento da demanda em períodos de pico de presença de turistas. Para tanto, deve-se reservar espaços suficientes para a construção de estacionamentos. Para tanto, pode-se viabilizar parceria entre o poder público local e empresários. As novas edificações e novas incorporações devem prever um mínimo de vagas por apartamento, sala comercial.

- **Aumento de Produção de Resíduos Sólidos**

O impacto causado pelo aumento da produção de resíduos sólidos pode ser mitigado com o desenvolvimento de um programa de conscientização ambiental da população local (fixa e flutuante), inclusive com a colocação de recipientes para coleta do lixo em pontos estratégicos tanto em vias públicas quanto em propriedade particulares e atrativos turísticos.

Deve-se realizar um estudo da viabilidade de implantação de Unidades de Processamento de Lixo na região.

A implantação de um sistema de coleta seletiva nas instalações também é uma iniciativa bastante interessante, pois o turismo gera grande volume de resíduos inorgânicos e material orgânico, que podem ser, respectivamente, reciclados, reutilizados ou compostados (produção de fertilizantes orgânicos).

A instalação de um aterro sanitário condicionado a todos os controles ambientais, com coleta e tratamento do chorume, coleta e uso do gás gerado e monitoramento da qualidade das águas é outra ação fundamental para fechar o ciclo de gestão dos resíduos sólidos.

- **Poluição Sonora**

A minimização do problema de poluição sonora nas áreas urbanas pode ser alcançada a partir da implementação de ações como a proibição de uso de aparelhos sonoros de veículos em áreas públicas, tanto os de comerciais quanto os de usuários independentes; planejamento adequado das grandes festas, com máximo isolamento das fontes de ruídos; e o desenvolvimento de programas de educação ambiental específico para este fim, destacando o quanto a qualidade de vida da população residente e do turismo pode ser ampliada em um ambiente mais silencioso.

Em área rural é importante a manutenção dos motores dos veículos, proibição de aparelhos sonoros e conscientização de guias e turistas a fim de evitar *stress* e afugentamento dos animais silvestres.

- **Desenvolvimento de Processos Erosivo**

As erosões poderão ser minimizadas a partir da correta instalação e constante manutenção de trilhas e estradas, além da instalação de sistemas de dissipação no lançamento das águas pluviais e efluentes nos corpos receptores também.

A preservação das APPs é fundamental para que os sedimentos advindos das erosões alcancem os corpos d'água e causem o assoreamento entre outras consequências.

- **Aumento de Demanda de Materiais de Construção**

A demanda de recursos naturais para a construção civil poderá ter seus efeitos negativos reduzidos com o desenvolvimento de programas municipais de controle ambiental principalmente da mineração, além da fiscalização. E a recuperação de áreas degradadas, incluindo os passivos ambientais gerados pela atividade mineral deve ser o foco prioritário.

O incentivo ao reaproveitamento de materiais, utilização de materiais encontrados facilmente na região e redução das perdas durante a obra são alternativas para otimizar a gestão.

A síntese da integração entre as medidas de mitigação e controle de impactos; ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos; medidas institucionais e de reforço institucional; e as ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais para o turismo, está apresentada abaixo:

Quadro 32 - Inter-relação entre medidas de mitigação e controle de impactos; ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos; medidas institucionais e de reforço institucional; e as ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais para o turismo.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
GEOPARK	- Estudos de impacto ambiental adequados; - Estudo de impacto na zona de amortecimento do Geopark; - Licenciamento ambiental de trilhas e visitas em cavernas entre outras possíveis atividades - Projetos de educação ambiental/capacitação; - Sinalização para orientação e para educação ambiental nas estradas de acesso ao Geopark; - Sinalização para orientação e para educação ambiental nas trilhas no interior do Geopark.	- Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; - Verificação de indicadores sócio-econômicos e ambientais; - Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com os atrativos turísticos. - Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento ambiental e sanitário (Políticas nacional, estadual e municipais de meio ambiente; sistemas municipais e estadual de licenciamento ambiental; Planos Municipais de Saneamento; Planos Municipais de Resíduos Sólidos; Agenda 21,	- Fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de atuação; - Estruturar as equipes técnicas; - Modernizar o licenciamento ambiental; - Desburocratização e modernização dos procedimentos; - Criação dos fundos municipais de meio ambiente para viabilizar as ações da gestão municipal ambiental; - Ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 regional.	- Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes; - Sensibilização dos produtores rurais e donos de atrativos turísticos quanto à função socioambiental de reservas legais e áreas de preservação permanentes; - Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; - Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação; - Recuperação de áreas contaminadas e poluídas; - Implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/MS; - Implantação do Plano Estadual de Recursos
RETIRADA DA LAGUNA E ESPELEOLOGIA	- Projetos de educação ambiental/capacitação; - Adequação e manutenção das trilhas e monumentos; - Estudos de impacto ambiental adequados; - Licenciamento ambiental de trilhas e mirantes entre outras possíveis atividades.			

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BODOQUENA	- Gestão responsável e sustentável do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. - Definição de parâmetros de utilização e gestão do parque; - Acompanhamento obrigatório de Guias de Turismo; - Adoção das normas técnicas vigentes e respeito à legislação pertinente; - Programas e campanhas de conscientização e educação ambiental para usuários e residentes no entorno do PNSB.	outros);		Hídricos – PERH/MS.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	• Projetos de educação ambiental/capacitação; • Estudos de impacto ambiental adequados; • Melhoria na sinalização em assentamentos rurais.	• Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de indicadores sócio-econômicos e ambientais; • Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com os atrativos turísticos.	• Modernizar o licenciamento ambiental; • Desburocratização e modernização dos procedimentos; • Elaborar, ajustar e implantar os planos diretores e legislação municipal de uso e ordenamento dos solos. • Criação dos fundos municipais de meio ambiente para viabilizar as ações da gestão municipal ambiental; • Incentivo a inserção da produção local na cadeia do turismo da região.	• Incentivo ao desenvolvimento de associações, cooperativas ou outras formas de organização para os produtores locais relacionados com o turismo; • Divulgação de técnicas de produção sustentáveis (agroecológicas, entre outras); • Incentivo ao artesanato local; • Sensibilização dos produtores rurais quanto à função socioambiental de reservas legais e áreas de preservação permanentes; • Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; • Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
ESTRADAS, ROTAS E ROTEIROS	• Manutenção e sinalização de estradas; • Programas e campanhas de conscientização e educação ambiental para usuários e residentes das margens da estrada; • Programas emergenciais para atendimento a acidentes; • Programas e brigada de combate a incêndio, incluindo capacitação de moradores do percurso; • Programas de educação e fiscalização contra biopirataria e tráfico de animais silvestres; • Conscientização quanto a construções na beira da estrada; • Programas e/ou projetos de seqüestro e neutralização de carbono.	• Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de indicadores sócio-econômicos e ambientais na região; • Verificação de indicadores de tráfico e ambientais (drenagem, atropelamentos etc); • Verificação de cumprimento de requisitos legais (padrão de emissão de poluentes atmosféricos – CONAMA 382/2006); • Verificação de indicadores de ocupação irregulares às margens das estradas; • Verificação da evolução da arrecadação bruta municipal.	• Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; • Fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de atuação; • Estruturar as equipes técnicas; • Elaboração e implantação de estudos de impacto ambiental das estradas.	• Recuperação de áreas contaminadas e poluídas.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
GRUTA DO LAGO AZUL	- Controle sistemático de impactos ambientais e reavaliação freqüente da capacidade de carga do recurso; - Capacitação específica (línguas, ambiental, atendimento ao cliente e outros) para a mão-de-obra do recurso.	- Estudos ambientais e monitoramento sistêmico do Monumento Natural da Gruta do Lago Azul; - Verificação de indicadores sócio-econômicos e ambientais; - Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com o atrativo turístico; - Verificação da evolução da arrecadação bruta do Monumento Natural da Gruta do Lago Azul.	Fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de atuação.	- Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes para a unidade de conservação; - Recuperação de áreas contaminadas e poluídas.
CAPACITAÇÕES E FORTALECIMENTO	- Capacitação de proprietários e funcionários de empreendimentos turísticos; - Capacitação profissional para o turismo; - Capacitação para gestores públicos; - Capacitação de guias de turismo e educadores ambientais.	- Verificação de indicadores sócio-econômicos e ambientais; - Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com os atrativos turísticos; - Verificação da evolução da arrecadação da taxa de turismo. - Verificação da evolução da arrecadação bruta municipal.	- Desburocratização e modernização dos procedimentos; - Incentivar a adoção de capacitação profissional por parte dos empresários locais; - Incentivar a adoção de programas de qualidade turística. - Fortalecimento dos conselhos municipais de turismo e fórum regional.	Incentivo a participação comunitária e ONGs nos conselhos municipais de turismo e fórum regional.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
FOMENTO A NOVOS ATRATIVOS (FAZENDAS) E CRITÉRIOS PARA EMPREENDIMENTOS PRIVADOS	• Orientação técnica para os proprietários; • Maiores cuidados com áreas dentro do Parque da Serra da Bodoquena e em sua zona de amortecimento; • Criação de Unidades de Conservação; • Conscientização sobre a manutenção da Reserva Legal.	• Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de cumprimento de requisitos legais (padrões de qualidade da água – CONAMA 357/2005); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento nas áreas rurais (Plano Diretor); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento ambiental e sanitário (Políticas nacional, estadual e municipais de meio ambiente; sistemas municipais e estadual de licenciamento ambiental; Planos Municipais de Saneamento; Planos Municipais de Resíduos Sólidos; Agenda 21, outros).	• Fortalecimento institucional da gestão ambiental pública; • Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; • Fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de atuação; • Estruturar as equipes técnicas; • Modernizar o licenciamento ambiental; • Desburocratização e modernização dos procedimentos; • Criação dos fundos municipais de meio ambiente para viabilizar as ações da gestão municipal ambiental; • Incentivo a representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais do meio ambiente; • Estimulo à efetiva vinculação dos conselhos aos órgãos executivos da gestão ambiental e ao legislativo a fim de efetivar as proposições do conselho.	• Incentivo a participação comunitária e ONGs no processo de tomada de decisão e na fiscalização das ETEP's que recebem recursos do turismo; • Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes para as unidades de conservação; • Sensibilização dos produtores rurais quanto à função socioambiental de reservas legais e áreas de preservação permanentes; • Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; • Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação; • Recuperação de áreas contaminadas e poluídas; • Implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/MS; • Implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
FOMENTO AO TURISMO; REDE DE MONITORAMENTO	- Levantamento das demandas e capacidade de saturação do mercado. - Definição com base científica da capacidade carga dos empreendimentos turísticos; - Implantação de sistema de monitoramento e acompanhamento ambiental; - Capacitação sistêmica dos recursos humanos; - Revisão sistêmica e frequente das projeções demanda dos projetos/planos de infraestrutura e serviços básicos - Campanha de divulgação da importância da criação dos Conselhos Locais e Regionais de Turismo e da participação representativa nos mesmos	- Verificação de indicadores sócio-econômicos e turísticos específicos; - Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com os atrativos turísticos; - Verificação da evolução da arrecadação da taxa de turismo. - Verificação da evolução da taxa de visitação.	- Fortalecimento institucional da gestão do turismo pública; - Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; - Fortalecimento institucional dos órgãos de turismo; - Estruturar as equipes técnicas; - Criação e efetivação dos fundos municipais de turismo e fortalecimento dos conselhos municipais de turismo; - Incentivo a representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais; - Integração dos conselhos e outros órgãos consultivos juntos aos órgãos executivos e legislativos; - Estímulo ao aumento do número de atrativos turísticos controlados pelo Sistema Voucher Único.	

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS	• Elaboração de planos, projetos, programas, estudos e sistemas de informação por equipe multidisciplinar • Apoio organizacional aos diversos segmentos (atores), principalmente aos que apresentam histórico de falta de mobilização • Levantamento prévio da capacidade de suporte da infraestrutura para o atendimento a eventos; • Considerar impactos cumulativos da realização de eventos e outras formas de turismo, observando a sazonalidade já existente.	• Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de indicadores sócio-econômicos e ambientais; • Verificação de cumprimento de requisitos legais (padrão de lançamento de efluente; padrão de emissão de poluentes atmosféricos); • Verificação de padrões de qualidade do ar; padrões de qualidade da água); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento urbano (respeito aos índices urbanísticos e outros instrumentos da Lei de Uso e Ocupação do Solo; Plano Direto; Código de Obras; entre outros); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento ambiental e sanitário.	• Criação de um calendário único e oficial de eventos do polo; • Estruturar as equipes técnicas; • Desburocratização e modernização dos procedimentos; • Elaborar, ajustar e implantar os planos diretores.	• Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes para as unidades de conservação; • Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; • Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação; • Recuperação de áreas contaminadas e poluídas.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
MELHORIAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	• Elaboração de Plano Diretor de Drenagem Urbana; • Plano Diretor de Drenagem articulado com as outras atividades urbanas (abastecimento de água e de esgoto, transporte público, planos viários, instalações elétricas, etc.) • Campanhas educativas que visem a manutenção do bom funcionamento do sistema como as consequências de sua obstrução com lixo • Fiscalização para verificação de ligações clandestinas de esgoto • Acompanhamento e supervisão das obras • Respeito aos Planos Diretores Municipais • Exigência de estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental • Controle efetivo e fiscalização da expansão urbana e de empreendimentos imobiliários	• Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de indicadores sócio-econômicos e ambientais; • Verificação de cumprimento de requisitos legais (padrão de lançamento de efluente – CONAMA 357/2005; padrão de emissão de poluentes atmosféricos – CONAMA 382/2006); • Verificação de padrões de qualidade do ar – CONAMA 003/1990; padrões de qualidade da água – CONAMA 357/2005); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento urbano (respeito aos índices urbanísticos e outros instrumentos da Lei de Uso e Ocupação do Solo; Plano Diretor; Código de Obras; entre outros); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento	• Fortalecimento institucional da gestão da segurança pública; • Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; • Fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de atuação; • Estruturar as equipes técnicas; • Modernizar o licenciamento ambiental; • Desburocratização e modernização dos procedimentos; • Elaboração de Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos de forma integrada e participativa; • Elaborar, ajustar e implantar os planos diretores e legislação municipal de uso e ordenamento dos solos. • Criação dos fundos municipais de meio ambiente para viabilizar as ações da gestão municipal	• Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; • Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação; • Recuperação de áreas contaminadas e poluídas; • Implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/MS; • Implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL; INSTRUMENTOS DE GESTÃO	• Campanhas de conscientização ambiental voltadas para os empreendedores, turistas e comunidade local a fim de reconhecerem a sinalização e preservarem as mesmas • Definição de papéis na gestão por meio da orientação do comitê de bacia hidrográfica do rio Miranda com participação equiparada de representantes de todos os setores de todos os municípios que compõem o Polo • Incentivo a manutenção e reuniões periódicas • Predefinição dos métodos e enfoques da AAE	ambiental e sanitário (Políticas nacional, estadual e municipais de meio ambiente; sistemas municipais e estadual de licenciamento ambiental; Planos Municipais de Saneamento; Planos Municipais de Resíduos Sólidos; Agenda 21, outros).	ambiental; • Incentivo a representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais do meio ambiente; • Estimulo à efetiva vinculação dos conselhos aos órgãos executivos da gestão ambiental e ao legislativo a fim de efetivar as proposições do conselho.	
ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS AMBIENTAIS	• Formação de equipe técnica para elaboração da revisão do arcabouço legal do Meio Ambiente, com integrantes locais se possível • Ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 regional e Regional			

O quadro acima demonstra a amplitude das medidas e ações que compreendem o PGA, sendo estimado que para implementação total demande-se aproximadamente R\$ 2.000.000,00, no entanto este valor varia em decorrências dos instrumentos a serem adotados para a implementação das medidas propostas principalmente.

A percepção de desenvolvimento sustentável do PGA do turismo seguirá as seguintes premissas:

- Sustentabilidade social, onde a meta é construir uma civilização com a maior equidade de renda e de bens;
- Uso racional de energia e de matéria-prima, com ênfase na conservação, em detrimento do desperdício;
- Sustentabilidade econômica, devendo ter recursos disponíveis e bem gerenciados e um fluxo constante de investimentos públicos e privados;
- Adoção de tecnologias limpas (reciclagem, reuso de recursos naturais e materiais, método de produção mais eficientes);
- Sustentabilidade participativa, que deve ser buscada pelo processo de participação dos grupos e comunidades locais na definição de prioridades a serem alcançadas;
- Controle da poluição.
- De uma forma geral as ações, programas e projetos de gestão ambiental deverão priorizar a gestão compartilhada e participativa e terá como base:
- Avaliação da capacidade institucional dos órgãos municipais e estaduais de meio ambiente e de turismo;
- A modernização do licenciamento ambiental, mais eficiente e eficaz, e menos burocrático;
- A criação e fortalecimento de conselhos municipais de meio ambiente;
- A realização de conferências municipais e estaduais de meio ambiente;
- Criação e manutenção de fóruns municipais e regionais de turismo e meio ambiente;
- A criação e manutenção de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEP's;
- O estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e normas referentes ao uso e manejo dos recursos ambientais;
- A disseminação de tecnologias de manejo do meio ambiente e divulgação de dados e informações ambientais;
- O desenvolvimento de pesquisas e tecnologia nacionais orientadas para o uso racional dos recursos ambientais;
- A formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservar a qualidade ambiental;
- A preservação, conservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua disponibilidade permanente e à manutenção do equilíbrio ecológico;
- A recuperação de áreas degradadas, principalmente, de áreas urbanas degradadas, inclusive recuperação de lixões e vazadouros a céu aberto;
- Ampliação da cobertura da rede de esgoto, bem como do sistema de tratamento, buscando a universalização dos serviços conforme preconizado na Lei do Saneamento Básico;
- Implantação de sistemas de coleta seletiva, sistemas de tratamento e sistemas de disposição final adequados apropriados a realidade de cada município;
- Adoção de medidas estruturais e não-estruturas de manejo de águas pluviais em áreas urbanas consolidadas;

Assim posto poder-a-se-a compatibilizar o aumento de conforto individual (entendemos aqui como desenvolvimento) alinhado à conservação ambiental.

Outro fato que deve ser observado ao se implantar o PGA é que sua materialização só será possível com convencimento e negociação junto a setores ambientalistas (que representam interesses sociais envolvidos), além de ser preciso atender requisitos exigidos por órgãos regulamentadores, normalizadores e financiadores.

6 *FEEDBACK*: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Os mecanismos de acompanhamento e avaliação constituem-se nos meios pelos quais se verificarão a condução e a execução do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Bonito Serra da Bodoquena.

Esta etapa é importante no processo de planejamento porque permite que os objetivos definidos no PDITS sejam transformados em ações e resultados que, em última instância, resultem na promoção do desenvolvimento da região turística, conforme planejado.

Isso é possível porque a função principal dos mecanismos de *feedback* no processo de planejamento é a de monitorar o desempenho do plano e a execução de suas ações por meio do confronto entre aquilo que foi alcançado ou realizado com o que foi planejado ou previsto.

Esse processo de acompanhamento e avaliação permite aos atores do setor de turismo (órgãos públicos, empresas privadas, organizações da sociedade civil e comunidade) tomar decisões mais precisas em relação ao planejamento realizado na formulação do PDITS. Permite ainda, a correção de rotas pré-estabelecidas no plano de ação, a potencialização do desempenho do que foi bem-sucedido, ou mesmo, a interferência na execução das ações para assegurar a conquista dos objetivos e metas estabelecidos.

Segundo Oliveira (2007: 257), os mecanismos de *feedback* possuem as seguintes finalidades:

- *Identificar problemas, falhas e erros que se transformam em desvios do planejado, com a finalidade de corrigi-los e de evitar sua reincidência;*
- *Fazer com que os resultados obtidos com a realização das operações estejam, tanto quanto possível, próximos dos resultados esperados e possibilitem o alcance dos desafios e consecução dos objetivos;*
- *Verificar se as estratégias e políticas estão proporcionando os resultados esperados, dentro das situações existentes e previstas; e*
- *Proporcionar informações gerenciais periódicas, para que seja rápida a intervenção no desempenho do processo.*

Os mecanismos de acompanhamento ou monitoramento e avaliação que são propostos para o PDITS do Polo Bonito – Serra da Bodoquena baseiam na ferramenta de planejamento conhecida como ciclo PDCA, ou ciclo de *Shewhart* ou ciclo de *Deming*.

De acordo com o PDCA, o processo inicia-se com a atividade de planejamento (PLAN), o que já foi realizado a partir da análise do diagnóstico da área turística, definições estratégicas e elaboração do plano de ação.

O passo seguinte é desencadear a execução das ações (DO) aqui propostas para o Polo Bonito – Serra da Bodoquena.

Em seguida é realizada a verificação (CHECK), que consiste no monitoramento e avaliação periódicos dos resultados atingidos. Nessa etapa avaliam-se também os processos que, conjuntamente com os resultados, são comparados com os objetivos propostos pelo planejamento inicial. Importante destacar que ao longo do plano de ação são elencadas ações e seus respectivos indicadores para que se possa permitir o acompanhamento e avaliação do PDITS

O último passo do ciclo PDCA refere-se à ação (ACT) destinada a padronizar os acertos, corrigir ou eliminar os eventuais erros que podem ocorrer no processo de implementação das ações ou nos resultados.

A figura a seguir ilustra o ciclo PDCA acima exposto:



Figura 1 - Ciclo PDCA.

Fonte: <http://innoscienceblog.blogspot.com>

Para que o ciclo PDCA seja aplicado de forma completa é necessário que se estabeleça um conjunto de indicadores que possam servir de medida para o processo de monitoramento e avaliação das ações gerais propostas no PDITS. Tais indicadores permitirão que os atores envolvidos possam acompanhar e avaliar a execução das ações propostas.

Os indicadores propostos são apresentados ao longo do plano de ação e, a seguir, para o conjunto dos principais objetivos estabelecidos.

Quadro 33 – Estratégia de produto turístico: mecanismos de *feedback*

COMPONENTE 1 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO					
ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	INDICADOR	CÁLCULO	UNIDADE	RESPONSÁVEL
E.1 - Diversificar a oferta turística transformando em produtos turísticos os atrativos em potencial	Transformar produtos potenciais em produtos turísticos comercializáveis	Aumento do número de atrativos	$(n^{\circ} \text{ de novos atrativos} / n^{\circ} \text{ total de atrativos}) * 100$	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
	Diversificar os produtos turísticos	Índice de diversificação	$(n^{\circ} \text{ de novos atrativos por segmento turístico} / n^{\circ} \text{ total de atrativos}) * 100$	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
	Estimular a preservação dos locais arqueológicos, histórico-culturais e resgatar fatos históricos para criação de novos produtos	Aumento do número de novos atrativos em geo-história e cultura	$(n^{\circ} \text{ de atrativos em geo-história e cultura} / n^{\circ} \text{ total de atrativos}) * 100$	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.2 - Implantar sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos	Promover a qualidade da oferta turística	Índice de satisfação do turista	percentual de avaliações positivas em relação ao nº de turistas	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.3 - Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística .	Aumentar e diversificar a oferta turística na região	Aumento do número de atrativos	$(n^{\circ} \text{ de novos atrativos} / n^{\circ} \text{ total de atrativos}) * 100$	nº	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.4 - Qualificar os recursos humanos para o turismo e a hospitalidade	Promover a capacitação profissional e melhorar a mão de obra para o setor	Aumento do número de pessoal capacitado	$(n^{\circ} \text{ de eventos de capacitação} / n^{\circ} \text{ de trabalhadores do turismo}) * 100$	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.5 - Implantar sinalização turística na região	Orientar turistas e garantir a segurança do sistema viário aos usuários	Índice de satisfação do turista	percentual de avaliações positivas em relação ao nº de turistas	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO

Quadro 34 – Estratégia de comercialização: mecanismos de *feedback*

COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO					
ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	INDICADOR	CÁLCULO	UNIDADE	RESPONSÁVEL
E.1 - Transformar a Serra da Bodoquena em um destino mais competitivo no mercado regional, nacional e internacional, com o intuito de posicionar a região como destino turístico	Fortalecer o posicionamento da região da Serra da Bodoquena como destino turístico dotado de elevado padrão de qualidade	Aumento do nº de visitantes	$(n^{\circ} \text{ de visitantes em } t+1 - n^{\circ} \text{ de visitantes em } t_0) / n^{\circ} \text{ de visitantes em } t_0 * 100$	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.2 - Estruturar um sistema de acompanhamento e monitoramento da demanda turística	Prever a demanda dos produtos turísticos e comparar com as condições ofertadas pela localidade.	Aumento do nº de visitantes	$(n^{\circ} \text{ de visitantes em } t+1 - n^{\circ} \text{ de visitantes em } t_0) / n^{\circ} \text{ de visitantes em } t_0 * 100$	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.3 - Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com destinos que possuam produtos complementares aos da Região da Serra da Bodoquena.	Formar capital social, criar condições favoráveis para desenvolver elementos como confiança, participação, colaboração e coesão social.	Taxa de formação de capital social	$(n^{\circ} \text{ de negócios associativos} / n^{\circ} \text{ total de empresas do setor turístico}) * 100$	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.4 - Apoiar os grupos de empreendedores nas ações de desenvolvimento de produtos, promoção e divulgação do Polo	Prospectar os atrativos consolidados no cenário regional, estadual, nacional e internacional, fazendo inicialmente que os recursos e atrativos sejam conhecidos pelas operadoras e agências de viagem.	Taxa de formação de capital social	$(n^{\circ} \text{ de negócios associativos} / n^{\circ} \text{ total de empresas do setor turístico}) * 100$	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO

Quadro 35 – Fortalecimento institucional: mecanismos de *feedback*

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL					
ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	INDICADOR	CÁLCULO	UNIDADE	RESPONSÁVEL
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo	Fortalecer os municípios no que concerne a gestão do seu território.	Índice de fortalecimento municipal	nº de ações voltadas ao turismo realizadas pelas esferas governamentais nos municípios	nº	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.2 – Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil.	Buscar alternativas e propostas de fortalecimento da parceria entre o poder público e a iniciativa privada	Índice de formação de parcerias público-privadas	(nº de parcerias público-privadas/nº de ações voltadas ao turismo realizadas pelas esferas governamentais nos municípios)*100	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO

Quadro 36 – Infraestrutura e serviços básicos: mecanismos de *feedback*

COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS					
ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	INDICADOR	CÁLCULO	UNIDADE	RESPONSÁVEL
E.1 – Melhoria e adequação da infraestrutura de drenagem pluvial	Reduzir doenças por veiculação hídrica, e acima de tudo, proporcionar qualidade de vida à população, atendimento da demanda no período de alta temporada, gerando conforto e satisfação ao turista.	Taxa de ampliação da rede de drenagem	$(\text{km de rede em } t+1 - \text{km de rede em } t_0 / \text{km de rede em } t_0) * 100$	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.2 - Implantação de sistemas de disposição de resíduos sólidos.	Preservar e/ou modificar as condições do meio ambiente, buscando contribuir para prevenir doenças e promover a saúde, o bem-estar e a cidadania.	Sistema de disposição de resíduos sólidos implantados	nº de ações de implantação do sistema	nº	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.3 – Melhorar o sistema de abastecimento de água.	Elevar a qualidade de vida da população residente, aumentando a sua capacidade de atendimento aos turistas no período de alta temporada oferecendo conforto e satisfação aos mesmos.	Taxa de ampliação da rede de água	$(\text{km de rede em } t+1 - \text{km de rede em } t_0 / \text{km de rede em } t_0) * 100$	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.4 – Implantar sistema de atendimento e cuidados com o visitante.	Aumentar a rede de cuidados com os visitantes e informar o mercado, com segurança e qualidade, sobre produtos, equipamentos e serviços, mas, principalmente, como e quando utilizá-los.	Sistema de atendimento e cuidados com o visitante implantado	nº de ações de implantação do sistema	nº	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.5 - Melhorar o sistema de esgotamento sanitário do polo	Promover a saúde e a qualidade de vida da população local e dos turistas	Taxa de ampliação da rede de esgoto	$(\text{km de rede em } t+1 - \text{km de rede em } t_0 / \text{km de rede em } t_0) * 100$	%	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO

Quadro 37 – Gestão socioambiental: mecanismos de *feedback*

COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL					
ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	INDICADOR	CÁLCULO	UNIDADE	RESPONSÁVEL
E.1 – Ampliar a área de monitoramento e fiscalização de impactos ambientais.	Promover o ordenamento ambiental das sub-bacias hidrográficas importantes para o turismo.	Aumento do nº de ações de ordenamento ambiental	nº de ações de ordenamento ambiental	nº	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, SEMA, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.2 – Implantar sistema de gestão ambiental no polo.	Consolidar um Sistema de Gestão Ambiental e Territorial Integrado da Serra da Bodoquena, que preconize o fortalecimento do Sistema Estadual e dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente.	Sistema de gestão ambiental do polo	nº de ações de implementação do sistema	nº	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, SEMA, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO
E.3 – Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais.	Atualizar e aperfeiçoar os instrumentos de regulação da gestão ambiental do pólo da Serra da Bodoquena, à luz da política e de diretrizes ambientais para o setor.	Instrumentos de regulação da gestão ambiental atualizados e aperfeiçoados	nº de ações de atualização e aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação	nº	UCP/SEPROTUR, FUNDTUR, SEMA, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL DE TURISMO

Os indicadores propostos podem ser implantados a partir da aprovação do PDITS pois a base de dados necessária para a realização do monitoramento já existe ou é de fácil elaboração como, por exemplo, a aplicação de questionários.

Para que isso seja possível, estima-se um montante no valor de R\$ 80.000,00 para coleta, sistematização e criação da base de dados e outros R\$ 100.000,00 anuais para o monitoramento sistemático das estratégias do PDITS, totalizando R\$ 580.000,00 ao longo da execução do Plano.

Cabe, por fim, observar que no período entre a elaboração do PDITS 2004 e a atual readequação verifica-se que o turismo na região, especialmente em Bonito, evolui em todos os aspectos analisados no presente diagnóstico.

A demanda atual do mercado cresceu conforme nota-se pelo fluxo de turistas no período de 2004 e 2009. No destino, estruturaram-se novos produtos que diversificam a oferta, atuando em diferentes segmentos como o de negócios e eventos, *tour* da experiência e outros. Porém, ainda importantes potencialidades locais seguem inalteradas, como atrativos em Jardim e, especialmente em Bodoquena, o turismo de base comunitária, englobando distritos e assentamentos rurais, e o turismo histórico-cultural.

Na infraestrutura, o acesso aéreo foi viabilizado pela implantação do Aeroporto Municipal de Bonito, as principais rodovias de acesso atualmente se encontram em melhores condições de tráfego que em 2004, destacando-se a MS-178, em pavimentação no trecho Bonito-Bodoquena, que interligará adequadamente estes municípios, promovendo o desenvolvimento dos atrativos turísticos em suas margens e interligando o polo ao outros destinos e produtos como o Pantanal e o Trem do Pantanal através do acesso rodoviário entre Miranda e Bodoquena.

O sistema de saneamento desenvolveu-se expressivamente, sobretudo o esgotamento sanitário em Bonito e Bodoquena, alcançando aproximadamente 100% da população urbana. No entanto, ainda é necessário ampliar o sistema de esgotamento sanitário em Jardim, o de Drenagem em Bodoquena e adequar o sistema de gestão de resíduos sólidos de Jardim e Bodoquena tal como já apontando em 2004.

Em termos institucionais, a gestão do polo aprimorou-se no período e segue sendo uma referência nacional e apontada pelo trade como um dos principais fatores do destino ser pelo décimo ano consecutivo considerado o melhor destino de ecoturismo pela Revista Viagem e Turismo da Editora Abril. No decorrer do período destacam-se os fortalecimentos institucionais municipais e da FUNDTUR que gerou como resultados uma melhor atuação na região, implantando o COMTUR de Bodoquena, amadurecimento dos demais, além do desenvolvimento da gestão pública ambiental e o atuante terceiro setor. Um aspecto positivo deste amadurecimento institucional observado no polo é a efetiva busca pelo desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, visto através da preocupação emergente dos gestores públicos, associações e do terceiro setor com a inclusão social no setor e com a recuperação e conservação dos meio ambiente, sinalizado através dos programas em desenvolvimento na região, da iniciativa dos gestores privados em fornecer cortesias ao municípios para os atrativos, da busca por valorizar a comunidade local como mão-de-obra aliando a necessidade de capacitação.

No que tange aos aspectos ambientais ressalta-se a regularização ambiental dos empreendimentos pelo aumento da taxa de licenciamento ambiental, desenvolvimento de planos de manejo de unidades de conservação, acesso dos três municípios ao repasse do ICMS Ecológico, amadurecimento e resultados efetivos de ações e programas de recuperação e conservação ambiental na região e outros indicativos da evolução local. Porém ainda não foi implantado o Parque Nacional da Serra da Bodoquena e tampouco

seu plano de manejo finalizado, assim continua a necessidade de ampliação do monitoramento da qualidade da água, do desenvolvimento de outros mecanismos sistêmicos de monitoramento ambiental e de estudos como de determinação técnica-científica da efetiva capacidade de carga dos empreendimentos turísticos.

Vale destacar que, um dos fatores determinantes para o sucesso das ações de melhoria da atividade turística foi a adoção do planejamento. Por meio do planejamento do turismo, consubstanciado na elaboração do PDITS/2004, alguns resultados foram resgatados para a readequação do presente documento. Destacam-se, dentre outros:

- Foco na sustentabilidade;
- Articulação institucional;
- Planejamento participativo;
- Envolvimento das comunidades locais;

Várias ações propostas no documento de 2004 foram ou estão sendo implantadas, como por exemplo, a pavimentação da MS 178 e a elaboração do Plano de *Marketing*, que está sendo licitado e dotará de maior competitividade o polo.

Isso quer dizer que o PDITS 2004 foi de fundamental importância para a estruturação da atividade turística no polo. A readequação que se faz no presente documento já parte de um histórico positivo de planejamento e se propõe a revisar o que foi ou não realizado e propor ações complementares. Mas é um processo único de planejamento que segue a 5 anos e tem resultado nas premiações dos destinos, aumento do fluxo de turistas, incremento de novos negócios e novos atrativos e melhoria das condições de vida da população local.

O documento que consubstancia as estratégias de desenvolvimento do polo elaborado pela FUNDTUR remete o planejamento para uma visão de longo prazo (até 2020). É, portanto, um balizador para a elaboração da presente readequação, mesmo porque, foi elaborado apoiado nos princípios do planejamento participativo, sustentabilidade, participação popular e fortalecimento institucional. Por essa razão, as estratégias e ações propostas no documento da FUNDTUR foram analisadas e algumas foram incorporadas neste documento considerando-se o alinhamento com os objetivos do PDITS e com o seu horizonte de planejamento (5 anos).

Essa sequência de ações de planejamento do turismo mostra a importância da continuidade de uma política pública ao longo dos anos e pode se tornar referência para as demais áreas da atividade econômica.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Geral do Turismo n.º 11.771/08, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. 2008.

CEARÁ. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Costa do Sol. Estratégias e Plano de Ação. Complementação do PDITS. 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental. 2005.

OLIVEIRA, Francisco Correia; CHACON, Suely Salgueiro. Gestão Ambiental e Desenvolvimento Territorial. Disponível em: <http://www.goiasturismo.go.gov.br/pdits/Termiais.pdf>. Acesso em: 11/09/2010.

RIO GRANDE DO SUL. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável PDITS RS - Área Prioritária Serra Gaúcha. Porto Alegre, 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia e Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Plano estadual de recursos hídricos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Editora UEMS, 2010.

TECHNUM Consultoria. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL PDITS DO POLO DAS ÁGUAS TERMAIS. Brasília, março 2010. Disponível em: <http://www.goiasturismo.go.gov.br/pdits/Termiais.pdf>. Acesso em: 11/09/2010.

TRENTIN, Fábila; SAN SOLO, Davis Gruber. Políticas públicas de turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental: um estudo sobre Bonito – MS. *Turismo - Visão e Ação* - vol. 8 - n.1 p. 61 - 74 jan. /abr. 2006.